



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 24 de março de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

Voto de saudação pelas comemorações do Dia Nacional do Estudante

Feita a apresentação pelo Sr. Vílson Ponte Gomes (*PS*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Flávio Soares (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*) o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de Protesto pela classificação como tradicional das touradas à corda

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Luís Soares (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi rejeitado por maioria;

Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Cabral

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Nuno Barata (*IL*);

Voto de Pesar pelo falecimento de Edgardo Botelho de Sousa

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de Pesar pelo Falecimento de Edgardo Botelho de Sousa

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*);

Voto de Pesar pelo Falecimento de José Manuel Medina Batista

Após ter sido feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e tendo de imediato usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi feita uma **Declaração Política**, apresentada pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*). Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Freitas (*PSD*), bem com a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*).

Os trabalhos prosseguiram, desta feita, com a apresentação de uma **Declaração Política** pelo Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*). Pediram para usar da palavra os Srs./as Deputados/as: Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*CH*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII - “Programa de Apoio Extraordinário à Cultura na Região Autónoma dos Açores”, apresentado

pela Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*):

Participaram no debate as Sras. Deputadas: Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*) e os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rodolfo Franca (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

O debate prosseguiu com a apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII - “Quinta alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelos DLR n.ºs 2/2012/A, de 12 de janeiro, 4/2014/A, de 18 de fevereiro, 21/2015/A, de 3 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM/CH e pela Representação Parlamentar do IL.

Feita a apresentação inicial pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usaram da palavra os Srs./as Deputados/as: José Pacheco (*CH*): Nuno Barata (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Gomes (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), bem como o Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o projeto de decreto legislativo regional foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos continuaram com a apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro – Regime Jurídico do Sistema**

[de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores,](#)” apresentado pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PPM.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), participaram neste debate os Srs. Deputados: Carlos Ferreira (*PSD*), Manuel Ramos (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Berto Messias (*PS*), Vasco Cordeiro (*PSD*), assim como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*):

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim foi feita a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 16/XII – “Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, pelo Sr. Deputado António Lima.

Usaram da palavra neste debate os Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Rui Anjos (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*):

Após votação, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 53 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário Tiago Branco para a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís
Andreia Martins Cardoso da Costa
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves
Berto José Branco Messias
Carlos Emanuel Rego Silva
Célia Otelinda Borges Pereira
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
João Vasco Pereira da Costa
José António Vieira da Silva Contente
José Gabriel Freitas Eduardo
José Manuel Gregório de Ávila
Lubélio de Fraga Mendonça
Manuel José da Silva Ramos
Maria Isabel Góis Teixeira
Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho
Mário José Diniz Tomé
Miguel António Moniz da Costa
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Rui Filipe Vieira Anjos
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Alexandre dos Santos Lopes
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Vasco Ilídio Alves Cordeiro
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Flávio da Silva **Soares**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**
Rui Miguel Mendes **Espínola**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que chegaram à Mesa. O primeiro deles é um voto de saudação apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, pelo dia nacional do estudante. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE SAUDAÇÃO Pelo Dia Nacional do Estudante

Comemoramos hoje, o dia 24 de março, o Dia Nacional do Estudante. Este dia foi promulgado pela Assembleia da República Portuguesa em 1987.

Esta data presta homenagem aos Movimentos Estudantis procurando recordar as dificuldades e os obstáculos pelos quais os Estudantes, transversalmente, atravessaram e atravessam.

O direito de todos à Educação e à Formação constituem pilares fundamentais do desenvolvimento de qualquer sociedade, sendo que o seu carácter público, gratuito e de qualidade são premissas de ímpar capacidade transformadora, que dá a cada um de forma igual a oportunidade de aprender e, assim, ser capaz de permitir aos cidadãos responder aos principais desafios do futuro.

Hoje, nos Açores, o Estudante tem ao seu dispor uma escola inclusiva, para todos, capaz de acolher todos as crianças e jovens com muitas conquistas, não esquecendo que continuam a existir muitas reivindicações.

Veja-se, na Região, a gratuidade dos manuais escolares no ensino, o programa educação empreendedora, o programa especial de apoio ao pagamento de propinas, as bolsas de estudo ‘José Medeiros Ferreira’ com objetivo de aprofundar os conhecimentos dos estudantes em assuntos europeus, o prémio de mérito de ingresso no ensino superior, entre tantas e grandes conquistas que fazem parte do inestimável património dos anteriores Governos dos Açores.

Contudo, tem-se falado em muitos assuntos, tem-se dado grande destaque às questões relacionadas com os docentes, mas não se pode descurar os alunos e a sua importância no desenvolvimento da Região porque é por causa deles e para eles que existe o sistema educativo. São os alunos o centro do sistema educativo e é para eles que todo o sistema deve funcionar, em função das suas necessidades. É, por isso, importante recentrar os debates sobre os nossos alunos.

Este Dia do Estudante também é vivido num clima muito particular e peculiar: novos desafios foram colocados a toda a comunidade escolar, mas, em particular aos estudantes que são os mais sacrificados com o permanente sobressalto entre a atividade letiva presencial e à distância devido à pandemia de COVID-19. Esta é, por isso, também uma altura de resistência face às circunstâncias adversas que vivemos e de louvar o esforço de docentes, encarregados de educação e estudantes, que continuam os processos de aprendizagem usando estratégias alternativas de educação.

Um tempo que nos relembra da importância do debate sobre a digitalização da educação, que deverá ser visto como uma oportunidade para “abrir outras formas de ensino”

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, aprova um Voto de Saudação pela comemoração este ano do Dia Nacional do Estudante, através do qual saúda todos os estudantes da nossa Região, destacando os seus percursos educativos e académicos de elevado mérito e as justas lutas reivindicativas pelo direito à Educação e Formação, prestando-lhes homenagem ao gigantesco esforço que estão a fazer face aos novos tempos que vivemos.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 24 de março de 2021.

Os Deputados: Vílson Gomes, Vasco Cordeiro, Sandra Faria, Andreia Cardoso e Miguel Costa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Flávio Soares tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obviamente que o PSD se associa a este voto de saudação pelo dia nacional do estudante.

Hoje, felizmente, os estudantes já viram ultrapassadas grandes dificuldades, mas a realidade é que ainda persistem algumas dificuldades que têm de ser resolvidas, que não foram resolvidas nos últimos anos, mas que obviamente este Governo Regional, com a colaboração dos partidos que formam a coligação, vão, de certa forma, colmatar estas dificuldades, como por exemplo, a questão dos computadores adquiridos pela Secretaria Regional da Educação, como por exemplo com o Plano de Combate ao desemprego jovem criado pela Secretaria Regional do Emprego e, portanto, é imprescindível que continuemos a trabalhar em prol dos estudantes dos Açores e não só.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vílson Gomes:

O CDS associa-se a este voto de saudação pelo dia nacional do estudante, não pelo dia em si, mas pelos destinatários deste dia, os estudantes.

Efetivamente os estudantes são o futuro desta Região e o futuro do nosso país e é nossa responsabilidade, enquanto políticos ou no exercício de cargos políticos, criar as condições necessárias e suficientes para que os nossos jovens estudantes tenham mérito, sejam bem-sucedidos no seu percurso escolar e quando adultos, daqui a uns anos, consigam dar um contributo positivo para o desenvolvimento ainda maior da nossa sociedade.

Mas, não acompanhamos o texto deste voto quando o Partido Socialista tenta puxar para si a autoria dos manuais escolares gratuitos, tem dono, tem pai essa iniciativa. Teve os votos do Partido Socialista, mas não teve a ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem lembrado!

O Orador: ... autoria do Partido Socialista!

Esses manuais escolares gratuitos, aprovados por unanimidade nesta Casa, não chegaram a ser implementados porque não havia interesse em implementá-los. Foi preciso que os manuais escolares gratuitos tivessem sido aprovados na Assembleia da República para verdadeiramente, nos Açores, todos os alunos terem acesso aos manuais escolares gratuitos porque não havia o interesse que essa gratuidade chegasse a todos.

Programa de Apoio às Propinas para os estudantes carenciados da Universidade dos Açores, proposta do CDS nos Planos desta Região, aprovados também com os votos do Partido Socialista, mas proposta do CDS, proposta deste Parlamento, não é um património inestimável, património dos anteriores governos.

Prémio de mérito de ingresso no ensino superior, não faz parte do inestimável património dos anteriores governos. Foi aprovado com os votos do Partido Socialista, mas foi proposto pelo CDS, por muito que isso vos custe e, portanto, o CDS associa-se a este voto, o CDS considera este louvor, esta saudação

meritória, mas o CDS, por muito que vos incomode, não vai ficar calado perante um texto que diz que “fazem parte do inestimável património dos anteriores governos dos Açores, medidas cuja autoria não foi de nenhum sr., nem de nenhuma sra. deputada do Partido Socialista”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente

Deputado Rui Martins (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos permitir que o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes faça a sua intervenção. Muito obrigado.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

A apresentação do voto de saudação deve-se sobretudo aos destinatários, como bem referiu o Sr. Deputado Pedro Pinto, caso contrário não teríamos apresentado também, relevando o dia nacional do estudante como sendo um dos principais dias das conquistas de Abril, das conquistas dos nossos estudantes.

No entanto, penso que, não era intenção do Partido Socialista ferir qualquer suscetibilidade que possa existir da parte do CDS porque o que se trata aqui é o resultado para os nossos estudantes e não quem é que é o campeão ...

Deputada Ana Luís (PS): Claro, como é óbvio!

O Orador: ... das propostas apresentadas no Parlamento Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O que importa é que a associação a este voto seja genuína, seja sentida pelo aquilo que ela representa e pelo contributo que a Região Autónoma dos Açores, fruto também do trabalho desta Casa e de todos aqueles que estão e que estiveram no Governo Regional anterior e em outros governos regionais anteriores e penso também que a continuidade será feita nos próximos tempos, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Já está feita!

O Orador: ... que isso é que é o mais importante, que nós estamos aqui a discutir qual a proposta que o CDS apresentou ou então um outro partido que aqui apresentou nesta Casa, mas sim a vantagem que ela traz para os nossos estudantes e é isso que gratifica e muito o Partido Socialista, sabendo que o CDS, sendo um opositor político de grande expressão na nossa Assembleia, também se associa a um voto apresentado pelo Partido Socialista dos Açores. Obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu só queria comunicar que a parte da intervenção que eu fiz não foi para atacar nenhum deputado, nem nenhum grupo, mas o voto ...

Deputada Andreia Costa (PS): Então a gritaria foi para quê, então?

Presidente: Sr. Deputado, o sr. está a fazer uma interpelação à Mesa.

O Orador: ... é um texto que vai ficar registado no Diário das Sessões e, portanto, eu não podia permitir que este texto ou este reescrever da história ficasse sem a devida reposição dos factos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tinha pedido a palavra? Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o grupo parlamentar do PPM se associa a este voto. No entanto, sr. deputado, deixo-lhe aqui esta sugestão, da próxima vez faça um texto que possa corresponder àquela que é a perspetiva real do que aqui aconteceu nos períodos anteriores, fez v.exa. referência a várias iniciativas que são iniciativas de outro grupo parlamentar. Nesse sentido...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Então deverá ter esse cuidado quando apresentar os próximos votos!

O Orador: ... v.exa. deveria ter referenciado, não os governos, mas a Região Autónoma dos Açores, ou então poderia ter feito uma referência também aos órgãos de governo próprio, uma vez que aí incluía também aquela que foi a iniciativa parlamentar e também a sua execução por parte do Governo dos Açores.

E, portanto, nesse sentido obviamente que isto não é inocente por parte de v.exa., está aqui há poucos meses, mas não tem essa inocência, vem da escola da Juventude do Partido Socialista, que é uma escola que eu não tenho qualquer referência negativa a fazer, mas por isso mesmo uma coisa que não é, é ingénua. E, por isso, obviamente que depois v.exa. poderia ter apresentado aqui um voto, sem qualquer tipo de discussão e sem qualquer tipo de contestação se tivesse o cuidado de não se apropriar das propostas que são de outras forças

políticas e, portanto, de dar uma visão que seria a visão correta que conquistas da Região dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Deputado, é bem diferente Governos dos Partidos Socialista de governos anteriores, ou Governos dos Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto é um voto de protesto apresentado pela representação parlamentar do PAN. Um voto de protesto pela classificação como tradicional das touradas à corda promovida pela comissão das festas tradicionais da Fajã do Fisher, localizada na freguesia da Feteira. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto pela Classificação, como tradicional, a tourada à corda promovida pelas comissões das festas tradicionais da Fajã do Fisher, localizada na Freguesia da Feteira

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, ao abrigo do Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma do Açores e em sessão de 12 de fevereiro de 2021, deliberou

classificar como tradicional a tourada à corda promovida pelas comissões das festas tradicionais da Fajã do Fisher.

Perguntamos, pois, quais são as permeabilidades relativamente aos critérios universais para viabilizar a classificação de uma prática local, como a tourada a corda, e denominá-la de tradição.

A tourada à corda é uma prática de cariz restrito a nível nacional e mesmo regional, pois não é, sequer, praticada em todas as ilhas. Esta deliberação, apesar de localmente enquadrada, pretende ter um impacto generalista no contexto açoriano que, a nosso ver, não merece. Esta classificação, a nosso ver, nem dignifica a localidade, nem os Açores ou mesmo os processos de classificação de património tangível ou intangível no contexto de abrangência cultural. Aliás, as práticas imateriais não são passíveis de classificação, ao contrário do que acontece com o património material, devido à sua natureza permeável que tem como subjacente uma metamorfose, tanto quanto tem a ação humana ou a própria natureza, marcadas pela sua autenticidade em constante mutação.

A tauromaquia, da qual não podemos desmaterializar a tourada à corda, foi vedada pela própria UNESCO quando, há menos de um ano, a candidatura espanhola foi apresentada.

Ora, havendo um órgão das Nações Unidas, no caso o Comité dos Direitos da Criança, comprometido com a proteção dos mais jovens face à violência das touradas, seria incompreensível um outro órgão das Nações Unidas as elevasse a Património da Humanidade. Já não falando na Declaração da Cultura de Paz, movimento criado pela

UNESCO em 1999 e que é pedra basilar no respeito à vida e na promoção da não-violência por meio da educação. A tourada à corda não respeita os direitos das crianças porque as expõe a um espetáculo violento, não as educa para a

senciência animal, coloca, não raras vezes, a sua integridade física em causa, e promove a desvirtuação da ligação saudável com a natureza.

Evidenciamos, ainda, a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, que declara no artigo 2º que (...) *só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.* Se são estes os passos que pretendem tomar na proteção desta prática, tarde agem e de forma inconveniente quanto a esta pretensão cultural. Espetáculos que incluem sofrimento animal e, muitas vezes humano, não fazem parte, certamente, do ideário cultural das gerações vindouras.

Mais, a tourada a corda não é sustentável já que um tema tão fraturante na sociedade, jamais deveria merecer o contributo do erário público, não contabiliza nenhum crescimento económico ou qualquer fomento ao nível da inclusão social nem, promove, tão pouco, o equilíbrio natural. A tourada à corda não considera a biodiversidade nem o respeito inter-espécies. A sustentabilidade cultural baseia-se em conceitos básicos.

Este tipo de classificação, no entendimento do que são as suas características tangíveis e intangíveis, não cabe no quadro da agenda da sustentabilidade cultural nem recentra a cultura nas políticas de sustentabilidade pois é uma completa inversão da forma como se encaram os recursos naturais e a relação com o Outro. Seja este outro um animal humano ou não humano.

Nada do que representa a dignidade de um animal e de um homem vive na tourada à corda. Nada do que representa o respeito pela natureza está presente nesta prática de difícil equilíbrio das forças em ação: o homem, o animal e as suas forças naturais.

A tourada à corda não está mais do que para a engorda de um lobby restrito com meros interesses económicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: No vasto e rico leque cultural que os Açores possuem, esta prática envergonha tantos grupos culturais que se dedicam a setores tão elevados e variados para os quais não existe o mesmo interesse em preservar e impulsionar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o Voto de Protesto pela Classificação como tradicional a tourada à corda promovida pelas comissões das festas tradicionais da Fajã do Fisher, localiza na freguesia da Feteira, concelho de Angra do Heroísmo

Agradecemos que este voto seja entregue à Presidência da Mesa da Assembleia Municipal de Angra de Heroísmo.

Deem ao povo pão e circo, meus senhores, pão e circo.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 24 de março de 2021

O Deputado, Pedro Neves

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Neves:

O CDS não acompanha este voto porque ele revela uma profunda repulsa pelas tradições e pela cultura dos açorianos.

O partido do PAN, que v.exa. representa, revela-se aqui um partido anti cultura e anti tradições açorianas

Deputado Pedro Neves (PAN): Não parece!

O Orador: A tourada à corda realiza-se há décadas, na ilha Terceira, e está profundamente enraizada nas tradições culturais de outras ilhas, como a Graciosa e São Jorge e a tourada à corda não é o que o sr. chamou de um lobby, a tourada à corda é uma tradição e a tourada à corda tem um profundo impacto na economia da ilha Terceira, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Dê-me esses dados!

O Orador: ... representando mais de 11%, e também tem um impacto na economia dos Açores, representando um peso de cerca de 2,5 % do PIB regional. A tourada à corda, ou o fenómeno da tourada à corda é uma tradição cultural, mas não é daquela cultura que anda de mão estendida ao subsídio público, é uma tradição cultural do povo, feita pelo povo e sustentada pelo povo e, portanto, sr. deputado, nós sabemos e é legítimo que o sr. e o seu partido sejam contra as touradas à corda ou contra outro qualquer fenómeno de tourada, tal como é legítimo que o partido que eu represento, ou qualquer outro deputado, seja favorável. O que não é aceitável é que o sr. ...

Deputado Pedro Neves (PAN): É a UNESCO que diz isso!

O Orador: ... julgue que tem o direito de impor a sua matriz cultural a toda a Região e, portanto, o que eu lhe digo é que o CDS não acompanha este voto, mas o CDS não está a dizer que o sr. não tem legitimidade para o apresentar ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu fui eleito! Você apareceu muito depois!

O Orador: ..., o sr. apresenta-o e submete-o a votos e, portanto, o sr. atenta contra a cultura e nós defendemos as tradições culturais.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu fui eleito. Você apareceu porque os outros desapareceram todos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A legitimidade é exatamente igual!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados o voto é sobre uma tourada, mas não vamos fazer uma tourada.

Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado uma interpelação à Mesa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): À Mesa, com certeza.

Parece que foi colocada em causa a legitimidade de eu estar aqui sentado e eu gostava de ter uma transcrição do diário das sessões, por favor, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado, terá essa transcrição e temos todos a mesma legitimidade para estar aqui sentados.

Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para?

Deputado Pedro Neves (PAN): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Isto simplesmente há causa e consequência e há casualidade, neste caso ação/reação. A mim disseram que eu não tinha essa legitimidade...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... eu simplesmente troquei, de uma forma extremamente altruísta, ao Sr. Deputado Pedro Pinto, exatamente a mesma coisa. As palavras apenas, usem, ou não, um bocadinho de açúcar ou um bocadinho de sal, agora dizer que eu não tenho legitimidade para fazer dentro desta câmara alguma coisa, eu simplesmente gosto de dar exatamente o mesmo troco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Temos é que procurar as figuras regimentais adequadas para fazer esse tipo de intervenção.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Entende o PAN trazer aqui um voto de protesto que, na nossa perspetiva, enferma de vários problemas.

Deputado Pedro Neves (PAN): Um voto de congratulação!

O Orador: É por isso, tendo em conta aquilo que está vertido neste voto, um voto que demonstra da parte do Sr. Deputado Pedro Neves e do PAN alguma ignorância e algum desconhecimento, em primeira instância daquele que é o enquadramento legal desta matéria na nossa Região e em segundo lugar daquela que é a prática diária e corrente de quem se dedica a esta atividade no caso, as ganadarias registadas e sediadas na Região Autónoma dos Açores.

Em primeiro lugar, a questão do enquadramento legal: como sabem existe uma resolução do Conselho do Governo que define aquelas que são as touradas tradicionais na nossa Região, mas sem prejuízo disso, há também o decreto legislativo regional que define as atividades sujeitas a licenciamento pelas câmaras municipais que têm um capítulo específico, o capítulo XIII relativo às touradas à corda e às regras que definem esta atividade, que define lá também uma prerrogativa das assembleias municipais para classificarem como tradicionais, touradas realizadas num determinado local ou numa determinada freguesia, é lá definido que a Assembleia Municipal tem esse prerrogativa decorrente da lei, no caso do decreto legislativo regional que eu citei, que permite que touradas possam ser classificadas como tradicionais, a pedido da comissão de festas ou dos órgãos da autarquia local da freguesia, quer se essas festividades, se essa tourada à corda estiver ligada às festividades desse local, quer se os lucros obtidos por essa atividade reverterem a favor da festividade local e quer se essa tourada se realiza ininterruptamente há pelo menos 15 anos e foi isso, no âmbito daquilo que consta da lei, que esta comunidade e esta

entidade organizadora entendeu fazer junto do município de Angra do Heroísmo e, portanto, no estrito cumprimento da lei.

E, portanto, aquilo que seria expeável, sem pôr em causa naturalmente a legitimidade do PAN para apresentar aqui este voto de protesto ou qualquer outra figura regimental, aquilo que seria expeável e na nossa perspetiva teria um efeito prático mais consequente, não seria apresentar um voto de protesto, mas sim, por exemplo apresentar uma proposta de alteração a este decreto legislativo regional.

E também dizer o seguinte, este voto é, na nossa perspetiva, um voto que demonstra uma grande ignorância e algum desconhecimento por parte do PAN relativamente a este fenómeno, confunde processos de classificação, no caso a classificação de touradas tradicionais com aquilo que são os processos de classificação de património material da tauromaquia que decorrem na UNESCO, confunde conceitos e mete – permitam-me a expressão – “no mesmo saco” práticas violentas com aquilo que acontece na tourada à corda e, na nossa perspetiva, a preocupação do PAN deveria ser apoiar aquelas pessoas e aquelas entidades que se dedicam à preservação do touro bravo, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Faça um voto, Sr. Deputado!

O Orador: ... que todos os dias, no âmbito da sua atividade, na ilha Terceira, na ilha de São Jorge e também na ilha Graciosa, se dedicam com grande esforço físico e com grande esforço financeiro a apoiar, a defender e a preservar estes animais em condições de sustentabilidade, em condições de bem estar animal e em condições, muitas vezes, adversas e fica aqui, em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista, uma homenagem e uma saudação aos ganaderos da Região Autónoma dos Açores, àqueles que desenvolvem atividade neste setor, com grande esforço, com grandes adversidades do ponto de vista económico, que como sabem a época tauromáquica das touras à corda, no ano de 2020, infelizmente pelas razões que são conhecidas por todos, foi

suspensa, temos pela frente também muitas indefinições tendo em conta a evolução da pandemia, relativamente à época tauromáquica de 2020 e isso sim, é que deveria estar no centro das preocupações do PAN e fica aqui o convite ao Sr. Deputado Pedro Neves para visitar as ganadarias dos Açores, para falar com os ganaderos dos Açores, para falar com os pastores que trabalham nas ganadarias dos Açores e perceber in loco a sua realidade, o seu esforço, os cuidados que tem no maneo dos animais, os cuidados e o esforço que tem de desenvolver para garantir alimentos para esses animais e para que desta forma possam não só, garantir o bem estar animal destes animais, que na minha perspetiva e na minha opinião é o mais bonito animal do mundo, e aí perceber in loco aquela que é a nossa realidade e os cuidados que têm.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista não temos a mais pequena dúvida, a tourada à corda é uma das mais extraordinárias manifestações culturais e sociais da nossa terra e, deve por isso, ser protegida, defendida e todos nós temos também essa responsabilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começando por dizer que efetivamente não me sinto envergonhado em dizer que o grupo parlamentar do PSD também não se vai associar a este voto de protesto apresentado pelo PAN.

Correndo aqui o risco de repetir aquilo que já foi dito, a tourada à corda é efetivamente uma manifestação cultural que gera economia na ilha Terceira,

portanto, será se calhar o evento realizando na ilha Terceira que mais fomenta a economia local.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Provavelmente, daqui a uns dias, podemos estar aqui a aprovar o novo plano de revitalização da economia da ilha Terceira por falta das touradas. Há muitos setores da economia que giram à volta da tourada, não só a tourada em si, mas tudo aquilo que gira à volta da tourada, desde os vendedores de rua, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... desde a pintura das casas, os terceirenses são muito prezados, vivem a tourada, portanto a tourada é o momento de mostrarmos como os terceirenses são conhecidos como pessoas que bem sabem receber, são excelentes anfitriões e não tratam mal os animais ...

Deputado Bruno Belo (PSD): São aficionados!

O Orador: ... aliás, tratam muito bem os animais.

Não é de forma nenhuma viável andar um ano inteiro a sustentar um animal numa pastagem, para ir à rua duas ou três vezes “brincar”, o termo chama-se “brincar”, portanto, aquilo que o capinha faz com o touro é brincar. Se brincar é um ato de violência, andamos a praticar violência em muitos outros atos sem ser nas touradas.

Portanto, meus srs., dizer efetivamente e voltar a repetir, uma palavra aos ganaderos, essas pessoas extraordinárias que têm um prejuízo, porque criar um touro dá prejuízo. Ainda ontem recebia uma chamada de um ganadero que estava efetivamente aflito porque não consegue sustentar mais os touros sem que daí possa tirar algum rendimento e esse rendimento é efetivamente a tourada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Subsídio dependente!

O Orador: Meus srs., o Sr. Deputado Berto Messias deixou quase tudo aqui dito, portanto, mais uma vez frisar que nós não nos vamos associar a este voto de protesto e que não me sinto de maneira nenhuma envergonhado por ser terceirense, por ser aficionado.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à...

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves sabe v.exa. que tenho apreço pessoal por v.exa. e pelo trabalho que aqui tem vindo a desenvolver.

Teve um papel positivo no âmbito de calendarizar de uma forma mais ambiciosa o fim do abate dos animais, saúdo v.exa. por essa legitimidade que alcançou do ponto de vista daquele que foi o seu empenho nesta matéria e um avanço importante, como também apresentou nesta Casa a proposta do provedor do animal, também significará um avanço muito significativo no âmbito destas questões.

O que lhe devo dizer é que eu chamo a esta via, a via Pedro Neves, ou seja, a via da moderação, a via de conseguir, com diálogo, realizando consensos, conseguir avanços muito significativos e o PAN, faço-lhe justiça, tem conseguido avanços muito significativos neste início de legislatura.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Deputado, não consegue disfarçar! É que ninguém acredita naquilo que está a dizer!

O Orador: No entanto, não posso ...

Posso?

Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: Gostava de dizer que não posso acompanhar v.exa. neste voto e na posição que aqui apresentou, tal como não acompanhei o Sr. Deputado Berto Messias quando, por um delito de opinião, que é uma frase que ele gosta de utilizar, quis condenar o Diretor da Cultura por se ter pronunciado ser contra as touradas. Cada um tem direito às suas opiniões, livremente, deve expressar livremente as suas opiniões e deve exercer, deve ser Diretor da Cultura, goste ou não goste de touradas. Essa é uma questão fundamental, mas da mesma forma que não concordei com aquele dogmatismo que foi expresso pelo Sr. Deputado Berto Messias, também não concordo, não acompanho v.exa. nesta questão. As touradas à corda são muito valorizadas pelas populações dos Açores, nomeadamente da Terceira que é o caso específico que estamos a falar, são muito valorizadas, sr. deputado, são consideradas um elemento identitário e não podemos, de forma nenhuma, utilizar uma linguagem ofensiva para grande parte do povo terceirense ...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado estraga-me com mimos!

O Orador: ...que a apoia e veja v.exa., tanto é assim, os órgãos democráticos e representativos apresentaram na Assembleia Municipal esta proposta, como também o seu voto de protesto, como já se viu, também não terá apoio nesta câmara. Somos ambos órgãos democráticos representativos dos açorianos e isso demonstra que esta tradição tem um largo apoio nos Açores, especificamente no caso em apreço, na Terceira.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar;

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar;

Secretário: O voto de protesto apresentado foi reprovado com 53 votos contra, 3 a favor e uma abstenção. 25 contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CHEGA, 2 do PPM. A favor: 2 do BE e 1 do PAN e uma abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista pelo falecimento do Sr. Luís Filipe Enes da Silveira Sousa Cabral, é apresentado pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados., Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Luís Filipe Enes da Silveira Sousa Cabral

Luís Filipe Enes da Silveira Sousa Cabral faleceu no passado dia 16 de março, em Ponta Delgada.

O seu desaparecimento, de forma tão súbita e inesperada, deixa a maior consternação em todos quantos o conheceram, família, amigos e açorianos em geral.

Luís Filipe Cabral, como era popularmente conhecido, natural da Matriz, concelho de Ponta Delgada, onde nasceu a 23 de agosto de 1959, era um Açoriano de corpo inteiro, um homem de convicções políticas e ideológicas, um homem de coragem na defesa dos valores da democracia e um cidadão comprometido com o desenvolvimento da sua terra.

Desde jovem revelou apetência pela causa pública, graças à sua ativa participação cívica e política, pautada por uma distinta e enorme elevação, pelo debate livre e respeitador de ideias e, sempre, encarou a política como uma missão ao serviço das pessoas pela forma como se pratica.

Militante histórico da Juventude Socialista, Luís Filipe Cabral, liderou em 1988 a estrutura regional, vivíamos tempos muito difíceis que era preciso coragem para defender a liberdade cívica e política nos Açores. Foi um dos construtores do projeto político da Juventude Socialista nos Açores, contribuindo para o reforço da centralidade da juventude na vida pública e na defesa da autonomia política.

No dia 9 de outubro de 1988, Luís Filipe Cabral, foi eleito, na lista do Partido Socialista dos Açores, pelo círculo eleitoral da ilha de São Miguel, Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na IV Legislatura.

Durante o seu percurso no Parlamento Açoriano, Luís Filipe Cabral, pertenceu à Comissão de Juventude e Formação, foi deputado relator da Comissão de Assuntos Sociais e foi também membro da Comissão Eventual de Inquérito à Gestão do Projeto Geotérmico, contribuindo, dessa forma, com elevado sentido de responsabilidade cívico e político na defesa da causa pública.

Entre outras funções posteriores, Luís Filipe Cabral, desempenhou vários cargos públicos de assessoria de imprensa do então presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César. Foi também um ilustre jornalista, contribuído para a promoção da informação e liberdade de imprensa, tendo trabalhado na empresa Açormedia, na qual desempenhou cargos de Diretor de

produção, entre 1999 e 2002 e de Diretor Executivo, entre 2000 e 2001, do periódico mais antigo em publicação em Portugal, o Açoriano Oriental.

Foi um cidadão que se envolveu em inúmeras iniciativas cívicas e políticas, empenhado e interventivo no movimento associativo, tendo ainda feito parte da direção do Clube Naval de Ponta Delgada e da direção do Fórum Açores Livres.

Luís Filipe Cabral era um homem que possuía excepcionais qualidades pessoais e atributos políticos singulares que é, por todos, distinguido. Era, também, um homem reconhecido pela sua consistência intelectual, um homem de cultura e ainda dono de um ímpar sentido de humor.

Foi um Açoriano acérrimo defensor da Autonomia e do progresso dos Açores, tendo sabido, de forma exemplar, personificar os valores do Partido Socialista.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís Filipe Enes da Silveira Sousa Cabral, reconhecendo o relevante contributo que deu à Região e a esta Assembleia, endereçando as suas mais sentidas condolências aos seus familiares e aos seus mais próximos, prestando-lhe homenagem.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento institucional à sua Família, ao Partido Socialista dos Açores, ao Partido Socialista, à Juventude Socialista dos Açores e à Juventude Socialista.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 24 de março de 2021.

Os Deputados, Vílson Gomes, Vasco Cordeiro, Sandra Faria, Francisco César, Berto Messias.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para nos associarmos também a este voto de pesar. Eu, pessoalmente, conhecia o Luís Filipe Cabral, conhecia-o pouco na parte política, estávamos, como é natural, em lados diferentes, mas na vida profissional fomos quase colegas de profissão, na fase da Açormédia, também fui surpreendido pelo falecimento dele e aqui gostava de publicamente, e também em nome do CHEGA, porque era um homem da política, também endereçar aqui os meus sentimentos, os meus pêsames ao Partido Socialista, sei que foi um homem que trabalhou bastante pelas causas do ...

Queria só, um pequeno parêntesis, aqueles anos 80 e da falta de democracia, penso que há um lapso de redação, já estávamos a viver num pós 25 de Abril e num suposto tempo de democracia, concordasse ou não com as coisas que se faziam ou não.

Aqui ficam os meus sentimentos à família, os meus sentimentos aos amigos, os meus sentimentos a todos os que privaram com ele e fazem falta pessoas como o Luís Filipe.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do PSD se associa a este voto, não só por ter sido um deputado desta Assembleia, por ter sido líder da Juventude Socialista, membro do Partido Socialista com intensa atividade política. Pessoalmente fui colega do Luís Filipe, tinha-lhe bastante amizade, o Luís Filipe desde os bancos do liceu, a partir do 25 de Abril, sempre desenvolveu

atividade política com toda a liberdade que existiu depois do 25 de Abril, independentemente daquilo que foi a mudança política em 1996 e depois disso, ainda assim, o Luís Filipe nos últimos anos aparentemente não exerceu atividade política, mas claramente marcou a sua geração e a minha geração naquilo que foi a sua atividade política, sobretudo na sua juventude.

O grupo parlamentar do PSD associa-se ao voto e expressa o seu pesar à família e também ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu nem ia dizer nada sobre a passagem para a outra dimensão do Luís Filipe Cabral, mas o debate à volta deste voto faz-me dizer apenas três coisas: o Luís Filipe foi de facto um impetuoso defensor daquilo em que acreditava, um sarcástico apresentador de ideias, ...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É verdade!

O Orador: um lutador – Sr. Deputado Joaquim Machado pode não gostar –, mas era muito difícil fazer oposição na altura em que o Luís Filipe Cabral a fez, eu também fiz, partilhei com ele algumas dessas dores, mas o que mais me choca, no meio disto tudo, é a hipocrisia que anda à volta deste voto de pesar. O Luís Filipe, nos últimos dois anos da sua vida padeceu imenso de uma coisa chamada solidão que o levou quase à depressão e onde estavam todos esses amigos que agora vão votar aqui esse voto de pesar pela sua morte? Eu não os encontrei, eu não os encontrei em lugar algum quando encontrei o Luís Filipe sozinho, por aqui e por acolá. Inconformado com o seu próprio partido, inconformado com o rumo que a política dos Açores tomou e triste, sozinho.

E é por isso que venho aqui, vou votar esse voto de pesar, mas por pesar da hipocrisia que está à volta deste voto.

Deputada Ana Quental (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à sua votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto de pesar é pelo falecimento de Edgardo Botelho de Sousa. É apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS):

Voto de Pesar

Falecimento de Edgardo Botelho de Sousa

Faleceu no passado dia 17 de março, no Hospital do Divino Espírito Santo, na cidade de Ponta Delgada, com 89 anos de idade, Edgardo Botelho de Sousa, presidente do conselho de administração e sócio maioritário dos Supermercados Manteiga, S.A., empresa fundada em 1971. Nasceu em Santa Rita, na Freguesia da Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, a 28 de outubro de 1931.

Evocar a vida e a obra de Edgardo Botelho de Sousa impõe evocar a memória de um empresário cuja atividade teve sempre como foco o futuro, e, por isso, reconhecido como visionário para o seu tempo. À semelhança de muitos outros empresários da época, Edgardo Botelho de Sousa cedo deixou o ensino por imposição das dificuldades financeiras, começando a trabalhar ainda criança.

Mas, as dificuldades não lhe travaram a ambição e vontade de fazer a diferença. O ímpeto empreendedor pautou todo o seu percurso aliado a uma constante entrega e dedicação ao trabalho. Chegou mesmo a regressar ao ensino, investindo no reforço das suas competências, para cumprir com as exigências colocadas à sua progressão na empresa “Pereira & Pereira” onde trabalhou durante 18 anos.

Segundo o próprio, esta foi a sua verdadeira escola, local onde construiu a base que lhe permitiu mais tarde, em 1961, dar continuidade ao negócio da família, fundada pelo sogro em 1919, o Bazar Manteiga, vindo a tornar-se seu proprietário e grande impulsionador.

Com a sua excecional capacidade de transformar dificuldades em oportunidades, Edgardo Botelho de Sousa, nos anos sessenta, diversificou a sua atividade como resposta à crescente procura de artigos valorizados pelo denominado mercado da saudade, em expansão à época, fruto da intensificação da emigração açoriana. Esta sua capacidade de inovação e de adaptação ao contexto, permitiu-lhe durante 10 anos criar as condições para, em 1971, reestruturar o negócio, lançando os Supermercados Manteiga. Posteriormente, alargou a atividade para as áreas das Artes Decorativas, Mobiliário, e, mais recentemente, a hoteleira.

A par da vida empresarial teve também uma participação ativa na vida associativa e cívica, tendo integrado os órgãos sociais da União Sportiva e da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O seu espírito empreendedor, que em muito contribuiu para o desenvolvimento e crescimento do comércio tradicional de Ponta Delgada, foi, ainda em vida, merecidamente reconhecido e homenageado com o prémio Carreira na edição, do passado mês de dezembro, da Revista “100 Maiores Empresas dos Açores”. E dessa justa homenagem fica a frase que bem o caracteriza, passo a citar

“Trabalhei toda a minha vida e sempre gostei de o fazer, de desenvolver algo que possa ficar para o futuro.”, fim de citação.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de março de 2021, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Edgardo Botelho de Sousa.

Do presente Voto de Pesar deve ser dado conhecimento à sua família, à empresa Supermercados Manteiga, S.A., à União Sportiva e à Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

Os Deputados, Sandra Faria, Vasco Cordeiro e Célia Pereira.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O grupo parlamentar do PSD também tem um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgardo Botelho de Sousa. Para sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR
EDGARDO BOTELHO SOUSA

Faleceu no passado dia 17, em Ponta Delgada, o conhecido empresário micaelense Edgardo Botelho Sousa, proprietário dos Supermercados Manteiga S.A.

O empresário de oitenta e nove anos, nascido em Santa Rita, na freguesia de Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, em outubro de 1931, veio a ser mais tarde o presidente do conselho de administração e sócio maioritário dos Supermercados Manteiga S.A., tendo começado o seu percurso profissional na empresa Pereira e Pereira, onde trabalhou durante dezoito anos.

No ano de 1961, e fruto das circunstâncias, foi gerir o Bazar Manteiga, e mais tarde, em 1971, fundou a empresa Supermercados Manteiga S.A., um empreendimento comercial moderno e inovador para a época em Ponta Delgada como em todo o país.

Com o passar dos anos, e com uma cultura de gestão familiar bem estruturada, foi dando novos impulsos aos seus negócios, diversificando-os, como utilidades domésticas, decoração e mobiliário, que procuraram acompanhar as tendências nacionais e internacionais. Mais recentemente, acompanhando sempre as tendências do mundo dos negócios, entrou no setor do turismo, com a abertura do Hotel Matriz, e lançou a empresa Açornostrum, exclusivamente dedicada ao negócio imobiliário.

O senhor Edgardo Botelho de Sousa fez parte durante muitos anos dos órgãos associativos do Clube União Sportiva e da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O empresário foi agraciado, em dezembro último, pela Açormédia, com o Prémio Carreira durante a cerimónia de lançamento da revista "100 Maiores Empresas dos Açores".

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento

do distinto cidadão Edgardo Botelho Sousa, determinando que o mesmo seja dado conhecimento à sua Família.

Horta, Sala das Sessões, 24 de março de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, Marco Costa, Rui Espínola e João Bruto da Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Manuel Goulart Medina Batista é apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Mário Tomé (PS): Um bom dia para todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar

Falecimento de José Manuel Goulart Medina Baptista

José Manuel Goulart Medina Baptista, faleceu na cidade do Porto, no passado dia 3 de janeiro, do corrente ano, com 57 anos.

José Manuel Goulart Medina Baptista, filho de João Garcia da Rosa Medina Baptista, natural da Calheta de Nesquim, da Ilha do Pico, e de Maria Adelaide Goulart Medina Baptista, natural de São Mateus, da Ilha do Pico, nasceu no dia 7 de janeiro de 1963, nas Lajes do Pico.

Este picoense, natural das Lajes do Pico, destacou-se no campo desportivo, concretamente no futebol, onde ultrapassou, interna e externamente, as barreiras da insularidade. Tive o privilégio de conhecer os seus dotes futebolísticos e o excepcional ser humano.

Fez formação no Futebol Clube da Madalena da Ilha do Pico.

Emigrou, por um período de seis meses, para os Estados Unidos da América, onde jogou no União Faialense. Regressado ao Pico, jogou no Clube Boavista, de São Mateus e no Clube Desportivo Lajense, onde se destacou e suscitou a cobiça de grandes clubes de futebol dos Açores. Neste contexto de afirmação desportiva chegou a ser equacionada a sua transferência para o Clube Futebol o “Belenenses”.

Acabou por se transferir para o Clube Desportivo Santa Clara, na ilha de São Miguel. Representou o clube micalense durante muitos anos, como jogador e como treinador, onde atingiu grande notoriedade e prestígio. Fora da sua ilha além do Grupo Desportivo Santa Clara, onde ganhou projeção como um exímio avançado e goleador, José Manuel Medina representou, ainda, equipas de futebol como o Operário, o União Micalense, o Marítimo e o Vasco da Gama, de Vila Franca do Campo, todos em São Miguel.

Marcou mais de 200 golos ao longo da sua carreira como jogador. Terminou a sua carreira aos 27 anos, precisamente numa altura em que era defesa central, sinal da sua reconhecida polivalência, em campo. Foi treinador de equipas de formação do União Micalense, do Santa Clara e de Seleções da Associação de Futebol de Ponta Delgada.

No ano de 2015, por ocasião de 85º Aniversário da Associação de Futebol da Horta, foi distinguido com o título de Sócio de Mérito da AFH, tendo o diploma sido entregue pelo Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, na Sessão que decorreu no dia 30 de outubro, na sociedade “Amor da Pátria”, na cidade da Horta.

José Manuel Medina, será sempre lembrado como o “Zé Manel”, o Senhor José Manuel Medina, o “Medina do Santa Clara”, o “Filho do João, Cabo do Mar”, o “Medina do Pico”.

Foi um talento, com qualidades únicas. Saiu diretamente do Inatel para os campeonatos nacionais de futebol profissionalizado. Foi, com vários treinadores, sempre titular do Clube Desportivo Santa Clara. Jogou ao lado dos melhores e teve como adversários alguns dos melhores jogadores açorianos. Faz parte da história profunda do Clube Desportivo Lajense e, a outro nível e com outra escala, do Clube Desportivo Santa Clara. Jogou sete anos no Santa Clara, onde foi capitão e vice capitão. Deu muitas e grandes alegrias aos adeptos. Marcou grandes golos, em jogos decisivos, com “casas cheias”, na 2ª e 3ª divisões nacionais. Tinha o condão de aparecer e destacar-se, muitas vezes, nos momentos decisivos.

Trazia o Pico sempre consigo. Todos o conheciam como o “Medina do Pico”, o “Trancador de Baleias”. O Povo amava-o. Os colegas adoravam-no. Como treinador deixou uma marca de saber, de conhecimento e de carinho junto dos jovens, que o estimavam e amavam.

O Medina transportou sempre às costas as Lajes do Pico, pelos estádios de futebol de Portugal. Foi um símbolo desportivo da ilha do Pico.

Deixou dois filhos: Beatriz Medina Baptista e João Medina Baptista.

Em memória deste ilustre picoense, que deixou o seu nome gravado nas páginas do Futebol Açoriano e por terras da emigração, foi-lhe prestado um minuto de silêncio no jogo Benfica – Santa Clara, da 1ª Liga de Futebol Nacional. Poucos terão esta honra, em direto para o mundo inteiro.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no dia 24 de março de 2021, emita o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Goulart Medina Baptista, ficou a fama, a glória e a lembrança eterna de um grande desportista, de um grande jogador de futebol e de um grande homem, que soube honrar, prestigiar e afirmar o Pico e os Açores no espaço nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Clube desportivo Lajense, ao Clube Desportivo Santa Clara, Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 24 de março de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Mário Tomé e Miguel Costa.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado.

Exmo. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

José Manuel Goulart Medina Batista, como já foi dito, destacou-se desde cedo no futebol e levou o nome da sua terra, o Pico, sempre por onde passou.

A par do deputado Mário Tomé, eu também tive o privilégio de o defrontar, apesar da diferença de idades, num torneio que decorreu numa Semana dos Baleeiros e mesmo aí ainda se viam os seus dotes técnicos que fizeram dele um grande jogador. Foi sem dúvida um símbolo das Lajes do Pico e do Pico.

Como é óbvio, a bancada do PSD vai associar-se ao voto apresentado pelo grupo parlamentar do PS.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Terminámos assim a apresentação e votação dos votos. Vamos passar às declarações políticas, a primeira compete ao Partido Socialista e para tal dou a palavra à Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A afirmação da Ciência como uma aposta da Região Autónoma dos Açores é resultado da criação das fundações do sistema científico regional que permitiram à Região alcançar o patamar que hoje conhecemos.

A estratégia traçada para a ciência nos Açores, tanto no seu desígnio como na sua ambição, vai muito além da colaboração na designada “investigação fundamental”. Os desafios colocados pela sociedade moderna, assim como as políticas desenhadas a nível internacional, com particular destaque para o nível europeu, levaram a que a política regional se pautasse pela incorporação de ferramentas e recursos de programas de acompanhamento da União Europeia. A matriz subjacente à produção científica há muito deixou de resumir o papel de investigadores e cientistas à produção de conhecimento pelo conhecimento. A aplicabilidade do conhecimento produzido, a produção de respostas aos desafios sociais, a transferência de conhecimento, passaram a ser as forças motrizes da comunidade académica.

Assim, a investigação científica passou a colocar no centro da sua ação a interligação de diferentes agentes: investigadores, empresas, governo e sociedade. Esta interligação, consubstancia-se então, através da combinação das

suas competências, orientando-as para um objetivo comum, identificado a partir do contributo da própria sociedade.

Foi nesta senda que os governos do Partido Socialista trilharam um caminho que nos trouxe ao momento atual, em que vários são os projetos em curso. A estratégia foi definida e as premissas de uma nova geração de políticas de promoção da ciência e da inovação traduziram-se em metas como:

1. Aumentar as qualificações dos recursos humanos incentivando a formação avançada, em particular dos trabalhadores já integrados nas empresas e/ou entidades;
2. Incrementar a exposição ao exterior das nossas empresas e centros de investigação, incentivando a internacionalização por via da incorporação de novas tendências, dinâmicas e práticas;
3. Fomentar os níveis de permeabilidade entre as partes integrantes do ecossistema de inovação, potenciando a transferência bidirecional de conhecimento e práticas;
4. Potenciar a centralidade atlântica nas dinâmicas da diplomacia científica, atraindo para os Açores projetos de contexto global ao nível do Atlântico.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A concretização destas premissas traduziu-se em diversas medidas, que marcam a Agenda científica na Região.

1. O reforço das medidas associadas ao Terceira Tech Island, captando mais empresas de base tecnológica;
2. A medida específica de promoção dos Açores como plataforma para acolher e hospedar projetos científicos, potenciando sinergias com os centros de investigação e/ou de interface existentes nas nossas ilhas;
3. A promoção do AIR Centre como uma entidade geradora de parcerias à escala do Atlântico, captando recursos para o nosso ecossistema de inovação;

4. A promoção de Santa Maria como o hub para a área do Espaço, contribuindo para que mais projetos aí se instalem, como por exemplo o [Space Port](#);
5. A potenciação da implementação do cluster do mar enquanto projeto mobilizador, conforme previsto no Plano de Recuperação e Resiliência, e capacitando o ecossistema empresarial e científico de condições adequadas para acelerar a transferência de conhecimento, impulsionando o surgimento de novos produtos e serviços;
6. O investimento contínuo nos parques de ciência e tecnologia de São Miguel e da Terceira, criando condições para o reforço das dinâmicas presentes e o surgimento de novas que possam impulsionar o surgimento de novas potencialidades;
7. A definição de um novo modelo de financiamento do sistema científico, dando especial ênfase às ligações permanentes com a sociedade civil e à criação de valor.

Feita esta explanação e para se ter uma noção mais correta do investimento efetuado na área da Ciência impõe-se referenciar alguns dados concretos, designadamente no que concerne ao Financiamento de projetos de Investigação nas seguintes vertentes:

a. Sistema Científico e Tecnológico dos Açores:

O investimento aplicado em projetos de ID foi, respetivamente, 1,8 ME na X legislatura e de 6 ME na XI, permitindo uma aprovação de 55 projetos e 76 contratações entre 2017 e 2020.

b. Em contexto empresarial:

Na X legislatura fortaleceu-se o apoio na Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, com o financiamento de 2 projetos para um montante global de 52.000,00€. Já na XI legislatura, o investimento aprovado foi superior a 2 ME, para 13 projetos, estando em vias de aprovação ou de contratualização mais 6 para um investimento de cerca de 1,8 ME.

Os investimentos efetuados pelos anteriores governos são do conhecimento geral e os resultados estão à vista de todos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Ciência é uma das vias para a valorização do nosso recurso maior. O Capital Humano. Com ela e através dela é possível otimizar a posição geoestratégica dos Açores no coração do Atlântico e entre continentes, afirmando os Açores na senda do conhecimento e do desenvolvimento que se pretende sustentável.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Estamos de acordo!

A Oradora: As bases para o futuro da Ciência nos Açores estão lançadas. A estratégia concebida pelos governos do Partido Socialista permite que hoje tenhamos um conjunto de projetos em curso, alguns dos quais de grande envergadura e com enorme potencial para a Região.

Da estratégia definida para o futuro, e patente no programa do Partido Socialista, importa evidenciar o **Desenvolvimento do “Polo Espacial dos Açores”**, uma aposta no reforço do desenvolvimento do setor espacial na RAA, quer no respeitante ao tecido empresarial, quer ao sistema científico e tecnológico. A sua continuidade traduzir-se-á na criação de uma Entidade Regional do Espaço e na produção de uma Estratégia Regional para o Espaço.

Importa, ainda, destacar o Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores". Pela sua natureza insular e arquipelágica, os Açores assumem uma vocação inata para as ciências do mar, área do saber em que os Açores ganharam reconhecimento internacional, integrando diversas redes de cooperação com instituições nacionais e internacionais.

Por último, salientar o **Programa de captação de investidores e de inovação - Açores “Incubadores”**, visando criar as ferramentas essenciais e necessárias para potenciar as condições arquipelágicas dos Açores, transformando-as em catalisadores de novos e ambiciosos projetos, por exemplo, nas vertentes do

digital, das energias renováveis, da biotecnologia, entre outras. Tal estratégia, permitirá posicionar os Açores como região atrativa para fixação temporária e intermitente de quadros altamente especializados, no âmbito do projeto nacional 'e-Residency'.

Por tudo isto, importa dar continuidade a esta estratégia sob pena de comprometer os resultados já alcançados, não deixando de entender os passos dados na convergência com as políticas de ciência a nível internacional, tão importantes para a integração dos Açores em consórcios europeus e internacionais.

O Futuro constrói-se hoje! O hoje traz na bagagem um passado, que no caso da Ciência nos Açores, tem um reconhecido valor, sendo, por isso, uma região de aposta em diversas áreas científicas. Saibamos encarar os desafios colocados sem descurar as oportunidades oferecidas.

Muito foi feito.

O Partido Socialista orgulha-se do património edificado, nas últimas duas décadas, na área da Ciência nos Açores e, conseqüentemente, do legado que deixou ao XIII Governo Regional dos Açores.

A fasquia está alta.

As exigências são muitas.

Os agentes da Ciência nos Açores esperam que se continue a trilhar um caminho de crescente investimento e de conquistas para o futuro dos Açores.

O Partido Socialista, ainda que noutra papel, dará, como sempre, o seu contributo.

Disse.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Sandra Faria gostava de lhe dar os parabéns pela sua excelente intervenção e dizer-lhe que estamos juntos e estamos de acordo com essa visão estratégica. Já estávamos antes, eu tive a oportunidade de votar favoravelmente a grande maioria das situações que descreveu, ao longo da sua intervenção e, portanto, nesta matéria o que é preciso fazer, e é a opinião do grupo parlamentar do PPM, é incrementar, do ponto de vista financeiro, os apoios a estes projetos, desenvolver outros projetos também nesta área e tenho a certeza que isso já será observável no âmbito daquilo que será o Plano e Orçamento proposto pelo Governo Regional para este ano. Por isso, obviamente que nesta matéria o que existe aqui, da parte do PPM, é uma valorização desta vertente de desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento científico e o apoio de desenvolvimento dos vários exemplos que teve oportunidade de referenciar e, portanto, da nossa parte o compromisso de que vamos continuar a desenvolver projetos neste âmbito e o desafio deste governo é obviamente, não só manter muitos dos projetos que estão a ser desenvolvidos e que foram lançados pelos governos anteriores, como também melhorar a eficácia, conseguir realizar ainda mais coisas neste âmbito e conseguir também dar-lhe a devida projeção do ponto de vista financeiro. Portanto, vamos tentar preservar aquilo que nos foi legado e tentar melhorar a intervenção do Governo dos Açores nesta matéria, com o apoio de v. exas. com o apoio da maior parte das bancadas porque esta linha de desenvolvimento estratégico tem o apoio do PPM desde o início e este governo tem esse compromisso nesta matéria.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos uma declaração política sobre um assunto que é deveras importante para o futuro da Região, sobre a qual não podíamos deixar de intervir e de dizer umas curtas palavras.

De facto, estamos de acordo numa coisa, a ciência é fundamental para promover o desenvolvimento dos Açores e é apenas pela via do desenvolvimento científico e tecnológico que podemos dar um salto no nosso desenvolvimento e isso tem de estar no horizonte de todas as políticas públicas que a Região desenvolve nesta área.

O Partido Socialista falou em vários projetos em curso que todos conhecemos e que não vou novamente citar, mas que em quase todos eles há efetivamente um problema: muitos deles têm um bom objetivo, têm uma ideia de fundo que é positiva, mas têm um problema é que estão em curso e um curso que se arrasta há demasiados anos e falo por exemplo do, que já teve vários nomes, do Observatório do Atlântico, ou aquilo que está na proposta do Orçamento e que já estive, durante largos anos, a constituir como projeto de interesse comum na Horta, nunca saiu do papel, teve vários nomes, mas nunca chegou a concretizar-se, encalhou antes de sair do porto e é um projeto que seria fundamental para o desenvolvimento da ciência e da investigação nos Açores.

Mas também outros projetos que deixam muito a desejar, o Air Centre é um centro de contactos, falta-nos nessa rede de que se fala, falta-nos, nos Açores, as instituições e os centros de investigação que possam ser pontos de apoio dessa rede. Para sermos uma mera ligação para outros investigarem e explorarem aquilo que é nosso, os Açores têm de ter muito mais ambição, do que ser uma mera rede ou um ponto de contacto. Temos de ser parte dessa rede e temos de

ser uma parte influente e importante dessa rede, tendo em conta os recursos que temos.

Uma última nota, o porto espacial também é aqui referido, o porto espacial está perdido há vários anos, numa lógica agora de secretismo em que o caderno de encargos sobre o que se vai fazer é secreto. Foi com estupefação que nos foi enviado um caderno de encargos sobre aquilo que se vai fazer nesta terra, nesta região, em que os açorianos não podem saber o que lá está escrito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: O Bloco de Esquerda conhece, mas não pode dizer porque está obviamente sujeito a um dever de confidencialidade, agora é preciso é que o governo, que fala tanto de transparência, diga o que é que lá está escrito e diga aos marienses em primeiro lugar e a todos os açorianos o que é esse projeto e o que é esse caderno de encargos.

Depois, ficamos a saber, numa nota de rodapé num telejornal que já em maio existirão testes de lançamento de satélites em Santa Maria, imagine-se, de um mês para o outro, sem ninguém perceber, sem saber que enquadramento legal é que isso existe.

Bem, a falta de transparência ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há falta de transparência!

O Orador: ... sobre esse processo começa a ser gritante e começa a ser deveras preocupante e termino dizendo que tem faltado ambição nos Açores para o desenvolvimento científico e tem faltado, acima de tudo, concretização, é que não se pode falar tanto de ciência e depois nada concretizar, ficamos na mesma, Sr. Deputado Paulo Estêvão já falou pela coligação e disse que está de acordo com este rumo, é o rumo do marcar passo e esse rumo o Bloco de Esquerda acha que é muito pouco, é preciso muito mais ambição, é preciso ir muito mais além.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente esta intervenção feita pela deputada Sandra Faria é de extrema importância para aquilo que se considera que possa ser um dos principais fatores do desenvolvimento económico da Região, que é através da aposta na ciência e na investigação.

Não obstante e obviamente foram feitos muitos investimentos e foram dados muitos passos, alguns mais firmes do que outros, certamente, mas gostaria de trazer também aqui à discussão o facto de termos presenciado, nos últimos dias, uma intervenção do Ministro da Ciência e Tecnologia, Manuel Heitor. Fazendo um pequeno enquadramento o Ministro da Ciência e Tecnologia esteve na Região a 5 de fevereiro de 2020, reuniu com o reitor da Universidade dos Açores, sob o olhar atento do, há época, Presidente do Governo, Vasco Cordeiro e assinaram então um acordo em que a República se comprometia a financiar a academia em cerca de 1,2 milhões de euros anuais, 2020 a 2023. Vasco Cordeiro, como anfitrião, agradeceu pela disponibilidade, pelo trabalho que desenvolveram e pelo acordo que concretizaram. Quatorze meses depois vem o Ministro dizer que afinal não tinham assinado acordo nenhum. Qual é que é a importância deste episódio? A importância deste episódio prende-se também com a importância da investigação científica nos Açores e que está intrinsecamente ligada na nossa Região à Universidade dos Açores e aos seus centros de investigação e é por isso que esse subfinanciamento da Universidade faz com que, por vezes, não hajam e não existam os quadros que os centros de investigação deviam ter que, por vezes, são, na sua grande maioria,

trabalhadores precários há 20 anos na ciência e isso tem a ver com esse subfinanciamento e com a não abertura de quadros para a universidade. Por isso, não obstante, tudo aquilo que foi feito, tenho a certeza que este Governo muito irá fazer; aquilo que foi bem feito, irá ser continuado; aquilo que não foi bem feito, tenho a certeza que irá ser alterado.

As questões dos observatórios que o deputado António Lima também trouxe aqui à discussão, efetivamente, ao CDS, não interessa muito a questão dos títulos, dos nomes, dos gabinetes que basicamente depois estarão vazios, o que é importante é efetivamente canalizar dinheiro e financiamento para os centros de investigação que já existem, para os investigadores que já estão na nossa Região e que têm potenciado e projetado o nome da nossa Região, no panorama científico, a nível internacional e esse sim, é que deve ser o local para onde devem ser canalizados os fundos e não para criar estruturas que sejam redundantes, que sejam no fundo consumidoras de recursos que não produzem ciência alguma, ou seja, é importante que estas pessoas que estão cá, possam ser elas também os mentores de outros que possam vir para cá fixar-se porque a Região efetivamente será um palco para o desenvolvimento e para o conhecimento científico, tendo em vista e tendo em conta aquilo que é a nossa área marinha sobretudo, que tem um potencial tremendo de investigação e que, sem dúvida, e aí concordo com o deputado António Lima, que esses recursos devem ser investigados por nós e devem ser explorados, por assim dizer, seja do ponto de vista superficial através do turismo e de novas áreas do turismo, como na questão das pescas, e aí sim é preciso aprofundar conhecimento, desenvolvimento de projetos relacionados com a exploração de recursos marinhos e que sem dúvida esses recursos devem privilegiar sobretudo a economia da Região e devem por cá ficar e ser feito por pessoas que estejam cá e que pretendam vir para cá desenvolver o seu trabalho.

É por isso que nós, nesse sentido, julgo que estamos juntos e muito poderemos fazer em prol da ciência na Região, haja vontade desta Assembleia e haja vontade do Partido Socialista também em estar junto daquilo que possam ser as propostas do Governo e que venham também ajudar e contribuir para as melhorar.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É verdade que a ciência assume hoje um papel fundamental na sociedade e com ela, decerto teremos um melhor conhecimento também nela.

Aqui, e tendo em conta o Programa do Governo e está lá bem plasmado, a grande promoção do conhecimento científico na Região deverá, entre outras medidas, este Governo e terá o apoio do PSD, implementar um forte apoio à Universidade dos Açores na sua tripolaridade, reforçar o sistema científico e tecnológico dos Açores, apoiar o fundo regional para a ciência e tecnologia, nomeadamente na atribuição de bolsas e participação em projetos científicos.

A bancada do PSD estará sempre ao lado da inovação e do conhecimento.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa apenas para dar conta a V. Exa. que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fará chegar à Mesa da Assembleia, solicitando que seja distribuído, desde logo, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, as datas em que foram realizadas sessões de esclarecimento públicas, em Santa Maria, a propósito do projeto espacial, desmentindo, dessa forma, a acusação de secretismo.

Também gostaria, Sr. Presidente, de pedir-lhe, julgo que já está disponível, mas se não estiver disponível, peço que seja disponibilizado, em especial ao Sr. Deputado Rui Martins, o Diário das Sessões, julgo que de uma das últimas reuniões em que foi discutido o voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Governo da República a propósito da não assinatura do contrato com a Universidade dos Açores. Parece-me que as intervenções nessa altura proferidas são bastante elucidativas quanto aos lapsos, chamemos-lhe assim, da intervenção do Sr. Deputado Rui Martins.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Assim, mal a Mesa receba esse documento, será distribuído e o diário das sessões creio que já terá sido distribuído por todas as sras. e srs. deputados.

Pede a palavra o Sr. Deputado António Lima para?

Para uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente uma interpelação para questionar a Mesa se foi ou não remetida à Assembleia, neste caso ao grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, em resposta ao requerimento deste grupo parlamentar, o caderno de encargos da construção do porto espacial e se esse caderno de encargos não foi classificado pelo atual Governo, não referi que tinha sido o anterior, como confidencial?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Sim, confirmo que essa resposta ao requerimento do Bloco de Esquerda foi rececionada pela Assembleia com essa classificação e que a Assembleia procedeu em conformidade.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Para uma interpelação. Mais uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente por acolher este pedido, naquilo que são as nossas disposições regimentais, mas também com a sua benevolência.

É para interpelar a Mesa no seguinte sentido, saber se é possível solicitar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na condição de antigo Presidente do Governo Regional, o documento assinado com o Sr. Ministro da Ciência e Ensino Superior do protocolo que depois foi anunciado com o tendo resolvido a situação financeira da Universidade dos Açores, em fevereiro do ano passado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Basta o meu sentido de voto! Então, se eu votei a favor, não basta?! O senhor está a brincar comigo?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Nesse caso a Mesa pouco poderá fazer, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ouviu a sua interpelação e, portanto, se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fizer chegar isso à Mesa, ele será distribuído.

Pergunto se há mais inscrições?

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para participar no debate? Tem a palavra, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (Susete Amaro):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me deixarem intervir...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados eu gostaria muito de ouvir a Sra. Secretária Regional. Faça favor, Sra. Secretária.

A Oradora: Eu gostaria de dizer que concordo com muito daquilo que foi dito pela Sra. Deputada Sandra, no sentido de muito foi feito e muito daquilo que foi feito, naturalmente será continuado, mas também há alguns aspetos que ficaram por fazer.

Referiu que há 20 anos que se tem trilhado um grande caminho na ciência, pois alguns investigadores científicos também há 20 anos que se queixam da sua situação precária. Muitas das nossas medidas que iremos implementar são públicas no nosso Plano e Orçamento, nomeadamente o reforço à tripolaridade da Universidade, o reequipamento dos centros de investigação, o investimento que vamos fazer nos parques de ciência e tecnologia, o investimento que vamos fazer na área espacial e, portanto, muito disso já é público e é conhecido por todos.

Relativamente às questões do Space Port que o Sr. Deputado António Lima referiu, já me apresentou dois requerimentos, eu respondi ao primeiro dentro dos prazos, o que talvez também não era uma prática muito habitual, o segundo será respondido. Eu tive a oportunidade de estar muito recentemente em Santa Maria onde referi que assim que houvesse mais novidades sobre este processo teria todo o gosto em voltar a Santa Maria e dar nota pública sobre esse processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente aos testes que refere de lançadores, são testes suborbitais, que não envolvem satélites, nem é considerada uma atividade espacial porque nem chegam a sair para o espaço, portanto, não sei qual é o problema que refere da falta de transparência, eu estive lá e disse isto publicamente à RTP, portanto, mais transparência parece-me difícil.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu ouvi na televisão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Sandra Dias Faria para encerrar a declaração política. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Sandra Faria (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com agrado que o grupo parlamentar do Partido Socialista vê aqui expresso pelas várias forças políticas o reconhecimento do caminho que foi feito relativamente à ciência.

No entanto, muitas das declarações aqui feitas revelam da vossa parte, ou da parte de quem as proferiu, algum desconhecimento daquela que é a atividade científica e de todos os processos que estão inerentes a tal atividade.

A integração em consórcios europeus e internacionais não são processos, de todo, fáceis, não são processos que dependem apenas, como compreenderão, de uma das partes e, portanto, muito do que foi aqui apontado pela celeridade, pela construção de resultados, não é só nos Açores que demora, demora em todo e qualquer lugar deste mundo. Portanto, há que compreender que estes também são processos que levam tempo a trilhar, há uma comunidade que é preciso ser trabalhada e os Açores têm feito esse esforço e têm conseguido porque, neste momentos, temos efetivamente vários consórcios a nível internacional, muitos deles com resultados que são conhecidos e com áreas de investigação que já ditam cartas e temos, por isso mesmo, quatro centros de investigação na Região Autónoma dos Açores classificados pela Fundação de Ciência e Tecnologia com a classificação de excelente e devo-lhes dizer que isto não é pouco.

Mais digo, que relativamente àquilo que diz respeito ao financiamento da Universidade dos Açores e como compreenderão, a Universidade dos Açores é tutelada pelo Ministério, tendo tido o apoio precioso e imprescindível do Governo Regional, não só pelo apoio à tripolaridade, mas também todos os programas de incentivo à investigação que são cerca de 90% canalizados para centros de investigação da responsabilidade da Universidade dos Açores.

Seria necessário mais? Talvez! Mas, a verdade é que a situação difícil que viveu a Universidade dos Açores nos últimos anos são o resultado de políticas nacionais, do Governo do Passos Coelho ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Estragou tudo agora! Não se esqueça de José Sócrates!

A Oradora: ... quando deixou de fora a Universidade dos Açores nos apoios comunitários. A Universidade dos Açores e da Madeira ficaram relegadas para segundo plano, sem poderem aceder a incentivos que todas as outras universidades do país puderam recorrer para infraestruturas e equipamentos ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é para rir!

A Oradora: Eu falo do que sei!

... por estarem localizadas nas regiões autónomas, não estarem no continente e isto foi outro compromisso que o anterior presidente do Governo Regional, na dita reunião de fevereiro de 2020, trabalhou para que no próximo quadro comunitário a Universidade dos Açores e a Universidade da Madeira, enquanto universidades insulares, possam passar a integrar esse pacote de apoios.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Outra questão é certa, se reconhece o legado que é deixado? Se reconhecemos o valor do que foi construído, é preciso ter também a consciência do que é preciso para dar continuidade e, acima de tudo, conhecer os processos,

conhecer as entidades e quando falamos em investigadores precários, muitos deles acabaram de ser integrados e isto é um processo do Ministério e não do Governo Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não veio foi dinheiro para pagar!

A Oradora: A carreira de investigador universitário está ao abrigo do Ministério, meus srs.

Ora, muito bem, para concluir a minha intervenção quero deixar apenas uma nota, não só de apreço pelos elogios que foram feitos ao percurso da ciência nos Açores, mas deixar, acima de tudo, o desafio para não destruir aquilo que foi construído, fazendo mais e melhor, contando com isso com o PS e com a nossa prontidão em tudo aquilo que pudermos fazer e estaremos atentos a tudo aquilo que for feito, no sentido de não pôr em jogo todos os resultados que alcançámos nos últimos anos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Está assim encerrada esta declaração política.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos ao meio dia e quinze minutos.

Eram 11 horas e 45 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo vamos continuar com as nossas declarações políticas.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Presidente: Para uma declaração política em nome do grupo parlamentar do PSD tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Declaração Política

Neste “tempo novo”, determinado pela vontade expressa da maioria dos açorianos que legitimaram o atual Governo Regional, ao aprovar o seu “Programa de Governo” nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reafirmamos que sobre este Executivo recai a obrigação de cumprir com o propósito de ultrapassar os desafios que se revelam fundamentais para o nosso desenvolvimento económico e social, de modo a alcançar o objetivo que lhe foi confiado de melhorar a qualidade de vida do Povo dos Açores.

Temos a consciência que o Governo Regional em funções se tem deparado com uma luta permanente, por vezes inglória e mal compreendida, de controlar, até à sua eliminação, a pandemia de Covid 19 nas nossas Ilhas, que teima em permanecer entre nós e ditar o dia a dia dos açorianos e das empresas dos nossos Açores.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Compreendemos que a maioria dos esforços esteja concentrada neste combate, que merece todo o nosso apoio e empenho, mas a atividade governativa não pode esgotar-se neste propósito, conforme, e muito bem, tem demonstrado ação do atual Executivo Regional.

Este Governo tem de continuar a desenvolver uma atuação bem definida num conjunto de áreas e investir a sério na resolução dos problemas do Povo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, insistimos que no domínio da saúde temos assistido por parte do atual Executivo Regional à implementação de uma estratégia bem definida, que assume novos desafios no que diz respeito à prioridade da vacinação dos açorianos, assente na circunstância de sermos uma região ultraperiférica, isolada a meio do Atlântico Norte, e reforçada por termos ilhas sem hospital, onde se tornam difíceis e muitas vezes impossíveis, pelas condições climatéricas adversas, os acessos a cuidados de saúde com urgência, conforme ditam os atuais tempos dominados pela pandemia de Covid 19.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

O Orador: Seja por via dos compromissos assumidos pela União Europeia, ou até mesmo de outros decorrentes da presença dos Estados Unidos da América na Base das Lajes, na Ilha Terceira, confiamos que o sucesso da vacinação da população da Ilha do Corvo, seja rapidamente estendido aos cidadãos residentes em ilhas que mais necessitam de proteção e, nesta medida, acompanhamos a opção e argumentação bem fundamentada nesta matéria emanada pelo Governo Regional dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com contactos já estabelecidos com a Comissão Europeia e com o Governo do nosso país.

Esperemos que o Governo de Portugal colabore nesta pretensão do Governo Regional dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da fiscalização da ação governativa, importa alertar o Executivo Regional para que **fale alto e de modo claro** na defesa intransigente dos interesses da Região Autónoma dos Açores em relação a um conjunto de compromissos assumidos pelo Governo da República sobre importantes matérias da sua competência exclusiva, que dizem respeito ao nosso desenvolvimento coletivo, mas que nunca foram cumpridos.

Com efeito, no decurso dos últimos governos regionais da responsabilidade do partido socialista de Vasco Cordeiro, o Governo da República de António Costa assumiu uma série de compromissos em relação à Região Autónoma dos Açores que não mereceram qualquer execução.

Durante cinco anos, o Governo da República do Partido Socialista anunciou concursos públicos, projetos, estudos ou protocolos, mas as soluções para os problemas concretos que assolam os Açores foram permanentemente adiadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Trata-se de um Governo da República que perante a ausência de capacidade reivindicativa dos Governos Regionais de Vasco Cordeiro optou - assim como assim - por não honrar a palavra dada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Enquanto este Governo da República fingia que dava, os seus comissários políticos na Região anunciavam que tudo estava em andamento, ou seja, fingiam que os Açores recebiam.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Com tal atitude, o Governo Regional do partido socialista de Vasco Cordeiro conseguiu a abertura de alguns telejornais e uns títulos de primeira página nos jornais, transmitindo, a falsa ideia de empenho e dinamismo de

ambos os Governos na resolução dos problemas que afetam os Açores. A dura realidade prova isso mesmo!

A ausência de resultados é atroz e somos forçados a concluir que todos estes anúncios de profícua colaboração entre o Governo da República de António Costa e o Governo Regional dos Açores de Vasco Cordeiro não passaram de uma desprezível estratégia em que os interesses dos Açores assumiram um posicionamento meramente secundário, na tentativa, felizmente fracassada, de manter o partido socialista no poder na nossa Região Autónoma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos aos factos:

Veja-se o caso da nossa Universidade.

Há um ano, o ministro da Ciência e Ensino Superior e o Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, promoveram uma encenação mediática em torno do financiamento da Universidade dos Açores.

O ministro anunciou que a nossa Universidade iria receber um reforço de verbas de quase cinco milhões de euros entre 2020 e 2023.

Recordamos todos o semblante vitorioso de Vasco Cordeiro nesta matéria e convencemo-nos de que a questão do financiamento da Universidade dos Açores estava resolvida pelo engenho político do Presidente dos Açores de então.

Decorrido mais de um ano, descobriu-se que a Universidade dos Açores não recebeu dinheiro nenhum e o ministro da Ciência e Ensino Superior veio agora à nossa Região Autónoma, com o ar mais cândido deste mundo, afirmar que não assinou qualquer protocolo neste sentido, mas que para o ano é que vai ser. Estamos perante um Governo da República que não honra a palavra dada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não vieram, assim, os opulentos milhões para a Universidade dos Açores, nem sequer os modestos euros para os ex-trabalhadores da COFACO na ilha do Pico.

Apesar das deliberações unânimes dos Parlamentos regional e nacional, o Governo da República ignorou sempre a recomendação de criar um regime especial de majoração dos apoios sociais para os ex-trabalhadores da COFACO. Perante a indiferença do Governo da República do Partido Socialista face ao drama dos ex-trabalhadores da COFACO, o PSD propôs na Assembleia da República a criação desse regime de apoio em forma de Lei.

Foi o que aconteceu. A Lei foi publicada a 11 de novembro do ano passado e o Governo da República tinha 60 dias para a regulamentar.

Já passaram 133 dias e nada. A Lei não foi regulamentada, a Ministra da Segurança Social recusa dar explicações sobre o assunto, sendo certo que os ex-trabalhadores da COFACO continuam à espera de ver os seus apoios sociais majorados.

Por aqui também se comprova que na República há um Governo sem palavra e que até recusa cumprir um compromisso lavrado em letra de Lei.

Foi também este o Governo da República do Partido Socialista que prometeu centenas de milhões de euros para reparar os estragos do furacão Lorenzo, mas dos quais os Açores só viram uma ínfima parte.

Recorde-se que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, o Governo da República se comprometeu a transferir até 40 milhões de euros para os Açores em dois anos: 20 milhões em 2019, mais 20 milhões em 2020.

Deputado Miguel Costa (PS): A isso chama-se execução!

O Orador: Mas no ano passado, ao contrário do anunciado, o Governo da República do Partido Socialista não transferiu um cêntimo sequer.

É o que está escrito na Síntese de Execução Orçamental de janeiro deste ano, um documento do próprio Ministério das Finanças, por mais que os comissários políticos tentem dizer o contrário.

Também por aqui se vê que na República há um Governo sem palavra, que não transfere para os Açores as verbas que prometeu para a reparação dos estragos do furacão Lorenzo.

O processo de construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é outro exemplo – um péssimo exemplo – da falta de respeito que a República tem pelos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo da República do Partido Socialista insistiu nos últimos anos que continuava a fingir que fazia alguma coisa.

Muitos governantes vieram de Lisboa aos Açores anunciar estudos, projetos e concursos públicos.

Passados cinco anos, a promessa da nova cadeia continua soterrada debaixo de toneladas de bagacina, num terreno que o Governo Regional do PS cedeu para alinhar neste “faz que anda mas não anda”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Parafraseando o famigerado ministro Augusto Santos Silva, somos forçados a concluir que a palavra deste Governo da República, infelizmente, ‘vale zero’.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

O Orador: Para além dos já mencionados, são ainda vários os compromissos que o Governo da República, em sintonia com o governo Regional de Vasco Cordeiro anunciou, mas que não foram cumpridos, como:

- O reforço dos meios humanos e equipamentos para as nossas forças de segurança;
- O serviço público de transporte aéreo de carga entre o Continente e os Açores;
- A descontaminação dos solos e aquíferos da base das Lajes;
- Os 167 milhões de financiamento no âmbito do Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira;
- a criação do Observatório do Atlântico no Faial
- a instalação de um radar meteorológico na ilha de São Miguel.

Podíamos ficar aqui toda a semana a falar das promessas do Executivo de António Costa para com os Açores, que a conclusão seria sempre a mesma:

Na República temos um Governo que insiste em não honrar a palavra dada!

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca um Governo da República prometeu tanto e cumpriu tão pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo da República do partido socialista decidiu assumir um conjunto de compromissos há muito reivindicados pelos açorianos e que são determinantes para o desenvolvimento coletivo da Região Autónoma dos Açores, mas teima em não os cumprir com grave prejuízo para todos nós.

Se o incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo de António Costa mereceu ao longo de todos estes anos apenas um mero “encolher de ombros” por parte do Executivo do partido socialista, estamos certos de que o atual Governo Regional dos Açores vai desencadear todas as ações para que o Governo de República cumpra o que prometeu.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A denúncia permanente do incumprimento de responsabilidades que visam a melhoria das condições da nossa vida coletiva é uma obrigação, Sr.

Presidente do Governo, deste Governo Regional, perante o Governo da República e perante o Povo dos Açores, que exige ser respeitado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo Regional)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra. Faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, eu acho que ainda é um bocadinho cedo para os srs. já estarem nesta fase de esgotamento de temas, em que a sua declaração política, o que nos traz aqui é “roupa velha” ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era o seu estado!

O Orador: ... de um conjunto de outras sessões em que, seja através de votos, seja através de outras figuras regimentais, houve um conjunto de assuntos que foram requentados nessa declaração política do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

De qualquer das formas o que eu gostaria de dizer, sr. Deputado, duas ou três coisas muito simples: se o sr. está à espera de um debate político à volta desse assunto, pode esperar sentado ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Claro!

O Orador: ..., desde logo pelo seguinte, o sr. devia preocupar-se mais com os Açores e menos com o Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E isso sobre um variadíssimo conjunto de aspetos ... Mas centremo-nos apenas na questão política. Devia preocupar-se mais com os Açores e menos com o Vasco Cordeiro, e aquilo que eu gostaria de lhe dizer, sr. Deputado, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está muito à vontade nessa discussão, quer em termos gerais, de princípios, quer em termos concretos. Em termos gerais e de princípios, porque os srs. não se iludam, a nossa lealdade e a nossa fidelidade é aos Açores e aos açorianos. E sobre isso não resta a mínima dúvida!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em termos concretos, nós estamos muito à vontade com o património que o Governo da República do Partido Socialista trouxe para a governação dos Açores. Desde uma solução para a discriminação de que os doentes dos Açores eram alvo quando tinham de se dirigir ao Continente e que foi com os governos do Partido Socialista que terminou, ...

Deputado Miguel Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... até ao reforço de fundos comunitários no anterior quadro, para fazer face a um conjunto de situações que a Região enfrentou, até à comparticipação nas Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo inter-ilhas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tinham um Governo do PSD lá fora!

O Orador: ... que foi com o Governo da República do Partido Socialista que se concretizou, depois de anos e anos de recusa, por parte do Governo da República do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Anos e anos!

O Orador: Até à solidariedade de assumir 85% das despesas executadas do Furacão Lorenzo, até o contributo para a solução do problema dos trabalhadores

da Base das Lajes, até às questões relativas ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que foi num terreno escolhido e considerado tecnicamente adequado pelos serviços do Ministério da Justiça, e que o Governo Regional teve muito gosto em participar.

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, o sr. pode acusar o Governo da República do Partido Socialista e o Primeiro Ministro de muita coisa, mas nunca poderá acusar o Primeiro Ministro e Secretário-Geral, do Partido Socialista, António Costa, de ter dito que os Açores não eram grande fortuna porque só valiam 12.000 votos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral mostra que realmente as proximidades políticas, entre a República e os Açores, nem sempre têm a utilidade de deveriam ter ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E logo o senhor que diz isso!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e normalmente, essas utilidades ficam mostradas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na ocultação de informação determinante que foi, pelo Governo de v. exas., escondida do povo açoriano ao longo dos anos, porque

realmente aquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral pôs uma vez mais a descoberto realmente como é que as coisas funcionam e as proximidades que existiam entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mas também não seria justo se apenas apontasse essa má qualidade do relacionamento se cingisse apenas ao Governo da República relativamente ao Governo dos Açores porque também e porque vim de um meio mais autárquico, sempre tive a perceção que essa proximidade entre, por exemplo, um Governo Regional e os municípios da Região Autónoma dos Açores, entre o Governo Regional e as freguesias da Região Autónoma dos Açores nem sempre foi um relacionamento saudável, muitas vezes consistiu...por exemplo havia um namoro a determinadas freguesias, um namoro a determinados municípios, que depois quando resultava em casamento o que se verificava é que depois de consumado o dito casamento com esses municípios já se perdia o valor, a conquista estava feita, aquele município já é nosso, já não é preciso investir da mesma forma naquele município porque a conquista está feita, está consumada. Mas, como eu disse há pouco, também não seria justo se eu contasse apenas essa falha ao Partido Socialista. O PSD, o CDS, o CHEGA, todos os partidos padecem desse mesmo problema, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, aliás devo-lhe lembrar que, por exemplo, não posso deixar de referir a proximidade que tem existido entre a bancado do PSD relativamente à bancado do CHEGA, entre o Governo numa coligação liderado numa maioria pelo PSD e o CHEGA. Obviamente que tem havido um excelente relacionamento, um relacionamento saudável e sério, até à data, que eu não posso deixar de referir, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH)

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E o RSI?

O Orador: ...um relacionamento entre pessoas sérias que honram os seus compromissos.

Mas, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, eu lamento que o partido que o sr. honradamente aqui representa não entenda na República...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eh pá, isso não estava combinado!

O Orador: ... a seriedade do relacionamento que temos tido aqui e que na República desvalorizo aquele que é o entendimento que temos tido, aquele entendimento que tivemos em prol do povo açoriano e que o sr. líder do PSD, a nível nacional, não valoriza e não valoriza porque acha que é mais importante ser uma espécie de assessor de imprensa do Partido Socialista, enquanto devia estar a defender a direita que ele representa ou que ele deveria representar, enquanto ele desvaloriza aquilo que foram as cedências da vossa parte e da nossa parte no entendimento maior. Esperemos que um dia o Dr. Rui Rio perceba o valor da palavra e perceba também o valor que é trabalhar para um povo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD traz-nos uma declaração política que traz, de facto, assuntos que, infelizmente, não são novos e digo infelizmente porque o facto deles continuarem a ser tema de debate é porque efetivamente, na sua

maioria, na sua generalidade, os problemas que são apontados continuam por resolver ou são resolvidos parcialmente, como é o caso, por exemplo, dos radares em que há um que entrou, soubemos também, em funcionamento total hoje, que saudamos, mas que é preciso não ficar por aí e avançar com aquilo que falta.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem lembrado!

O Orador: O Bloco de Esquerda tem alertado para estes mesmos assuntos por diversas vezes. Em 2017 fizemos uma declaração política que, em grande medida na sua essência, nos assuntos que levanta, esta é muito semelhante à que fizemos pela voz da deputada então, Zuraída Soares, em 2019 fizemos um debate de urgência novamente sobre o mesmo assunto com quase todos os mesmos assuntos que foram aqui levantados novamente, isto demonstra que há de facto incumprimentos e que há de facto matérias que não têm tido a resposta, a celeridade e a concretização que os Açores precisam e que a Região precisa.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E que o senhor também tem responsabilidade!

O Orador: Mas estes assuntos, alguns deles, que são por demais evidentes também têm responsabilidades da Região e dos Governos Regionais, anterior e atual. E falo, por exemplo, daquele que é um assunto aqui levantado pelo Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral que trata do novo estabelecimento prisional que se está a construir, neste caso a destruir, porque primeiro é preciso destruir a montanha que lá está, para depois se construir o estabelecimento prisional e o Bloco de Esquerda trouxe aqui uma proposta, na legislatura passada, para que se encontrasse outro terreno para o estabelecimento prisional, que foi cedido pela Região e a pergunta que deixo, ao Governo e ao PSD e à restante maioria que suporta o Governo, é se estão disponíveis para encontrar outro terreno que acelere o processo de construção do estabelecimento prisional? É porque aquele

nós sabemos que não serve. Aquele vai fazer com que o processo se eternize e o problema do estabelecimento prisional, nem na atual legislatura da República esteja concluído e isso para nós é absolutamente inaceitável.

Nós voltaremos com esta proposta porque a responsabilidade é da República, mas o Governo Regional também tem uma palavra a dizer porque tem também uma influência e um poder de decisão sobre esta matéria, relativamente ao terreno que não deve deixar de utilizar.

Deixo ainda uma última questão sobre esta matéria, eu não sei, e o Governo terá talvez essa informação, é uma curiosidade que me assiste, quem conhece o local, se calhar, já olhou para a imensidão do monte de bagacina que ali está e perguntava ao Governo se sabe onde é que vai ser armazenada aquela bagacina? E porque é que não foi feito um estudo de impacto ambiental para aquela obra para perceber o impacto real da escavação e do armazenamento daquela imensidão de cascalho que vai ser retirado desse local?

Eu centrei-me nesta matéria porque ainda há medidas a fazer e estas também, algumas delas, podem depender da Região e a Região não se pode demitir de as fazer também.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Roupa velha e requentado, diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro em relação a estas temáticas, são temáticas de incumprimento do Governo da República.

Ora, v.exa. na sua governação teve, na minha opinião, um problema, que foi o problema de responder a questões que eram questões que apareciam nas primeiras páginas dos jornais e v.exa. anunciava sempre uma resposta, um plano, mas depois o que é que acontecia a seguir? O que é que acontecia a seguir é que v.exa. não concretizava esses planos ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: ... e o Governo da República não correspondia às expetativas geradas por v.exa. e pelo próprio Governo da República e, portanto, existia um incumprimento grande nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... Por isso é que eu considero que estas matérias não estão requeentadas, estas matérias não são roupa velha ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já nos pronunciámos sobre isso!

O Orador: ... porque não estão resolvidas, sr. deputado, não estão resolvidas, quando estiverem resolvidas deixamos de falar nelas, mas agora é nosso dever lembrar, todos os dias, neste Parlamento, em todas as sessões, que estas questões não estão resolvidas.

Vou dar-lhes alguns exemplos: v.exa. afirmou que o acordo da Base das Lajes desfavorece, neste momento, gravemente os Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oxalá que os senhores consigam mais e melhor!

O Orador: Resolveu o assunto? Não resolveu! Roupa Velha! Não foi resolvido, nós herdámos esta questão e é importante que esta questão se altere. A questão da Universidade dos Açores, do apoio e da desvalorização ao longo dos anos da Universidade dos Açores. V. Exa. Resolveu a questão? Não, não a resolveu! Roupa velha, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oxalá que os senhores consigam mais e melhor para o bem dos Açores!

O Orador: Veja a questão da Terceira! A questão da Terceira, v. exas. anunciaram o plano de revitalização económico da ilha Terceira, muitos milhões? O que é que aconteceu?

Deputado Miguel Costa e Deputada Andreia Costa (PS): Muito coisa!

O Orador: Onde é que eles estão? Onde é que estão esses milhões todos, esse apoio, enormíssimo, onde é que ele está? Sr. deputado, roupa velha! Assunto por resolver! Veja bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

O Orador: Aqui, como já foi referenciado pelo Bloco de Esquerda, a vergonha que é, a vergonha que foi, a vergonha que continua a ser o estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Com este tempo do Governo do Partido Socialista e estes anos todos de governação do Partido Socialista diga-me uma coisa, resolveu o problema? Não, não resolveu!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oxalá que consigam mais e melhor!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, roupa velha, sr. deputado, roupa velha, mas v.exa. tem de a continuar a vestir porque ainda não comprou a nova e, por isso, tem de continuar a vestir esta roupa velha.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

O Orador: Ouça, o plano de recuperação e resiliência que v.exa. relembra todos os dias nos jornais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu? Nos jornais?

O Orador: Sim, sim, com vários artigos de opinião. V. Exa. mais uma vez a roupa velha, v. exa. já sabia do assunto antes das eleições, não comunicou a ninguém e mais uma vez nos deixa essa roupa velha, sr. deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: Roupa velha que o sr. tem de continuar a vestir porque não comprou, não adquiriu a roupa nova, sr. deputado. E, por isso, é que eu considero que faz muito bem, o sr. deputado, trazer esta questão, o sr. deputado Pedro Nascimento Cabral, faz muito bem em trazer esta questão, como eu próprio vou fazer e muitos outros deputados vamos fazer sempre que quisermos defender a autonomia dos Açores e a afirmação dos direitos dos Açores ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É o vosso direito!

O Orador: ... porque o Governo da República não tem correspondido às expetativas dos açorianos e às suas justas reivindicações. Está a falhar do ponto de vista daquelas que são as suas obrigações constitucionais, eu não tenho nenhuma dúvida, a República tem aqui obrigações que não está a cumprir e nós temos que lhe relembrar todos os dias este incumprimento e temos de ter ações concretas, discutir isto não é discutir roupa velha, discutir isto é defender, em todos os momentos, de forma afirmativa os direitos e as expetativas dos Açores, as legítimas expetativas do povo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS entende que esta declaração política é pertinente, que não são assuntos que estão fechados, não são roupa velha, no nosso

entender, porque não podemos tratar estes assuntos tão importantes para a nossa Região desta forma.

A nossa postura é que devemos ter sempre um olhar atento, reivindicativo quanto aos incumprimentos da República porque para a nossa Região não é possível termos um Governo da República que tem tido esta postura de vir fazer a propaganda e depois nada ter consequência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não é assim que vamos defender os Açores.

E também dizer que, e já ainda hoje falamos de algumas questões relacionadas com aquela que tem sido a postura do Governo da República perante a Região, como é a questão da Universidade dos Açores, como é a questão do Observatório do Atlântico, e a verdade é que estas situações também criam expectativa sobre a nossa sociedade, criam expectativa sobre os açorianos, sobre as pessoas que estão envolvidas nos diferentes setores e depois não há uma consequência quanto a essas expectativas que são criadas e com essa postura nós não vamos concordar, nós não vamos compactuar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o que se espera, porque o Governo Regional não é oposição ao Governo da República, mas o Governo Regional deve ter uma postura ativa, uma postura reivindicativa do que são os incumprimentos da República perante a nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É esse o nosso entendimento, é isso que defendíamos no passado e é isso que vamos continuar a defender e é assim que o CDS tem tido essa propositura, diversas foram as temáticas, como até foram a questão dos radares meteorológicos que muitas vezes trouxemos a esta Casa, que muitas vezes reivindicamos porque era um incumprimento que estava a ocorrer e que, no nosso entender, não podia permanecer e o que pretendemos e exigimos ao

Governo da República é o cumprimento daqueles que são os seus compromissos, do que são as suas obrigações perante a Região e, portanto, este assunto nunca será roupa velha, nunca será um assunto arrumado porque não poderá ser um assunto que não está resolvido ou que tem se protelado no tempo que não vamos falar nele. Não, temos que continuar para dizer “presente”, para dizer que estamos aqui e reconhecemos aquilo que não está a ser cumprido e que tem de ser cumprido e como disse, e quero também dizer e concordamos com o Sr. Deputado António Lima, na medida em que diz que o Governo Regional deve ter uma postura reivindicativa e ativa, é esse também o nosso entendimento, sabemos que este Governo terá esta postura porque é isso que deve ser e dizer que estamos aqui não é para fazer oposição ao Governo da República, não, é para dizer que estamos atentos e reivindicar aquilo que é preciso reivindicar, não podemos ter uma postura só porque já passaram muitos anos, as coisas não foram cumpridas, estão arrumadas na gaveta à espera de que a República venha dizer que vai resolver ...

Deputada Andreia Costa (PS): Mas alguém disse isso?

A Oradora: ... porque isso não vai acontecer, não vai ser a República a dizer que vai resolver assuntos que nunca foram resolvidos até agora, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

A Oradora: ... somos nós que temos de ter essa propositura, esse desígnio para defendermos sempre os Açores e os Açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sempre vale a pena agitar um bocadinho as hostes, sempre vale a pena lembrar, que vale a pena lembrar à República que existimos, que somos uma região autónoma, que temos um Parlamento, que temos interesses próprios, que temos uma vocação euro-atlântica, que temos serviços da República na Região que nem sempre são cumpridos da forma que ela devia e que temos aspirações para o nosso povo que dependem, não só de nós, mas também da República e da União Europeia.

Sem querer entrar aqui numa espécie de “guerra de alecrim e manjerona” porque como diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e bem, ainda é cedo para cantar loas e para se vangloriar da obra feita ou de reivindicações conseguidas, é bom que tenhamos todos bem presente que da República raramente vêm coisas com facilidade e se hoje o Governo da República do Partido Socialista e se pode de facto acusar o Partido Socialista e o Governo da Região anterior de não ter feito com o seu partido na República o que deveria ter sido feito para conseguir mais para os Açores e para os açorianos, é também bom lembrar o Partido Social Democrata, que aspira ser o Governo da República, que quando isto acontecer terá os mesmos problemas e precisará desta câmara toda e do apoio de toda esta câmara para lidar com esse processos a nível nacional.

Mas são vetustos, não vou dizer que é roupa velha, é roupa mais do que velha, remendada, lavada, voltada a secar, é roupa que já quase não existe porque o processo da cadeia de Ponta Delgada, o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, como agora se diz com palavras bonitas, é mais do que velho, já vem do tempo, antes, de António Guterres! Imaginem só! Qualquer dia é culpa de

António de Oliveira Salazar! O que é facto é que o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, e isso para falar só de um pormenor desta intervenção do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, ultrapassa todos os níveis daquilo que é aceitável, do ponto de vista do humanismo.

O Orador: É verdade, srs. deputados, ultrapassa tudo aquilo que é aceitável do ponto de vista do humanismo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... e foi sucessivamente, há mais de 20 anos, um processo empurrado pela barriga para a frente, um processo que a sua conclusão não teve sequer seguimento. O Governo Regional dos Açores doou um terreno, ok, doou um terreno, um terreno que precisava de três anos de intervenção só para o pôr em condições sendo infraestruturado. Ora, isto é empurrar três ano, logo à cabeça, o processo para a frente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do CH, do PPM e do Governo)

O Orador: E, portanto, não tenhamos ilusões, nem cabia à Região ceder esse terreno, mas pronto, percebo que é um esforço, mas nem cabia à Região ceder esse terreno para a República cumprir uma coisa que é da exclusiva responsabilidade da República.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também se pode ver por aí!

O Orador: Mas é sr. deputado, é por aí que temos de ver, era por aí que deveríamos ter começado as nossas reivindicações, é porque é que o povo dos Açores tem de dar à República um terreno para ela cumprir, perante a Região e o povo açoriano, uma responsabilidade exclusiva da República?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do CH, do PPM e do Governo)

O Orador: Porque nós não podemos construir uma cadeia. E quem diz essa, diz outras, porque a Região já cedeu à Universidade, a muitas outras instituições que são da exclusiva competência da República, património da Região, que é património do povo açoriano, para que a República cumpra connosco aquilo que tem de cumprir.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta Casa, como eu disse ontem, tem que fazer oposição ao centralismo de Lisboa, ao centralismo de Bruxelas, ao centralismo, seja ele qual for, que ponha em causa o bem-estar do povo açoriano.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo

(*) **Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados intervenho para, em nome do Governo Regional, começar por deixar uma nota clara de que este Governo Regional não é, em qualquer matéria, nem uma extensão do Governo da República, nem obviamente um adversário da governação da República, mas é, de forma inequívoca, o defensor dos interesses dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É inequivocamente quem tem a responsabilidade de executar e de fazer executar os compromissos e lembrar prioridades, definições estratégicas e objetivos a alcançar ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e sim, será responsável também pela afirmação dos resultados, mas tem um procedimento e o procedimento é de ser proativo. E quero, por isso, em nome deste Governo, deixar também expresso esta saudação ao Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, por aqui ter apresentado, não um rol de insinuação, não um rol de pretensão, mas antes um rol factual ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... do que interessa aos Açores, do que interessa a um desenvolvimento integral de Portugal inteiro também aqui no Atlântico, de assuntos que estão programados, que estavam calendarizados e comprometidos. Não é isto, por isso, um exercício de oposição, é sim, um exercício de afirmação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dito para esta câmara, para este plenário, que sim, acompanhamos o pensamento da pluralidade e da representação democrática, aqui no Parlamento, para sermos nós, enquanto Governo, o porta-voz defensor e executor do pensamento estratégico aqui definido pelo Parlamento dos Açores, na defesa dos interesses dos Açores e isso dá mais valia a um Governo que obviamente depende do Parlamento que representa o povo e é por isso sempre uma vantagem que o Parlamento se pronuncie, por iniciativa própria, sobre assuntos que dizem respeito à açorianidade, na sua pluralidade de geografia, de

ideologia, de doutrina e até de objetivos: os das nossas ilhas e aqueles que estão na ilha, no exterior e na nossa diáspora e assim representamos na plenitude o interesse da própria democracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, reclamar é democrático; sim, é responsabilidade usar os bons procedimentos para obtenção dos melhores resultados e o procedimento parlamentar, na pronúncia sobre a defesa dos interesses dos Açores é o melhor procedimento democrático que podemos assumir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade que nós podemos sempre encontrar no silogismo o argumento desresponsabilizante e até pode ter, muitas vezes, coerência silogística, mas não é seguramente o melhor papel que, enquanto representantes do povo, podemos assumir.

Ora, o que é roupa velha? O que é reincidência? O que é repetição? Não diminui o valor da causa nem a justiça da reivindicação e, por isso, sr. deputado, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que seja repetitivo, o sr. ou qualquer outra sra. ou sr. deputado, nos assuntos que estão por resolver. Alguns dos assuntos que possam estar por resolver podem até ter fundamento na sua prorrogação de prazo, na dificuldade da sua execução, mas que se diga, que se fundamente, que se justifique a impossibilidade momentânea ou definitiva de qualquer cumprimento de compromisso assumido, que se afirme e se confirme as oportunidades e o calendário do seu cumprimento para que todos saibamos, isso faz parte e eu quero deixar esta palavra ao Governo da República, que conta com este Governo Regional como um parceiro de desenvolvimento para o país porque

sim, nós contribuímos para o desenvolvimento e para o prestígio internacional de Portugal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como também queremos que o Governo da República assuma como parceiro o papel de colaborador no desenvolvimento dos Açores, desde logo cumprindo os seus compromissos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Tive oportunidade de dizê-lo ao Sr. Primeiro Ministro, que conto com o XIII Governo Regional para colaborarmos no desenvolvimento do país inteiro, para sermos parceiros de desenvolvimento, mas que também fique ciente que não somos a extensão do Governo da República para as desculpas das culpas que venha a ter ou já tenha nos incumprimentos assumidos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Não somos o Governo das desculpas para as culpas dos outros, nem por ação, nem por omissão, mas também somos parceiros para fazer cumprir os compromissos que possam ser assegurados por parceria e é esta nota que eu também quero deixar ao Governo da República e aos srs. ministros, com quem aliás tenho tido oportunidade de identificar uma parte deste rol aqui apresentado, hoje, pelo Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral e que faremos no próximo futuro os encontros necessários para passar das palavras aos atos, calendarizarmos cumprimentos e resolver os problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É assim que vamos assumir uma governação que está a favor de fazer, mais do que empenhado em criticar ou a esconder a crítica, também por oposição.

Devo dizer, e sinalizo esta parte porque me toca efetivamente, um dos assuntos que tem incidência, aliás, no cumprimento dos direitos humanos e no prestígio do país, tem a ver com o estabelecimento prisional de Ponta Delgada ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e que agora, também de forma, enfim, não sei se por algum bairrismo se pretende face à localização e venha em transformar-se em estabelecimento de São Miguel, que o seja, o que é preciso é que ele se faça.

A Assembleia da República, recentemente, na anterior legislatura, assumiu com resoluções aprovadas por unanimidade a prioridade na construção do estabelecimento prisional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e o que encontraram foram expedientes dilatatórios para atrasar o que tem máxima urgência. Este Parlamento pode e deve pronunciar-se, por iniciativa própria, nesta emergência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado António Lima, sim, o Governo tem total disponibilidade para encontrar, reencontrar os passos que possam dar celeridade, mas também tem o dever de assumir com honra e dignidade o cumprimento dos compromissos assumidos. Tem razão quando se preocupa com, designadamente o que fazer àquela bagacina toda, ela está, fruto dos compromissos anteriores, a ser entregue numa antiga pedreira que é estaleiro do departamento do Governo que tem as obras públicas a seu cargo e, portanto, tem destino. No entanto, eu também concordo, parece ter sido mais um expediente dilatatório do cumprimento, do que propriamente a melhor escolha para construir o estabelecimento prisional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre salientar a forma elevada e assertiva com que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores veio a este debate. A forma clara e, sobretudo, a diferença que marca em relação aos anteriores governos regionais e ao Sr. Presidente Vasco Cordeiro foi o que ficou aqui bem patente, porque compreendeu perante esta Assembleia Legislativa Regional a razão de ser do meu desafio, do desafio que a bancada do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, colocou ali naquela tribuna.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o desafio que foi aqui lançado foi um desafio para que este Governo Regional não assuma o mesmo comportamento que os governos regionais anteriores do Partido Socialista tiveram, ou seja, não assuma um mero “encolher de ombros” e um “fingir que faz, mas não anda” ...

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e foi isto que o Sr. Presidente do Governo Regional aqui apreendeu. A bancada do grupo parlamentar do PSD dos Açores e enquanto eu

for líder desta bancada, manterá sempre, acima de quaisquer interesses, sejam eles quais forem, os Açores, independentemente da cor política do Governo da República, seja do Partido Social Democrata, seja do Partido Socialista, conosco a música será outra, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Faço minhas as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata!

O Orador: ... conosco o ritmo será outro e enquanto nós tivermos roupa velha para mostrar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro não vamos hesitar em mostrar essa roupa velha, seja ela de que tamanho for e, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não tenho nenhuma fixação em relação à sua pessoa, como deve compreender, tenho sim uma fixação em relação ao anterior presidente do Governo Regional dos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a diferença é total. Eu não posso admitir, enquanto deputado desta Casa, que ...

Deputada Andreia Costa (PS): E em relação ao cidadão?

O Orador: ... perante os resultados drásticos que as anteriores governações trouxeram aos Açores, que nós continuemos passivamente a assistir à degradação contínua, não só da qualidade de vida dos açorianos, mas sobretudo a indiferença perante um conjunto de serviços e de obrigações da República nos Açores que são constantemente varridos para debaixo do tapete.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só são lembrados, como v. exa. bem sabe, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando se aproximam eleições ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Como os senhores tiveram conhecimento! Quem esteve calado foram os senhores, não foi o PS!

O Orador: ... e daí o tal protocolo que o sr. fez que está hoje no jornal Diário dos Açores, uma fotografia com o sr. deputado, o sr. ministro da ciência e o sr.

reitor e estão lá a assinar um conjunto de papéis, mas até hoje, volvidos mais do que um ano, nós não sabemos que papéis foram esses que assinaram, apenas anunciaram um apoio de quase 5 milhões em três anos, dos quais nem um cêntimo veio para os Açores e que foi devidamente desmentido pelo sr. ministro na passada semana. Portanto, essas insinuações, como também o facto de não demonstrar e não ter falado do incumprimento do plano de recuperação e resiliência, que v.exa. teve conhecimento, a uma semana antes das eleições, também demonstra evidentemente a estratégia que v.exa. encolui com o Governo da República mantiveram para manter o PS no poder, felizmente fracassaram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mais, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não, eu não me vou sentar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não me vou sentar porque enquanto esses compromissos que a República assumiu com os Açores não forem efetivamente cumpridos e efetivados, vai me encontrar permanentemente de pé...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Todos nós!

Deputada Andreia Costa (PS): Mas quem é que falou em ficar sentado?

O Orador: ... aqui, perante v.exa., seja com o Governo da República do Partido Socialista ou com o Governo da República do Partido Social Democrata é reivindicar aquilo que foi efetivamente assumido, como por exemplo, v. exa. decerto já se esqueceu de ter assinado uma declaração conjunta com o Governo da República numa visita oficial do Primeiro Ministro à Região Autónoma dos Açores, no dia 30 de abril de 2016, que fez tábua rasa do que aqui está escrito ...

Deputada Andreia Costa (PS): Mentira!

O Orador: ... e, por isso, em nome do povo dos Açores, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não me sentarei e em nome do povo dos Açores trarei a esta Assembleia, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente do Governo, isto é inacreditável! O senhor sabe que isto é mentira!

O Orador: ...sempre todos, todos os assuntos que efetivamente dizem respeito ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e à melhoria da qualidade de vida dos açorianos, custe o que custar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Andreia Costa (PS): Desafio a ler a declaração!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada essa declaração política. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15h00 com a Agenda. Muito obrigado.

Eram 13 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Entramos no ponto n.º 2 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII - “Programa de Apoio Extraordinário à Cultura na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentação do diploma em a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores traz hoje, a esta Câmara, o *PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - Programa de Apoio Extraordinário à Cultura na Região Autónoma dos Açores*.

O teor deste programa tem por objetivo, ouvidos diversos agentes e atores culturais, públicos e privados, responder à crise e às necessidades mais imediatas que o setor da cultura enfrenta, na nossa Região, no quadro da atual Pandemia COVID-19.

Mais do que uma proposta política do Partido Socialista dos Açores, a presente iniciativa legislativa, que mereceu parecer favorável das entidades consultadas, constitui uma proposta concreta que reconhece, valoriza e de forma consertada e adequada visa apoiar este setor.

E, portanto, consideramos que será merecedora do apoio de todas as forças político partidárias desta Câmara.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Repetidamente temos afirmado, quer na atual como na anterior legislatura, que a Cultura se encontra entre os setores, cujas atividades e projetos, mais têm sido afetados pela pandemia.

As sucessivas vagas e períodos de confinamento e desconfinamento, vividos neste último ano, têm votado este setor de atividade a uma crise sem precedentes, dada a enorme desvantagem consequente do facto de a sua

atividade não poder ser realizada à distância ou pela obrigatoriedade de, no seguimento dos planos de contingência, verem suspenso o seu funcionamento.

É certo que as medidas implementadas em 2020, quer pelo Governo Regional dos Açores quer pelo Governo da República, se revelaram insuficientes dado o agravar da crise económica, consequência das sucessivas restrições e medidas de prevenção que, em contínuo, colocam este setor em modo de pausa e inatividade.

Mas, também é certo que, na Agenda de Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores 2020-2022, se encontra expressa a preocupação com este setor nas diversas propostas de Medidas para “Apoiar a Cultura na retoma da atividade”, entre elas a Medida 'Conhecer Cultura' – Mapeamento do setor cultural da Região, que foi entretanto desenvolvida e cujo objetivo visa aprofundar o conhecimento acerca da composição do tecido cultural e artístico açoriano, bem como a forma como agentes e entidades desenvolvem a sua atividade cultural e se exprimem em termos económicos, profissionais, organizacionais e artísticos, entre outros fatores.”

O desenho de medidas e propostas de intervenção no setor da Cultura exige dados estatísticos, dados que reflitam a sua relevância económica e social, dados que possibilitem compreender as dinâmicas, impactos e necessidades deste setor que constitui o principal protagonista na construção e afirmação da açorianidade, que se quer viva e atual, aqui e além-fronteiras.

Sras. e Srs. Deputados:

A Senhora Secretária Regional da Cultura reconheceu em sede de Comissão de Assuntos Sociais, que o setor da cultura foi muito penalizado com toda a situação pandémica, e, por isso, em Conselho do Governo foi aprovada a Resolução do Conselho do Governo n.º 28/2021, de 1 de fevereiro de 2021.

Mas, na verdade, esta Resolução não responde, no nosso entender, de forma satisfatória, não faz a diferença e trata a Cultura como parente pobre.

E, pese embora a possibilidade de algumas empresas deste setor poderem recorrer e ser enquadradas no programa “apoiar.pt açores”, é preciso fazer mais, é urgente fazer melhor.

Daí defendermos que, este *Programa de Apoio Extraordinário à Cultura, que importa recordar ser anterior à resolução do GRA*, é mais inovador, mais amplo no seu âmbito e permite fazer a diferença. Configura-se como uma resposta robusta, pensada para garantir apoios a pessoas singulares e a entidades de todos os setores culturais e criativos, no âmbito da reorganização e adaptação da sua programação, produção, atividades, espaços e equipamentos e na perda de receita de bilheteira e da prestação de serviços artísticos.

Um programa pensado para que, também na Cultura, não se *deixe ninguém para trás*.

Portanto esta premissa expressa-se na diferenciação com que na sua redação e na atribuição de apoios, em 3 alíneas específicas, se distingue os públicos-alvo e os fins a que os apoios procuram atender.

Assim e de forma inovadora, *e já com a redação conforme proposta de alteração enviada à Mesa*, prevê-se:

1. Apoio a título excecional, temporário e a fundo perdido com um limite máximo de 2.500 € para pessoas singulares e 10.000 € para pessoas coletivas, ...”

2.º apoiar os profissionais da cultura, com atividade fiscal na Região Autónoma dos Açores, até 01 de janeiro de 2020, mediante a atribuição de um incentivo não reembolsável a todas as pessoas singulares (trabalhadores independentes) e pessoas coletivas com CAE ou código de IRS principais do setor da Cultura, conforme regulamentação ao presente diploma, no valor de 1 IAS por cada trabalhador independente, posto de trabalho (incluindo os gerentes remunerados nas microempresas) ou pessoa coletiva; e

3.º Assegurar Apoio, através da criação de Bolsas de Apoio à Criação Artística Regional, semestrais ou anuais, com o valor individual de 7.500 € e 15.000 €, respetivamente, destinadas aos promotores, produtores e agentes culturais com domicílio fiscal na Região até 01 de janeiro de 2020, de modo a incentivar a criação de produtos culturais, os quais devem posteriormente ser apresentados e integrados na programação artística regional.

Sublinhe-se ainda que, a natureza urgente desta medida é tão importante como o facto de considerar a atribuição do apoio independentemente de outros apoios de âmbito regional ou nacional previstos para o setor da cultura.

Por isso, entendemos que esta é uma iniciativa proporcional e justa face às tremendas dificuldades que este setor vive há mais de um ano.

É nosso dever dizer presente.

É isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está aqui a fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Termino recordando que é comum afirmar-se que “A cultura é a alma de um povo”.

Na frente de combate contra a pandemia este é, também, o momento de lutar por manter viva e com perspetiva de futuro a alma açoriana.

Pelos Açores, pela Cultura. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Falando de cultura, não posso deixar sem que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas a todos aqueles que dão alma e vida à nossa cultura nas mais variadas formas. A cultura, sem dúvida, é fundamental para toda a nossa sociedade e é um bem imprescindível para a vida individual e coletiva.

Por isso é fundamental termos uma cultura para todos e que chegue a todos.

Aqui, queria primeiro dizer que o Grupo Parlamentar do CDS acompanha esta preocupação do Partido Socialista quanto ao setor da cultura, quanto àqueles que têm sido apoiados e que se calhar não tem sido o suficiente ou até mesmo aqueles que até agora não têm tido qualquer apoio.

Sabemos que estamos a viver uma situação pandémica que tem trazido constrangimentos a variados setores, mas sem dúvida que o setor da cultura tem visto a sua atividade reduzida ou mesmo completamente parada e isso tem trazido muitos constrangimentos.

Falamos, por exemplo, nas nossas filarmónicas que têm um papel fundamental nas nossas freguesias, nos nossos concelhos, nas nossas ilhas, que são muito representativas daquilo que é a nossa identidade cultural e que têm estado paradas. Já o ano passado não existiram as festas do Espírito Santo que muitas vezes, através das tocatas que fazem é o rendimento que têm; temos o caso dos empresários do setor da cultura em que não existiram festas de verão e que muitas vezes fazem investimentos a preparem-se para essas festas e estas não realizaram. Como tal, acompanhamos esta preocupação relatada aqui pelo Partido Socialista.

Queremos dizer que essa preocupação não é de agora. A verdade é que já em maio de 2020 foi aprovada uma iniciativa do CDS que previa a criação de medidas excecionais e transitórias de apoio à atividade às sociedades filarmónicas apoiando assim as filarmónicas que se viram obrigadas a parar a sua atividade.

Efetivamente, em setembro de 2020, o anterior Governo, através de uma Resolução também aprovou apoios excepcionais às sociedades recreativas e em fevereiro de 2021 (é importante dizer que este Governo tem tido um olhar atento sobre a cultura, é claro que queremos sempre mais e melhor, mas tem tido esse olhar atento) o atual Governo, através de um Resolução, implementou e criou um apoio excepcional a atribuir aos trabalhadores independentes e pessoas coletivas sem fins lucrativos na área da cultura e surgiu esta iniciativa para combater aquelas que eram as necessidades de pessoas que estavam afetas à cultura.

Mas paralelamente a isso, também é preciso dizer que tem existido outro apoio e outra abertura por parte da Secretaria da Cultura perante as dificuldades que têm sido sentidas pelos agentes culturais e isso mesmo foi abordado e manifestado em trabalho de Comissão pelo Presidente da Associação União Audiovisual que manifestou efetivamente a sua satisfação com este Governo porque considerava que este Governo estava mais sensível às questões referentes à cultura do que anterior executivo.

Deputado Carlos Silva (PS): As filarmónicas são um bom exemplo!

A Oradora: A verdade é que esta iniciativa prevê aqui três pontos resolutivos quanto ao artigo 3.º que prevê o apoio financeiro do qual também concordamos e entendemos que será uma mais-valia para este setor e, como tal iremos acompanhar esta iniciativa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... à exceção do artigo 7.º, que prevê que seja possível a acumulação de apoios e aí é que efetivamente não acompanhamos, uma vez que entendemos que os apoios, sendo da mesma natureza e do mesmo âmbito não devem ser cumuláveis.

Sabemos que existem medidas, principalmente para a questão das empresas. Na área cultural podem ir buscar apoios através do apoiar.pt e entendemos que

aquelas que puderem fazer será também a forma de deixar disponível no Orçamento da Cultura verba para aqueles que efetivamente não são empresas e não conseguem ir buscar através do apoiar.pt.

Sabemos que quanto aos agentes culturais e às pessoas envolvidas na cultura existem muitas que ainda não conseguiram ir buscar apoio. Neste momento, temos uma iniciativa da Iniciativa Liberal que está a ser discutida em Comissão exatamente nesse âmbito e que prevê, por exemplo, o caso de um apoio para o caso dos Agentes Culturais e aqueles que estão na parte do som, na parte de luzes, que realmente não têm apoio desde que viram a sua atividade parada. Com tal, acho que estamos aqui todos numa tentativa de apoiar estes que estão numa situação realmente difícil dadas as circunstâncias da pandemia.

Sabemos que nada disto estava previsto, mas estamos perante esta situação e temos que agir. É isso que o Governo tem feito e os partidos têm dado os seus contributos.

Termino dizendo que vamos estar aqui sempre para tentar melhorar os apoios que já existem, criar apoios que não existem, na tentativa sempre de tentar chegar, em primeira instância, àqueles que ainda não conseguimos chegar, que não tiveram ainda nenhum apoio, mas também àqueles que o apoio não é suficiente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... sabendo que tudo o que seja criado e por mais apoios que sejam criados nunca será o suficiente para combater...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... todos os constrangimentos que temos vivido no âmbito da pandemia.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Nós somos forçados a fazer uma ligeira pausa nos nossos trabalhos devido a um problema no som, mas dizem-me que é muito breve. Precisamos de desligar e reiniciar o sistema.

Eram 15 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 33 minutos.

A Mesa já tem duas inscrições. Continuam abertas as inscrições. Está inscrito, para uso da palavra, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dali, daquela tribuna, a Sra. Deputada Célia Pereira, proferiu uma frase que me ficou o ouvido: “para que não fique ninguém para trás”.

Ora, o que aconteceu neste último ano foi que, de facto, ficou muita gente para trás e nós muitas vezes, que recebemos o nosso vencimento no dia certo de cada mês, esquecemos que está para trás gente que está a zeros, literalmente a zeros, desde março do ano passado, senão antes disso, porque destes agentes que são abrangidos por este diploma há gente que em março já estava a zeros, porque têm épocas de sazonalidade de trabalho e quando há ali a seguir ao ano novo, até retomar a primavera, já está a zeros.

Na fase a que surgir trabalho de novo cai-lhes à porta as medidas de contenção de proliferação de SARS-CoV-2, que nós sabemos o Estado, neste caso a Região Autónoma dos Açores, implementou, e que além de todas as outras atividades económicas fez um *lockdown* também a estes agentes culturais.

Portanto, eu gosto sempre de seguir aquela máxima dos americanos que é *put yourself in my shoes* para tentar perceber as dificuldades que as pessoas estão a viver. Imagine os Srs. Deputados que agora por um período de um ano não nos pagavam os vencimentos e as ajudas de custo, as nossas deslocações e essas coisas todas.

O que é que acontecia à democracia?

É nossa responsabilidade nesta Casa olhar para os problemas desses cidadãos e como foi o Estado, através das medidas que tomou, que criou esse problema, compete ao Estado resolver esse problema. Não é a mão invisível dos mercados que vai resolver, é o Estado, porque foi o Estado que criou o problema.

Portanto, a Iniciativa Liberal é com gosto que se associa a essa medida apresentada pelo Partido Socialista reforçando que apresentamos uma Proposta de Resolução que está em sede de Comissão de Política Geral, que recomenda precisamente ao Governo que avalie todos os casos que não foram ainda contemplados e que são casos dessa natureza, que incluem agentes culturais e não só, também aqueles que trabalham para a produção de alguns eventos, onde os agentes culturais desenvolvem a sua atividade.

Portanto, é da mais elementar justiça que se faça sobre esses agentes culturais, mas também sobre outras atividades que estão em paragem permanente, uma compensação por essas percas que têm tido ao longo desses últimos meses.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo (supostamente estava ali), Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cultura!

Palavrinha deste tamanho. Palavrinha pequenina, mas que cabe tanta coisa lá dentro.

Uma palavrinha que enche a boca de muitos e que despeja a algibeira de alguns.

Cultura!

Apesar de uma palavra pequena, engloba muita coisa. Há cultura popular, há cultura erudita, até há a cultura da melancia, mas não é esta.

Eu acho que o debate da cultura não pode ser como aquela música “Quem será o pai da criança?”. Se nós vamos por aí esta criança vai ficar mesmo órfão.

A verdade, e não me querendo repetir do que já disse sobre cultura, a cultura é essencial a qualquer sociedade. Uma sociedade sem cultura, nem é uma sociedade, acho eu. Penso eu que não é.

Não querendo repetir, porque disse muito bem o Sr. Deputado Nuno Barata, para haver cultura há pessoas que trabalham nesta atividade. É verdade que a pandemia parou uma séria de atividades. O João, a Maria, o António da praça, dos táxis, do talho, do supermercado e também da cultura.

Agora, também é verdade que a cultura parou por imposição, como dizia ali o Sr. Deputado, do Estado. As coisas são como são, é a pandemia que temos e não a podemos negar.

Há algo que nós não podemos esquecer. Há algo que não pode passar em branco. Nós tivemos trabalhadores de um setor da nossa economia que passaram fome, que não tinham que comer. Isto aconteceu, isto foi real e isto foi combatido pela boa vontade dos seu pares, de algumas pessoas. Este é um aspeto.

Deputado António Lima (BE): Felizmente temos o RSI!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima quer mandar os músicos todos para o RSI, ou seja, é o respeito que nós temos pela cultura, é a imagem que nós temos da cultura...

Deputado Joaquim Machado (PS): Muito bem!

O Orador: ... é a imagem como a cultura foi tratada até hoje, ou seja, um artista é um fulano que não sabe fazer mais nada na vida e dedica-se à cultura. Eu não posso concordar com isso, eu que sou também artista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

Os senhores da esquerda já mandaram metade do meu povo para a pobreza não mandem o resto, se faz favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ó senhor, tem sido a esquerda que tem defendido a cultura na República!

O Orador: Voltando aos assuntos sérios e não ouvindo os velhos “Marretas”, pá, pá, pá, que parecem aqueles tipos que nunca estão contentes com nada,...

Deputada Alexandra Manes (BE): São os papagaios!

O Orador: ... para não falar de papagaios, nem de metralhadoras, eu gostava de dizer o seguinte:

O que está para trás, para trás fica. Nós temos que andar para a frente, e se temos que andar para a frente temos que andar com seriedade.

Quando eu conheci o Projeto do PS fiquei bastante satisfeito. Havia sensibilidade; havia sensibilidade para resolver um problema.

Deputado Francisco César (PS): Mas! Tem um *mas* aí!

Deputado António Lima (BE): É o mesmo!

O Orador: Ninguém está a dizer que não é o mesmo.

Eu fiquei satisfeito. Nós obviamente já tivemos aqui algumas trocas de impressões sobre aquilo que seria melhor ou pior. Obviamente que foram esclarecidas as dúvidas. Isso tem de ser resolvido.

Nós temos de ter cultura na nossa sociedade, mas de saber tratar bem os homens que produzem a cultura.

Há uma série de empresas que organizam cultura; há uma série de entidades que são responsáveis pela parte técnica. As coisas não caem no céu. Do céu cai a chuva e não é todos os dias.

Nós temos de ter este cuidado. Temos de saber tratar com igualdade aquilo que tem de ser.

Não encher a boca. A cultura é muito bonita num cartaz, mas não é nada bonita quando as pessoas passam fome e aqui estarei sempre do lado daqueles que passam esta necessidade, seja da cultura, seja de outra área qualquer.

Eu que tenho uma sensibilidade muito especial para esta área, porque também estou nela, orgulho-me dela, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... orgulho-me do trabalho que faço com outras pessoas, e tenho de estar sempre a olhar.

Agora, a cultura não é tudo.

Eu ouvi há pouco falar das filarmónicas. Não! Vamos tratar deste problema. A seguir vamos tratar de outro. Vamos tentando tratar dos problemas como eles são, porque na palavra cultura, quando englobamos tudo, não estamos a ser justos. Estamos a pôr dentro do mesmo saco aquilo que não é misturável.

Temos de saber agora tratar destas pessoas que estão há um ano a zero. Depois vamos tratando.

Eu sei que a Sra. Secretária tem-me dado conta disto e os senhores sabem (eu não sou o único que sei disto) que tem havido um esforço da parte do Governo, em época de pandemia, de se fazer um esforço adicional, para que a cultura não

desapareça e não desapareça a cultura tradicional e a cultura erudita. Todo o tipo de cultura.

Agora, que não haja também pretexto para isso, que se use a cultura para alguns depois se poderem aproveitar dela, enfim, de forma menos digna.

A cultura é algo respeitável.

Eu peço sempre a todos que tenham algum respeito porque por detrás de qualquer atuação, por detrás de qualquer expressão artística, seja ela plástica, musical, teatral, o que for, há um trabalho enorme. E mais – gostava de salientar isto: tudo isto, também contribui para algo muito positivo, é tirar os nossos jovens (porque eles acabam por ser os grandes atores, no meio disso tudo) daquilo que não deve ser o caminho correto.

Tirá-los dali. Não vamos salvá-los todos.

Conversava ainda hoje aqui com o Sr. Deputado Manuel: não conseguimos salvar todos, mas se conseguirmos salvar alguns já fizemos algum trabalho.

Muito obrigado por isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para a Deputada Marta Matos, que teve o cuidado de apresentar esta iniciativa, mas que não pode estar aqui hoje, mas merece uma palavra de apreço pelo trabalho que foi feito.

Deputada Sandra Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria de realçar essa parte.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem realçado!

O Orador: Uma segunda nota para dizer que a proposta do Partido Socialista é uma proposta ampla. Foi muito bem explicada em comissão, e hoje, aqui, pela

Deputada Célia Pereira. Visa apoiar as pessoas singulares, sejam elas trabalhadores independentes profissionais liberais, ou empresários em nome individual, as pessoas coletivas de natureza empresarial ou associativa, e não, conforme era intenção da coligação de direita limitar as associações nas suas propostas de alteração iniciais, mas, e muito bem, decidiram retirar as suas propostas,

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Estava a ver que ia votar contra!

O Orador: Portanto, queria realçar que o Partido Socialista pretende apoiar o setor cultural, que vive momentos difíceis...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é de agora!

O Orador: Não é de agora, Sr. Deputado.

Esta proposta que aqui está é robusta, é abrangente, está devidamente fundamentada, e visa apoiar significativamente os agentes culturais da nossa Região, porque de facto a cultura é essencial ao nosso desenvolvimento e é com propostas como as do Partido Socialista que nós conseguimos apoiar um tão importante setor.

Não basta apenas fazer votos de congratulação às associações. É com iniciativas como esta que fazemos a diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lhe faz a oposição!

Deputado Bruno Belo (PSD): É pena não dizer isso relativamente aos bombeiros!

O Orador: Acrescentar que para o Partido Socialista nós entendemos que é importante apoiar o setor da cultura e é por isso que consideramos que os apoios devem ser acumuláveis, ao contrário do que defende a coligação de direita, que diz que gosta da cultura e que quer apoiar, mas, cuidado... os apoios não podem ser acumuláveis.

Aproveitamos essa nota para perguntar à Sra. Secretária Regional da Cultura se mantém a opinião de que a proposta do Partido Socialista é redundante, conforme disse na Comissão?

Também gostaríamos de saber porque é que há duas posturas no Governo: o Sr. Secretário das Finanças entende, e bem, que os apoios do programa Apoiar podem ser acumuláveis com outros incentivos e apoios públicos; a Sra. Secretária da Cultura, através dos partidos que a suportam entende que a cultura é o parente pobre e não deve ter apoios que sejam acumuláveis.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Essas interpretações enviesadas para irem buscar aplausos são retóricas!

O Orador: Portanto, uma pergunta que se impõe é: qual é a postura do Governo, se é a do Sr. Secretário das Finanças que defende que os apoios devem ser acumuláveis, e bem, ou se é, no caso da cultura, a decisão de que não devemos acumular os apoios?

Uma segunda pergunta para a Sra. Secretária da Cultura:

Se a proposta de alteração que é apresentada pelo CDS e pelo PPM for aprovada e que diz que não devem ser acumuláveis os apoios, o que é que isso significa em termos práticos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então não sabe?

O Orador: Uma associação que concorra a esta iniciativa pode concorrer ao RJAAC, ou fica limitada?

Agradeço os seus esclarecimentos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A cultura é essencial à identidade coletiva de um povo e de uma civilização e é fundamental para a construção da cidadania, e é ainda mais uma condição essencial à democracia

O setor cultural foi, à semelhança de outros setores, afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fecharam portas, os cinemas pararam as exposições. A paralisação da Cultura começou com o confinamento, no ano de 2020. Quase um ano depois de ter sido declarado o primeiro estado de emergência, a situação dos trabalhadores e das estruturas do setor têm-se agravado significativamente.

As medidas de prevenção e contenção do contágio agravaram os problemas estruturais provocados por décadas de falta de investimento num serviço público de cultura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Num setor profundamente marcado pela precariedade laboral e pela inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos, a desproteção das e dos trabalhadores é quase total.

A mobilização das e dos profissionais da cultura, através de manifestações e outras iniciativas, tem evidenciado os problemas estruturais, a situação de crise

económica e social que se aprofunda, o baixo valor dos apoios e tempos demasiados longos para a sua atribuição. Os agentes do setor reivindicam a implementação de medidas mais abrangentes, menos burocráticas e que efetivamente cheguem a todas e todos os trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Os apoios excecionais desenhados pelo governo são insuficientes, nomeadamente a Resolução do Conselho do Governo n.º 28/2021, de 1 fevereiro, recentemente alterada no seu ponto 8,

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

A Oradora: ... e não chegam a todas e todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

A Oradora: Os profissionais da cultura não são todos artistas! Os produtores, programadores, curadores, técnicos e todas as outras profissões relacionadas com o setor cultural, estão há quase um ano sem conseguir trabalhar e sem rendimentos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Há artistas que não são profissionais!

A Oradora: Com a vida suspensa, muitas pessoas estão na situação dramática de não saber como pagar as contas e de ter de recorrer a cabazes solidários para sobreviver.

Apesar de, na apresentação do Programa do XIII Governo, a Senhora Secretária Regional da Cultura ter dito que para este Governo, a Cultura tem “a dignidade que, ao longo de toda a autonomia e na dimensão de todas as ilhas, esta justifica e assume”,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é verdade!

A Oradora: ... constata-se que, na estratégia do Governo, a cultura continua a ser relegada para um plano secundário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Exemplo disto é a ideia persistente de que a cultura deve ser feita ao género de um certo voluntariado. E isto é notório quando o único apoio concedido pelo Governo, de tão microscópico e cirúrgico que é, nem efeito placebo tem. É essa a dignidade para a cultura?

A cultura é o “parente pobre” que merece votos de congratulação, mas que, quando se trata de apoiar com medidas concretas,...

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

A Oradora: ... acaba por ficar sempre esquecido.

Recordo as bonitas palavras do voto de congratulação do PSD à Miratecartis aprovado ainda hoje: “A cultura, a arte e o conhecimento são dos maiores valores que uma região pode transportar e delegar às novas gerações”. Esperamos que estas palavras tenham consequências práticas e que não se dê razão ao velho ditado que diz: “Dia de muito é véspera de nada”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Música!... Violinos!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que diria o Presidente da Câmara das Lajes?

A Oradora: Isto porque, a prática deste governo parece não refletir os bonitos discursos sobre a cultura dos partidos que o suportam: é que os apoios concedidos no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 28/2021, de 1 de fevereiro, são retirados ao orçamento previsto para o sector cultural. Ou seja, como não se estão a realizar eventos culturais e ficando estas verbas disponíveis, em vez de serem canalizadas para uma política de adaptação da cultura às contingências atuais, faz-se exatamente o seu oposto.

Aliás, quase que se obrigam os agentes da cultura a escolher entre um apoio básico de subsistência, seja pessoal ou coletivo, e um apoio para desenvolver atividades culturais? Ou se concorre ao Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais ou se escolhe sobreviver... e a produção cultural? Será excessivo

querer continuar a atividade cultural e não apenas subsistir enquanto a pandemia durar?

Ainda no discurso inaugural, a Sra. Secretária referiu que a cultura e as suas representações se afirmam como verdadeiros sustentáculos desta região. No entanto, as candidaturas ao Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais relativas a 2021, continuam por atribuir.

O prazo terminou em novembro de 2020. Estamos no fim de março de 2021 e os concorrentes ainda não sabem os montantes que vão receber, nem sequer se os seus projetos foram aprovados ou não.

A demora na comunicação destes resultados gera incerteza e levanta constrangimentos à programação de atividades culturais, quando agora é tão necessária a planificação cuidada e antecipada devido às contingências sanitárias.

O Bloco de Esquerda defende que sejam dadas condições aos agentes culturais dos Açores para subsistirem e para continuarem a trabalhar na produção de cultura.

É por isso que o BE votará favoravelmente à proposta que agora está em discussão, agora em discussão, que dá uma resposta mais sólida e inclusiva às necessidades dos agentes culturais da nossa região.

Se os agentes culturais e os serviços externos da Direção Regional da Cultura estão praticamente parados, isso não se deve tanto à pandemia, mas sim à inação e paralisia do Governo Regional.

É uma tarefa fundamental do Estado garantir o direito constitucional à fruição e criação cultural. Cabendo, assim, na Região, ao Governo Regional, particularmente à Secretaria da Cultura, assegurar que, quando estes tempos sombrios se dissiparem teremos ainda uma comunidade cultural capaz de garantir a possibilidade de acesso à cultura a todas as pessoas que vivem nos

Açores e de promover a diversidade cultural. Para tal, é fundamental responder à crise de subsistência e precariedade crónica que historicamente afeta o setor. Numa verdadeira democracia progressista, a Cultura deve ser um bem essencial a preservar e estimular.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Projeto de DLR apresentado pelo Partido Socialista, pela Sra. Deputada Célia Pereira, Programa de Apoio Extraordinário à Cultura da Região Autónoma do Açores, merece o apoio do PSD.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): PSD, CDS e PPM, não se esqueça!

O Orador: As razões que foram apresentadas, partilhamos dessas razões, tal qual como partilhamos daquilo que foram os motivos também apresentados pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, pelo Sr. Deputado Nuno Barata e pelo Sr. Deputado José Pacheco. Ou seja, há um conjunto de entidades, na área cultural que, tendo sido afetado pela pandemia está a ser extremamente prejudicado nas suas vidas.

Na Região existem centenas de artistas, em diversas áreas de criação artística, e todos eles, de uma maneira ou outra, conferem à cultura açoriana um cariz especial, mas estão a ser vítimas também da situação.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD, tal como o Governo do PSD, acolhem estas iniciativas, mas não é de agora.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): PSD, CDS e PPM, não se esqueça!

O Orador: E CDS e o PPM!

Eu recordo que a medida apoiar.pt já inclui Códigos de Atividade Económica que se dirigem a empresas e a atividades na área cultural e isso é essencial, designadamente a Classificação Económica 90, 91, 5-8-1, 5-9.

Portanto, em termos de compensação da faturação ou da redução da faturação, todas as microempresas, empresários em nome individual, com ou sem contabilidade organizada, empresas e outras sociedades estão abrangidas por esta medida da qual já há notícia do pagamento no conjunto daquilo que foi já verificado e anunciado publicamente de mais de 4 milhões de euros para um programa que tem uma dotação de 35 milhões de euros.

Portanto, a questão dos apoios à cultura não são de agora, ainda que a situação tenha-se iniciado em março de 2020, eventualmente até antes.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD apoia esta medida, mas introduziu, de acordo com aquilo que foi o acordo com o CDS, o PPM e com o CH, uma alteração que não tem por objetivo limitar os apoios, mas simplesmente não criar aqui um constrangimento que é, havendo duplicação de apoios, aquilo que é o esforço do Governo não pode ser candidato à participação europeia. Essa é a nossa preocupação. Ou seja, se para mesma natureza e objeto havendo duplicação de apoios, dos custos apresentados, isto impede o Governo de poder candidatar estes fundos à União Europeia.

É evidente que num período de grande carência e de elevados apoios faz todo o sentido que o Governo possa maximizar aquilo que são as verbas disponíveis por Bruxelas.

Portanto, este é o fundamento para a apresentação daquilo que é que a única alteração proposta pelo conjunto de partidos que subscreveram esta alteração que o artigo 7.º, exatamente, permitindo que o Governo e todos nós não ficamos prejudicados naquilo que são as possibilidades de financiamento dos apoios globais à nossa economia e às nossas empresas com origem em fundos comunitários.

Quanto ao resto, naturalmente que apoiamos a iniciativa do Partido Socialista e votaremos favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Primeiro-Ministro Churchill, durante a II Guerra Mundial, dados os fortes constrangimentos orçamentais para suportar o esforço de guerra, foi uma vez apresentada uma proposta de se fecharem os cinemas e os teatros em plena II Guerra Mundial, para concentrar esse esforço, essa despesa, para construir material bélico para o esforço de guerra.

Ele teve uma resposta espirituosa. Respondeu: então, se é assim, para que é que estamos a fazer esta guerra?

Eu acho que vivemos um contexto, que não é este holocausto que acabei de contextualizar, de referir, mas é um esforço, é um esforço que tem de ser feito no âmbito de circunstâncias extraordinárias, circunstâncias da pandemia.

A pandemia teve efeitos devastadores em vários setores nos Açores e em todo o mundo, aliás, mas no setor da cultura, pela sua particularidade, teve certamente um acréscimo do ponto de vista das dificuldades que criou aos agentes do setor, que já têm, em circunstâncias normais dificuldades e enfrentam dificuldades em circunstâncias normais, quanto mais numa situação tão prejudicial às suas atividades como a pandemia que estamos a enfrentar.

É por isso que da parte do Grupo Parlamentar do PPM, o Grupo Parlamentar do PS e a Sra. Deputada Célia Pereira, que foi quem apresentou, e muito bem, a iniciativa, pode contar com o apoio do Grupo Parlamentar do PPM e com o seu voto favorável. Não é só com o seu voto favorável: com a compreensão e a convergência de posição em relação a esta matéria.

Deixe-me dizer apenas que a sua apresentação, excelente, foi um pouco estragada ali pelo Sr. Deputado Carlos Silva. O Sr. Deputado Carlos Silva, como economista, gestor, fez aqui uma apresentação gélida do setor.

O Sr. Deputado Carlos Silva falou da proposta como uma proposta robusta, uma proposta eficiente. Ora, isto é exatamente o oposto daquilo que é a natureza de uma proposta para a área cultural.

Estamos a falar de sensibilidade, estamos a falar de espírito artístico, e a maneira como o Sr. Deputado Carlos Silva tratou a proposta desconsiderou e dificultou o seu trabalho, Sra. Deputada, porque é alguém gélido a falar de uma área tão sensível, que desperta os nossos sentimentos.

Mas, mesmo assim, Sra. Deputada, voto favoravelmente, por causa do seu desempenho, não por causa do desempenho do Sr. Deputado Carlos Silva.

Devo dizer, que é uma apresentação da cultura entre o economista e o pugilista, porque a seguir, depois de ter feita essa apresentação gélida, atirou-se aos partidos da coligação. Portanto, quis arranjar aqui uma briga.

A Sra. Deputada do CDS já tinha dito que votava favoravelmente a proposta, mas o Sr. Deputado Carlos Silva não ficou contente, quer aqui um combate, quer aqui um conflito, e não há, porque estamos de acordo com a proposta, Sr. Deputado.

São precisos dois para uma luta e nós não estamos disponíveis, porque concordamos com V. Exa.

Deputada Ana Luís (PS): Não, não! Aí é que o senhor se engana!

O Orador: Devo dizer que nesta matéria o que me chamou a atenção, Sr. Deputado Carlos Silva, foi a disponibilidade (sempre!)... o Partido Socialista sempre disponível, sempre atento para resolver esta questão.

Eu li mal a proposta ou a proposta é uma proposta retroativa que faz efeitos para 2020?

Mas quem é que governava em março de 2020? Quem é que estava a governar?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Março, abril, maio, junho... Então sempre atento para com permanente apoios e agora o que V. Exas. propõem é nós queremos pagar a partir de agora (muito bem, estamos de acordo) e também queremos pagar e fazer aquilo que não foi feito pelo Governo anterior, no ano anterior.

Portanto, da minha parte, apoio a proposta. Evidentemente que o mínimo que eu podia fazer nestas circunstâncias é apontar alguns paradoxos da vossa apresentação, não da vossa proposta, mais especificamente para fazer justiça à Sra. Deputada Célia Pereira que, como lhe disse, e termino, apesar de tudo, o Sr. Deputado Carlos Silva não estragou a sua proposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Deputado Carlos Silva (PS): Ora aí está a sensibilidade do Governo com a resposta do Sr. Secretário das Finanças em vez da Sra. Secretária da Cultura!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Relativamente à questão que foi posta e que devo ser eu a esclarecer que tem a ver com o haver ou não acumulação de apoios, e foi citado, e bem, que o apoiar.pt tem essa redação da acumulação de apoios.

Pois foi por essa redação, que acabo por reconhecer *a posteriori* que teve pouca precisão (também vou já explicar por que razão é que ela foi posta), que tivemos mais de 30 dias em esclarecimentos com Bruxelas, porque de facto existe o princípio de não haver duplo financiamento.

O duplo financiamento impede os fundos comunitários. Portanto, tudo terminou a bem, no caso do apoiar.pt porque tivemos de assumir...

Deputado Carlos Silva (PS): É a sensibilidade cultural!

O Orador: .. primeiro, porque havia um precedente da existência do programa a nível nacional e porque os Açores assumiram o compromisso de não permitir a duplicação de apoios.

E o que é isso de duplicação de apoios? É se uma determinada entidade, seja neste caso empresarial, recebe um apoio para o emprego de um determinado programa, não pode ter duplicação de apoio para o emprego.

Se for para a tesouraria não pode ter outro apoio de tesouraria, se for para a Covid não pode ter outro apoio.

Portanto, é possível ter dois apoios, um para o emprego e outro para a tesouraria, mas não acumular na mesma área.

Portanto, este problema é um problema técnico, não é um problema de generosidade.

No caso do apoiar.pt, estamos como é óbvio com outra desenvoltura, mas na altura tivemos receio que havendo outros programas e sendo este um programa fundamental para as empresas, também para as da cultura, que pudéssemos estar de facto a prejudicar alguma entidade.

Hoje em dia, o que de facto sabemos é que este princípio, para efeitos de fundos comunitários é um princípio essencial, portanto, passa a ser um problema de técnica jurídica. Os Açores não podem prescindir de candidatar este sistema de apoio, com o qual claramente concordo...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está em causa, Sr. Secretário!

O Orador: Não está, mas não podem prescindir da sua candidatura com êxito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a sugestão é que esteja claramente previsto a não existência de duplo financiamento.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Há diferenças, Sr. Secretário, há diferenças.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso, Sr. Secretário. Não foi isso que eu perguntei!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estimado Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu parece-me que o tal boomerang australiano foi comprado por V. Exa. e não por mim,...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Mas atirado por si!

O Orador: ... porque eu estava aqui a ouvir os líderes, ou a bancada da direita, e estava a lembrar-me (perdoe-me a câmara) daquela anedota que diz que voa, voa, mas voa baixinho.

V. Exa. querem apoiar, sim senhor, muita cultura (claro que a cultura é muitíssimo importante, claro que sempre foi e vai sempre ser) mas o que passa é que os apoios que nós damos já os damos e como não vamos deixar que seja cumulativo ficam com estes apoiozinhos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... no lugar de serem os apoios que estão previstos no nosso diploma.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não foi isso que foi dito!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Francamente!

O Orador: Vs. Exas. já vão ter tempo de explicar isso. Se eu estiver enganado eu agradeço e todos beneficiamos.

O que me parece é que a vontade de apoiar a cultura é mais teoria do que na prática e espero estar enganado, espero verdadeiramente estar enganado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está muito enganado!

O Orador: E por que é que digo também isto?

Porque fiquei com esta impressão logo no dia em que em sede de Comissão estivemos trabalhando o diploma e nos apercebemos que a Resolução do Conselho do Governo o que faz, muito habilidosamente, é enviar para o regime jurídico a organização dos apoios, que por sua vez o regime jurídico já é um diploma que se destina a apoiar as mesmas pessoas, logo aí eu achei muito estranho, e depois como se isso não bastasse já não tem dinheiro. Foi a própria Sra. Secretária que disse que já não tinha dinheiro, mas depois, logo a seguir, fartou-se de dizer que ia ter mais dinheiro.

Que mais dinheiro é esse? Onde é que esse mais dinheiro está? Onde é que isso tudo está?

O que me parece é que tudo teoria. É isso que me está a parecer.

Só mais uma perguntinha para não gastar o tempo todo, porque tenho colegas que querem falar.

Eu também posso estar enganado, mas se estiver, por favor, corrijam-me: ao que julgo saber, há um regulamento que diz que até 31 de janeiro tem que existir um despacho do Governo a dizer quais são as áreas de apoio à criação de bolsas artísticas.

Portanto, já vamos em março e ao que julgo saber esse despacho ainda não surgiu. Portanto, não conhecemos as áreas a apoiar em termos de bolsas de criação artística.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Não há bolsas artísticas! Há bolsas à criação artística!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições? Sra. Secretária Regional da Cultura faça favor.

(*) **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital** (*Susete Amaro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foram muitas as questões colocadas. Eu vou tentar dar resposta a todas elas, ou pelo menos as mais importantes.

Relativamente ao RJAC, como foi perguntado se iria deixar de ser apoiado por conta destes apoios, o RJAC está avaliado. Foram 263 candidaturas e são 672 mil euros. Agora não sei se alguns dos agentes culturais que concorreram ao RJAC se vão desistir dele, uma vez que pressupõe desenvolvimento de atividades e entrega de um plano de atividades e com estes apoios agora de 10 mil euros não sei se realmente vão querer continuar a ser apoiados pelo RJAC.

Os apoios extraordinários da Resolução de 28/2021 também estão avaliados e serão pagos, tal como o RJAC, a partir do início de abril.

Gostaria de dizer também que o RJAC (também chegou a ser anunciado no mês de março/abril) que quando tomámos posse em novembro encontrámos um processo parado em que foi necessário nomear júris e fazer a avaliação destas 263 candidaturas.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Como acontece todos os anos!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Há uma diferença com anos eleitorais!

A Oradora: Relativamente à duplicação de apoios, o Sr. Secretário das Finanças já falou nisto, e eu penso que não faz muito sentido que empresas que

conseguem aceder ao apoiar.pt venham a ser apoiadas também pela cultura que tem um orçamento que é bastante mais reduzido, mas ainda assim, como já todas as bancadas referiram, este apoio será aprovado e nós com certeza que iremos proceder ao pagamento de todos aqueles que reunirem condições para tal.

Também não posso deixar de dizer que este apoio que o Partido Socialista apresenta aqui e que é dito como muito positivo, e é, foi realmente uma pena não ter sido apresentado há uns meses atrás, quando estavam neste lado da bancada e sabiam qual é que era o orçamento da cultura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): E o seu Grupo Parlamentar onde é que estava?

Deputada Andreia Costa (PS): É a mesma coisa! Qualquer um Grupo Parlamentar pode apresentar uma proposta nesta Assembleia, como fizeram noutras matérias!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Silva faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu já vi que o senhor tem uma obsessão comigo.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Eu espero que a sua esposa não se importe, mas da minha parte não há qualquer problema.

Sra. Secretária da Cultura, agradeço as suas explicações, mas não respondeu à minha pergunta. Não foi clara naquilo que disse. Reparei que teve alguma dificuldade. Não tenho a certeza se pode ou não ser acumulável. (Sra. Secretária Sofia Ribeiro, algum problema? Eu estou falando com a Sra. Secretária da Cultura.)

Eu depreendi das suas explicações que não tinha a certeza se quem concorresse ao RJAC também poderia concorrer a esta iniciativa e acumular os apoios. É importante para os agentes culturais saber se podem ou não podem.

Portanto, agradeço, se for possível, que possa esclarecer devidamente se há essa possibilidade de acumular esses apoios?

Também ficámos a compreender que, no fundo, quem manda na cultura, no Governo, é o Sr. Secretário Bastos e Silva, mas isso é o que é e não há problema.

A explicação que o Sr. Secretário Bastos e Silva deu é relevante, em relação ao apoiar.pt, mas não é essa a redação que está na proposta de alteração que foi feita pelo PSD e pelo PPM. É diferente.

A proposta de alteração que é feita é que “o presente apoio não é cumulativo com outros apoios que tenham a mesma natureza”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não percebeu!

Deputado Carlos Freitas (PSD): E então? Isso é português!

O Orador: Sr. Presidente, agradeço que desconte o tempo. Estou a ser interrompido.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E quando as interrupções vêm daí?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): O senhor é que pediu para não ser interrompido!

O Orador: Aquilo que o Sr. Secretário Bastos e Silva disse foi que há limitações no âmbito dos auxílios de Estado e dos incentivos. Concordamos

com essa parte, mas não é essa a redação foi apresentada pela maioria de direita. Portanto, importa esclarecer e é algo que nos divide substancialmente nesta iniciativa, é que nós entendemos que os apoios devem ser acumuláveis e a coligação de direita, suportada pelo PSD, pelo CDS, pelo CH entende que não devem ser acumuláveis.

Deputado Francisco César (PS): Faltou o PPM!

O Orador: E o PPM, peço desculpa.

É isso que nos divide e faz diferença de forma substancial, porque haverá uma limitação nos apoios que serão concedidos.

A pergunta que se impõe à Sra. Secretária Regional da Cultura é: quanto é que vale para si o apoio ao setor da cultura?

Disse que os apoios eram excessivos. É a proposta do PS. Então quanto é que vale?

Além disso há algo relevante que poderia ser adicionado neste diploma. Se tanto incomoda a dotação, então por que é que não fizeram referência a uma dotação global que alocassem a esta iniciativa, se esse é que é o problema efetivamente. Poderiam tê-lo feito, mas não o fizeram.

Entendem é que não devem acumular apoios nesta situação. Portanto, fico a aguardar pelas explicações.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui um Deputado...

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma explicação a nós ou a mais alguém, Sr. Deputado?

O Orador: ... que diz que eu tenho uma obsessão com ele.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

E começa a sua intervenção: Sr. Deputado Paulo Estevão...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Eu devo dizer, Sr. Deputado Carlos Silva, que gosto que V. Exa. esteja aqui no Parlamento. Gosto!... Ajuda sempre aos argumentos da bancada (da bancada, agora, sim!) do Grupo Parlamentar do PPM e ao Governo.

Que V. Exa. esteja aqui presente com o género de discurso e argumentos que apresenta, eu considero que é uma coisa boa, já que estamos a falar de cultura, uma coisa bonita.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Por isso é que eu obviamente gosto que V. Exa. esteja aí sentado e que participe de forma assídua nos debates parlamentares. Era isso que lhe queria transmitir.

Em relação à sua afirmação, V. Exa. também tem de ter cuidado. Está no Parlamento e a afirmação que fez eu não levo a mal, porque sou um homem moderno, em relação a estes conceitos, mas V. Exa. pode vir a ser acusado, porque a sua afirmação, que não vou repetir, pode ser mal interpretada.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Mas digo-lhe já, sou um homem moderno em relação a estas questões, portanto, isso não me afeta.

Deputado Francisco César (PS): Não é, não!

O Orador: Sou, sou!

Em relação ao argumento também quero aqui referir o seguinte, que é uma coisa surpreendente também do Sr. Deputado Carlos Silva: é que o Sr. Deputado Carlos Silva não sabe quanto é que a sua medida custa. O Sr. Deputado Carlos Silva é que deve explicar quanto é que a sua medida custa. Mas não! O Sr. Deputado Carlos Silva fez aqui uma coisa extraordinária no Parlamento, que é, como não sabe pergunta ao Governo quanto é que custa aquilo que está a propor?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, é por essas e por outras que eu gosto que V. Exa. aqui esteja.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Cultura faça favor.

(*) **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital** (*Susete Amaro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar resposta a algumas questões que foram colocadas, entretanto.

Relativamente aos apoios extraordinários posso dizer que neste momento houve agentes culturais que concorram tanto ao RJAC, como aos apoios extraordinários do Governo.

Relativamente aos valores excessivos não sei se fizeram as contas, mas era só para vos dizer que existem mais de 300 associações culturais nos Açores. A nossa cultura é realmente muito rica, portanto, é uma questão de fazer as contas: 10 mil para cada um, podem fazer as contas.

Deputada Andreia Costa (PS): Ainda bem!

A Oradora: Há pouco não respondi ao Sr. Deputado Rodolfo Franca sobre as bolsas, as bolsas, quando nós tomámos posse, também não estavam constituídas as comissões de avaliação. Portanto, posso dizer que para 2021 tivemos apenas 2 candidaturas. Uma delas não reuniu condições para ser aprovada e a outra foi aprovada: é uma bolsa de criação literária e tem o valor de 8 mil euros.

Finalmente, só para dizer, com o devido respeito pelo Sr. Secretário das Finanças, eu não me sinto mandada por ele.

Era só.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Os tempos mudaram!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

A sua intervenção suscitou-me uma dúvida, e é mesmo uma dúvida que eu gostaria que me esclarecesse, se for possível, obviamente, neste momento.

Há um problema com regras comunitárias no caso dos apoios terem a mesma finalidade.

Se, porventura, este apoio que hoje aqui estamos a discutir for considerado, não um apoio com a mesma finalidade do apoiar.pt, mas sim um apoio, por exemplo, de apoio à atividade ou de apoio ao emprego, esse problema já não se coloca. Estou a raciocinar mal?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Bem!

O Orador: Por favor explique-me.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, fez parte da minha intervenção dizer que o duplo financiamento tem a ver com a mesma área de intervenção.

Não pode haver duplo financiamento para o emprego. Se uma pessoa beneficia de um apoio do emprego, não pode beneficiar de outro programa cumulável também, financiado por Bruxelas para a mesma área.

Referi a tesouraria, referi os apoios Covid, são as três grandes áreas em que os sistemas de apoio estão divididos, mas é possível ter um apoio à tesouraria e ter outro ao emprego.

Portanto, a resposta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é sim, ser for um apoio de tesouraria pode acumular com um apoio do emprego. Eu quis frisar que não estava a favor de nenhuma formulação específica, mas estava a prestar um esclarecimento essencial relativamente à matéria da candidatura a Bruxelas, que eu acho que é um aspeto essencial e que acho que partilhamos, independentemente de outras divergências, mas esse de que os sistemas de apoio devem ser preferencialmente, a não ser um caso especial que seja entendido assim, mas os apoios devem ser objeto de candidatura e um dos

aspectos da validação dessas candidaturas é o princípio do não duplo financiamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, obviamente, que ninguém pretende criar um problema do ponto de vista do financiamento e da candidatura. Ou seja, não se pretende criar uma situação que possa ter consequências e que inviabilize outro tipo de apoios a que o Governo Regional se pretenda candidatar, como também concedo que é do interesse de todos que, dentro daquilo que for possível, se garanta o máximo de apoio para essas atividades.

A questão é esta, e pedindo naturalmente o contributo do Governo para esta discussão: que formulação poderia ser dada a este apoio, do ponto de vista do seu objetivo, que o tornasse conforme esses cuidados que o Sr. Secretário referiu e que me parecem cuidados absolutamente razoáveis e a ter em conta por esta Assembleia no momento em que se legisla?

Se isso for possível, em primeiro lugar, eu não ponho em causa esse cuidado que o Sr. Secretário referiu, acho que é um cuidado que deve existir. Mas também acho que da parte de nenhum dos Deputados desta Casa há a intenção de dizer, “bom, se há a possibilidade de poder haver uma acumulação de apoios, não vale a pena nós estarmos a laborar num raciocínio que não o permita quando poderemos ter uma formulação que o permita”. É exatamente este o sentido que coloco a questão: qual a formulação que, na opinião do Governo, poderia ser dada a esse apoio que permitisse essa acumulação de apoios?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Pretendo apenas sugerir. Como sabe, a minha formação não é jurídica, mas parece-me que no artigo 7.º em que está “acumulação de apoios”, deve ser salvaguardado que no caso da acumulação de apoios deve salvaguardar-se o princípio de não haver um duplo financiamento na mesma área.

É uma questão de redação. Não pode haver é apoios da mesma natureza, ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É natureza e objeto!

O Orador: ... mas pode haver acumulação de apoios em naturezas diferentes.

Portanto, trata-se de uma questão que procurei explicar o melhor possível. Agora os Srs. Deputados melhor do que ninguém – e desculpe a minha formação de engenheiro civil, um bocado tosca para esta matéria, mas não consigo encontrar a formulação certa – com certeza que encontrarão uma formulação que respeite este princípio, que é único, e que julgo que também esteve na origem da proposta de alteração.

Penso que ninguém quis prejudicar, fosse quem fosse. Aliás, como tive aqui a ocasião de dizer no apoiar.pt, metemo-nos numa pequena encrenca que depois resolvemos, porque não queríamos prejudicar e viemos a descobrir que não querer prejudicar demorou-nos 40 dias a aprovar em Bruxelas o apoio, com as garantias que já tive a ocasião de transmitir aqui à câmara.

E não tenho mais nada a acrescentar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Estamos em condições de iniciar a votação.

Vamos passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional – Programa de Apoio Extraordinário à Cultura na Região Autónoma dos Açores, apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Os dois primeiros artigos da iniciativa não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 1.º e 2.º da iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3.º existem duas propostas de alteração à alínea b) e à alínea c), ambas propostas pelo Partido Socialista. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

É o que farei.

Estão à votação as propostas de alteração do Partido Socialista às alíneas b) e c) do artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 3.º com as propostas de alteração com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Existem duas propostas de alteração para o artigo 4.º: um aditamento do n.º 2 e uma alteração ao n.º 3, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão então à votação a proposta de aditamento do Bloco de Esquerda do n.º 2 ao artigo 4.º, e a proposta de alteração ao n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: A proposta de alteração e a proposta de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 4.º com estas propostas que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

A proposta inicial tem um erro na numeração dos artigos, que o Partido Socialista, na sua proposta de alteração também corrige, mas que tem implicações com as propostas entretanto entradas, designadamente do PSD. E propunha que na redação final a comissão de redação final tivesse em conta essa renumeração que é preciso fazer dos artigos, designadamente não há um artigo 5.º na proposta.

Não havendo oposição, vamos então votar o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de alteração do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH, ao artigo 7.º da proposta. É essa proposta de alteração que vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor e 28 contra: 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE e 1 voto contra da IL.

Presidente: Para os artigos 8.º e 9.º da proposta não há proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em simultâneo?

Estão então à votação o artigo 8.º e o artigo 9.º da proposta?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII, iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos para o ponto 3 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII - “Quinta alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelos DLR n.ºs 2/2012/A, de 12 de janeiro, 4/2014/A, de 18 de fevereiro, 21/2015/A, de 3 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM/CH e pela Representação Parlamentar da IL.

Eu chamo a atenção da câmara que os proponentes apresentaram uma proposta de alteração que não é mais do que uma proposta de substituição, uma vez que

o que faz é introduzir o anexo que estava previsto para a republicação que não tinha vindo na primeira versão do diploma.

Portanto, proponho que seja sobre essa proposta que incidamos o nosso debate e a nossa votação.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, não sei se ainda tenho essa oportunidade, mas eu queria pedir um intervalo regimental, de 15 minutos, que é o que eu tenho direito.

Presidente: Quer pedir agora ou a seguir à apresentação, Sr. Deputado?

Deputado Pedro Neves (PAN): Neste momento, se faz favor.

Presidente: Então é regimental. Está concedido.

Regressamos às 16h50.

Eram 16 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Íamos entrar no ponto 3 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII - “Quinta alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelos DLR n.ºs 2/2012/A, de 12 de janeiro, 4/2014/A, de 18 de fevereiro, 21/2015/A, de 3 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo”.**

Eram 17 horas e 17 minutos.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM/CH e pela Representação Parlamentar do IL.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A situação pandémica provocada pela COVID-19, que se vive desde fevereiro de 2020, condicionou significativamente a atividade desportiva em todas as modalidades, nos quadros competitivos amador e profissional.

Em muitas modalidades as competições terminaram abruptamente. Noutros casos, os campeonatos foram retomados depois de uma longa interrupção. E estes condicionalismos refletiram-se, naturalmente, nos níveis competitivos dos atletas e das equipas, exigindo um reforço das estratégias motivacionais e de treino para recuperação da performance desportiva.

Se no plano desportivo essa foi a consequência mais imediata e evidente, outros constrangimentos se instalaram na gestão dos clubes e associações, com a redução das receitas, sempre escassas, obtidas pela venda de bilhetes de ingresso nos espetáculos desportivos, da inerente publicidade e patrocínio desses eventos, muito raramente uma transmissão televisiva remunerada.

Tais receitas, insuficientes (sublinhe-se novamente), para satisfazer os encargos dos clubes, mais exíguas se tornaram face ao acréscimo de despesas resultantes da aquisição de materiais para proteção de todos os agentes desportivos, custos que não estavam acomodados nos orçamentos dos clubes e organismos associativos e que assim se adicionaram a outras despesas que se mantiveram, com atletas, treinadores e demais técnicos, apesar da suspensão ou interrupção das competições.

O Governo Regional de então foi insensível às dificuldades dos clubes, que não beneficiaram de qualquer apoio extraordinário para fazer face a tão inesperada situação. Em pandemia, o desporto voltou a ser o parente pobre na mesa do

orçamento, provavelmente o único setor que não teve direito sequer as uns tostões para máscaras e gel desinfetante.

Aqui chegados, verifica-se mais um constrangimento, que da aplicação dos critérios definidos na celebração dos contratos-programa, com a Administração Regional, resultaria uma significativa redução das comparticipações financeiras, por exemplo, relacionadas com as atividades de treino e competição dos escalões de formação, ou destinadas a apoiar os encargos com transportes, taxas, transferes, alojamento, alimentação e outros custos inerentes à participação em competição de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional.

Na presença dessa realidade, mas também considerando a imprevisibilidade da situação sanitária, torna-se necessária e prudente a adoção de medidas excecionais de proteção à prática desportiva, que simultaneamente sejam adequadas às reais possibilidades de desenvolvimento das atividades em cada uma das ilhas dos Açores e dentro das diferentes tipologias. É essa a oportunidade e finalidade do presente diploma.

Esta proposta de decreto legislativo, subscrita pelo PSD, CDS-PP, PPM, Chega e Iniciativa Liberal visa, essencialmente, acomodar no plano jurídico duas situações: que a atribuição das comparticipações financeiras previstas na legislação regional possam exceionalmente ser feitas tendo em conta a realidade desportiva e a classificação de níveis de risco provocados pela situação epidemiológica em cada ilha, e que nos apoios para a comparticipação das deslocações sejam também incluídas as estadas prolongadas por razões de quarentena, decretada por autoridade competente.

O caráter excecional de tais medidas aplica-se, num e noutro caso, à época desportiva 2020/21 e a todo o ano de 2021.

Creio, tratar-se de um princípio tão justo quanto necessário. O desporto dos Açores merece esta atenção especial, por tudo o que desporto açoriano

representa no plano competitivo local, regional, nacional e nalguns casos até mesmo internacional, mas também pelo que significa na promoção da saúde e de bons hábitos de vida. Fica à vossa consideração.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas e muito rapidamente para dizer, nem de propósito, a seguir à cultura vem o desporto.

Aquilo que o Chega tem dito, algumas vezes é, como a cultura é importante para integrar os jovens e ocupá-los, o desporto também tem tido este papel fundamental e temos de saber apoiar o desporto. Obviamente que a pandemia também trouxe algumas circunstâncias adversas, mas temos de estar do lado destas associações, especialmente as associações mais pequenas, as associações que têm sentido mais na pele. Muitas vezes são até os próprios dirigentes a sustentar a própria associação desportiva e um bem-haja por isso. Que esta câmara saiba olhar para o desporto com o mesmo carinho que olhou para as restantes atividades.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS também subscreveu este diploma, porque entendemos que é de todo pertinente apoiar estas atividades desportivas e apoiar

o movimento associativo desportivo, quer na medida da importância que o desporto tem para a promoção da saúde, mas também pela importância que estas associações e estes grupos desportivos têm naquilo que é a promoção da nossa Região, pelo trabalho que têm desenvolvido.

A verdade é que ninguém estava preparado para esta pandemia, inclusive as próprias associações desportivas. Muitos têm sido os constrangimentos sentidos no âmbito da pandemia, porque não podem participar nas atividades programadas, porque as atividades são canceladas, e como tal acho que é importante a Assembleia dar um sinal de reconhecimento por aquilo que são as dificuldades que estas têm sentido.

Nesse entendimento, parece-nos, e até por aquele que foi o trabalho desenvolvido em comissão, naqueles que são os pareceres anexos à Comissão e o que foi o entendimento e o parecer já adiantado na própria comissão, acho que vai ser consensual a importância de atribuímos este apoio às nossas associações desportivas.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes, faz favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nos últimos tempos, esta câmara, tem ouvido em grande parte das iniciativas, a referência e explanação do quão grande é o problema de saúde pública, pelo qual todos e todas nós atravessamos/as e que tem acarretado consequências em todos os setores, nomeadamente nas atividades desportivas, em todas as modalidades, tanto ao nível amador como profissional.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda com a iniciativa aqui apresentada, reconhecendo que se revela fundamental reforçar estratégias motivacionais aos atletas e equipas, que implicam custos adicionais que fogem aos orçamentos dos clubes e organismos associativos.

Acordamos que é necessário adotar medidas de proteção à prática desportiva, sobretudo pela imprevisibilidade da situação pandémica em que vivemos.

Contudo, sucederam-se alguns episódios que nos surpreenderam.

Em dezembro de 2020, o BE, submeteu um requerimento por forma a compreender as razões para os cortes nas concessões dos contratos-programa de apoio ao desenvolvimento do programa “Atividades de Treino e Competição” aos clubes de patinagem artística da ilha São Miguel, que havia sido notícia na imprensa escrita regional.

Na resposta a este requerimento, o Governo Regional dos Açores referiu que a Academia de Patinagem Artística dos Açores confiou incumprimento, no âmbito do “volume de treino”, uma vez que se tinha candidatado a 11 meses de atividade, mas apenas conseguiu cumprir 8.

No entanto, a Academia de Patinagem Artística dos Açores afirmou que, devido às contingências que todas e todos nós conhecemos e por razões alheias a esta academia, tinha procedido a treinos por vias telemáticas, via esta que nós também conhecemos bem por via de adaptarmos os nossos trabalhos à situação pandémica.

O que é que aconteceu? Foi penalizada. Em vez de se valorizar o esforço de adaptação à realidade que vivemos, foi penalizar.

Entretanto, o Bloco de Esquerda teve conhecimento de que o Serviço de Desporto de São Miguel enviou ofícios a clubes da ilha de São Miguel, denunciando o incumprimento contratual, que culminaram na invalidade de todo o Contrato-Programa, bem como na exigência de devolução das verbas já

recebidas. É claro que, por razões de respeito para com quem nos fez chegar esta denúncia, não revelaremos os autores desta.

Esta questão levou a que o Grupo Parlamentar do BE, pedisse ao Governo Regional, cópias de todos os ofícios enviados a diversos clubes desportivos, solicitando a devolução das verbas atribuídas no âmbito do contrato programa de desenvolvimento no ano de 2020.

Ora, embora concordemos com os valores que fazem valer esta iniciativa, é com surpresa que vemos que a resposta do Governo Regional dos Açores ao nosso primeiro requerimento, não se enquadra nas suas ações com os clubes agora referidos, e como ainda não nos foram enviadas as cópias supracitadas, apelamos à vossa sensibilidade e à vossa premente vontade de demonstrar transparência, para nos esclarecer estas situações.

Disse.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (CH):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal dos Açores subscreveu este Projeto de Decreto Legislativo Regional por encerrar ele mesmo a reposição de uma questão de justiça, digamos mesmo, que vem um pouco também no seguimento daquilo que disse anteriormente sobre o diploma da cultura: quando é o Estado que cria o problema é o Estado que tem de resolver o problema.

Como diz e bem aqui o ponto do artigo 80.º-A, este diploma prevê um apoio quando a situação de exceção for decretada pela Região Autónoma dos Açores, nesse caso, pelo Estado *lato sensu*.

Portanto, não vou tecer considerações sobre a importância do desporto para o desenvolvimento das nossas sociedades, isso já foi aqui dito, não vou dizer que

o desporto vem a seguir à cultura, porque também já foi aqui dito, mas vou repetir uma coisa que tenho dito ao longo das últimas semanas, senão dos últimos meses, e que todos nós temos de ter cientes:

Nós há um ano não sabíamos ao que vínhamos, hoje sabemos mais um pouco o que é que esta situação pandémica nos reserva, mas nem todos temos certezas sobre aquilo que vai ser o futuro.

Não sabemos se vão aparecer mais estirpes como tem aparecido, não sabemos se vão ser precisos mais confinamentos, não sabemos se quer quando voltaremos a ter uma vida mais normal, mais próxima daquilo que tínhamos em outubro, novembro, dezembro de 2020.

Portanto, é bom que tenhamos noção que vamos ter que fazer muitas coisas dessas para muitos setores e que vamos ter de acompanhar muita gente que vai estar em situações muito complicadas um futuro muito próximo.

Provavelmente, o Sr. Secretário das Finanças deve coçar a bárbara muitas vezes, vamos ter também de tomar opções. Alguns ficarão de fora, certamente, para que outros possam ser garantidos, mas hoje parece-me fundamental fazer-nos aprovar este diploma para garantir que estes são compensados pelas medidas que o Estado tomou e que lhes retirou grande parte da sua forma de viver, inclusivamente por imposição aumentou despesa nessas associações e nesses clubes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção sobre esta temática segue aquela que foi a linha traçada pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

De facto, o nosso Parlamento tem procurado e encontrado respostas para o conjunto da sociedade e para o conjunto das entidades que estão a ser gravemente prejudicadas por esta pandemia.

Por isso faz todo o sentido que também o desporto, que é uma atividade que envolve tanta gente nos Açores, que é uma atividade que também tem vindo a ser tão prejudicada pelas circunstâncias criadas pela pandemia, receba um apoio para sobreviver nas presentes circunstâncias. Envolve muito gente.

É importante não só pelo que representa em si, pela importância da atividade desportiva, mas também do ponto de vista económico, pelo conjunto de pessoas que também estão ligadas à atividade desportiva e cuja atividade profissional está ligada à atividade desportiva, e cuja uma parte do seu modelo de vida está ligado à atividade desportiva.

Portanto, há um conjunto muito grande de pessoas e de instituições que estão a ser gravemente prejudicadas e cuja sobrevivência depende de um apoio muito significativo por parte da Região Autónoma dos Açores. É isso que está aqui a ser proposto neste diploma.

Por isso nós apresentámos, em conjunto com os partidos que já tiveram oportunidade de apresentar a sua posição sobre esta matéria e que antecederam a minha intervenção, esta iniciativa que considero que dá neste momento uma resposta urgente ao setor desportivo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por referir aqui uma frase para dar nota de que por vezes as pessoas não dão a devida atenção àquilo que o desporto representa na nossa sociedade. O desporto é a forma mais barata que temos para promover a saúde. Logo aí

temos de dar uma atenção especial ao desporto neste Parlamento, no nosso Governo, na nossa sociedade.

Este decreto é uma forma de também mitigar aquilo que têm sido as percas e os constrangimentos que o desporto, os nossos clubes, as nossas associações, têm tido, desde março de 2020.

Podemos falar aqui em números, em percas de receita a nível de bilheteiras, a nível de quotização, de sedes sociais e acima de tudo para mim e para nós, para este Grupo Parlamentar, aquela que é a maior dificuldade que os clubes têm tido, a desistência de muitos jovens na prática desportiva.

Muitos jovens têm deixado de ir treinar, têm deixado de ir jogar. Ficam em casa, com receio, derivado à situação epidemiológica que vivemos, em termos de pandemia.

Como dizia, este Decreto vem mitigar essas questões porque as paragens obrigatórias, os fechos de instalações desportivas não foram da responsabilidade dos clubes e das associações. Foram, sim, resultado da pandemia que vivemos.

Tal como na proposta anterior que foi discutida aqui é uma situação que também poderia ter sido resolvida ou poderia ter começado a ser resolvida entre março e outubro de 2020.

Portanto, foi tempo que se perdeu, foi tempo que os clubes perderam e que muitos deles correm até o risco de fechar portas devido a essa situação.

Portanto, de salutar esta proposta de alteração.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes faz favor.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do trabalho desenvolvido durante a década de 90, o regime jurídico de apoio ao associativismo desportivo foi estabelecido como uma área de intervenção pública que foi materializado através do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2005/A, de 5 de julho.

Adicionalmente com a publicação da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, foram definidas as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto assentes nos princípios da universalidade e da igualdade, da ética desportiva, da coesão e da coordenação, da descentralização e da colaboração, dedicando ainda um capítulo às políticas públicas nas áreas da promoção da atividade física, do desenvolvimento desportivo, das infraestruturas e equipamentos desportivos, da investigação e da cooperação internacional.

Na sequência da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2005/A, de 5 de Julho, reforçado o investimento no processo de formação desportiva e criadas as condições para um maior investimento na competição de âmbito local e regional, importava reformular e ajustar, continuando a garantir o acesso de todos os cidadãos ao desporto sem discriminação e a definir a intervenção complementar e subsidiária dos poderes públicos no âmbito da política desportiva, sendo que, por outro lado, pretendeu-se que os clubes com equipas participantes nas competições de âmbito nacional integrassem um maior número de atletas formados nos Açores, contribuindo para a afirmação do desporto açoriano no contexto nacional e internacional.

Mantendo o princípio da transparência dos apoios ao associativismo desportivo, estabelecendo-se as regras base de apoio ao alto rendimento, privilegiando os escalões de formação, incentivando a prática do desporto feminino e a competição local e regional, promovendo a excelência desportiva, garantindo o

fomento do desenvolvimento desportivo sustentado dos Açores, promovendo a prática da atividade física e desportiva junto da população residente, integrando novas áreas de intervenção, procedeu-se ao longo dos últimos anos sempre aos ajustes considerados necessários num contínuo investimento e empoderamento do desporto Açoriano.

E foi nessa senda que surgiram as conseqüentes alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional entregue pelo PSD/A e subscrito pelo CDS-PP/A, PPM, Chega e Iniciativa Liberal visa proceder à 5.ª alteração ao Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo.

Uma proposta de alteração que tem a sua origem na situação pandémica provocada pela COVID-19 e que propõe que a atribuição das comparticipações financeiras passe a ser excecionalmente feita, pelo período correspondente à época desportiva 2020/2021 e ao ano de 2021, tendo em conta a realidade desportiva e a classificação de níveis de risco provocados pela situação epidemiológica em cada ilha e que propõe igualmente que nos apoios para a comparticipação das deslocações passem a ser incluídas as estadas prolongadas por razões de quarentena decretada pela autoridade competente.

Uma proposta de alteração que adita o artigo 88.º.

Aditamento esse que tem por base o trabalho realizado na legislatura anterior, nomeadamente através da Direção Regional do Desporto, reconhecendo a necessidade e dando continuidade aos apoios e à atenção dada, em articulação e em proximidade com o setor desportivo durante o período pandémico.

Contudo, tal como referido e questionado pelo GPPS quando esta iniciativa esteve em apreciação na Comissão, é necessário preparar e planear o período pós-pandemia.

A atividade física e o desporto apresentam-se como fenómenos sociais agregadores na sociedade atual, pelo seu poder identitário e de envolvimento de

famílias, atletas, treinadores e outros agentes desportivos, bem como pelo movimento que gera por via da formação e dos quadros competitivos.

Desde o início da pandemia que houve uma preocupação constante na salvaguarda da atividade física e do desporto, tendo em consideração as restrições para defender a saúde pública.

Foram também garantidas medidas excecionais de natureza administrativa para permitir que os agentes desportivos conseguissem dar resposta aos constrangimentos causados por este contexto.

De facto, apesar de o setor da atividade física e desporto ter já beneficiado das medidas criadas pelo Governo ao longo dos últimos anos, torna-se fundamental criar apoios específicos, adicionais, direcionados à recuperação das organizações desportivas, tendo em consideração a importância das organizações desportivas enquanto células base do sistema desportivo, posição esta que vai ao encontro do que tem sido trazido a público por federações e Comité Olímpico e Paralímpico e que é muito consensual, que se traduz na necessidade de olhar para o futuro e desenhar o como se vai recuperar dos impactos negativos que a Pandemia está a deixar e ainda vai deixar certamente.

Não obstante e atendendo ao exposto, o GPPS vê, naturalmente, com bons olhos a presente proposta pelo que nada terá a obstar relativamente à mesma.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto. Faz favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos, com tem sido aqui debatido ao longo do dia, a analisar uma proposta de diploma que decorre mais uma vez da pandemia que vivemos. É um

sentimento cada vez mais generalizado em termos transversais. É preciso que isto passe depressa.

As pessoas querem voltar a viver de outra forma, é preciso que todos tenhamos as nossas atividades a decorrer de forma normal. O Governo quer ter tempo, condições e circunstâncias para definir aquilo que são as estratégias governamentais e para as poder implementar, mas infelizmente e por estas circunstâncias estamos – ainda no diploma anterior foi nesse sentido – a discutir a forma como podemos atenuar os constrangimentos decorrentes da pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é uma circunstância à qual não podemos fugir. Por muita que seja a vontade do Governo e por muita que seja a vontade dos Srs. Deputados e dos cidadãos em geral de vivermos outras coisas nas nossas vidas, é isso que infelizmente nos está a condicionar.

Estamos aqui no Parlamento dos Açores, os Srs. Deputados e o Governo, a discutir formas de atenuar estes constrangimentos quando poderíamos estar a discutir algo que desse uma nova vida aos açorianos, que promovesse o nosso desenvolvimento de uma forma diferente, que atenuasse os constrangimentos estruturais da Região e que potenciasse aquelas que são as grandes capacidades que a Região tem.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Neste caso concreto temos impactos a vários níveis. A própria atividade física está a sofrer bastante deste impacto da pandemia, já por várias veze o referi. É preciso que esta pandemia sanitária passe para que não fiquemos com a pandemia física, de atividade física constrangida e comprometida, sobretudo nas idades mais jovens que são aquelas onde se adquirem os hábitos de vida saudável. Da forma como vivemos atualmente

estes hábitos de vida saudável podem estar comprometidos com o confinamento a que estes tempos obrigam.

Isto para dizer que é saudando que o Governo aprecia este diploma no sentido de ser mais uma forma de atenuar estes constrangimentos e estes condicionamentos, porque, conforme já foi aqui referido, muitas destas associações e clubes que promovem atividade desportiva, tendo em conta os efeitos da pandemia, podem ter posto em causa a sua sobrevivência e é isto que está em causa.

É preciso haver aqui uma injeção de apoio financeiro que as agente que permita que tenham condições organizativas para que a atividade física volte ao normal, porque nada disto era previsível.

Utilizando um termo caro ao desporto, não havia prognósticos que adivinhassem isto e as associações todas fizeram os seus orçamentos, fizeram os seus planos, a contar com uma realidade que infelizmente não se verificou.

São estes planos furados na atividade desportiva e associativa, com efeitos financeiros evidentes, que se pretende atenuar com esta iniciativa.

Gostaria de deixar aqui uma palavra muito especial para os dirigentes voluntários, para o dirigimos voluntário.

Grande parte destas associações, destes clubes, sobrevivem à conta do trabalho generoso e voluntário de muitos e muitos açorianos e a nossa Região é muito rica ao nível do dirigimos voluntário.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Foi muitas vezes à conta deste esforço e desta capacidade de se dar e de entregar às causas coletivas que estas coletividades têm sobrevivido, muitas vezes com muito trabalho (muito trabalho!), com utilização de recursos e de meios pessoais, até financeiros, de muitos dirigentes, que estas associações têm sobrevivido ao longo dos tempos e de uma forma mais intensa neste período de pandemia.

Por isso esta palavra também no sentido de que esta iniciativa promoverá de alguma forma a atenuação destes impactos negativos.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes, gostaria de referir que foi omitido, por alguma razão terá sido, na sua intervenção, a resposta ao requerimento ao requerimento que foi dada pelo Governo Regional.

Vou citar, para que não haja dúvidas:

“A informação que foi dada resulta da informação que este Governo recebeu do anterior Governo”.

Da forma como a Sra. Deputada falou, parece que tinha sido este Governo que tinha este comportamento, mas não é isso. A própria resposta diz isso expressamente, por isso não percebi a omissão, porque quem a ouve, parece que foi este Governo que cortou, que deduziu, que teve o comportamento que a Sra. Deputado referiu de uma forma censuratória.

Mas então vou ler a resposta que diz o seguinte, nomeadamente no seu ponto 6: “Assim, face ao exposto, decidiu esta Direção Regional (a Direção Regional do Desporto, que é referida anteriormente, ainda na vigência do Governo anterior) aplicar as deduções previstas contratualmente e disso mesmo informar a APA”, que a Associação de Patinagem, que a Sra. Deputada referiu.

“O atual Diretor Regional só tomou conhecimento deste processo após a sua tomada de posse. No entanto, convém referir, em nome da correta enunciação dos factos, que não ocorreram cortes, mas sim deduções à majoração máxima dos apoios.”

Não estou aqui a fazer nenhum juízo censuratório do que foi feito para trás. Estou apenas a descrever factos.

Aquilo que a Sra. Deputada referiu de uma forma crítica relativamente à atuação do Governo, não se dirige a este Governo. Eu assumo as minhas responsabilidades, de forma clara, transparente e objetiva,...

Deputado José Ávila (PS): E humilde!

O Orador: ... mas cada um que assuma as suas.

Neste caso concreto o que posso dizer sobre esta matéria é que esta iniciativa que estamos agora a discutir é exatamente para corrigir os defeitos que a Sra. Deputada indicou relativamente ao Governo anterior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): De quem é a iniciativa?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, como deve calcular o Governo agora está deste lado e não vou colocar estas questões ao anterior Governo.

É evidente que também tenho a resposta que deu. Simplesmente o que eu fiz foi constatei um facto, foi que foram penalizadas em vez de se valorizar uma adaptação que feita à realidade que vivemos e que nós conhecemos bem, porque nós também nos reunimos e tivemos uma sessão plenária por videoconferência.

No entanto, já que está com tanta vontade de nos explicar, também nos podia explicar aquilo que referi seguidamente que se refere à questão dos ofícios que foram enviados pelo Serviço de Desporto de São Miguel a alguns Clubes de Ilha de São Miguel, denunciando o incumprimento contratual que culminaram na invalidade de todo o contrato-programa, bem como na exigência de devolução de verbas já recebidas.

Isto provavelmente já foi com o atual Governo.

Se eu estou em erro nesta questão, também agradecia que fosse explicado, porque eu ponho as questões neste momento ao atual Governo. Não posso fazer as questões ao Governo anterior.

É este o momento que tenho, e é através dos requerimentos, para obter as respostas. É tão somente isso, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos que atravessamos só são comparáveis, infelizmente, a tempos de guerra, só que o Estado funciona aqui como a grande enfermaria que vai recebendo dia-após-dia esses mesmos feridos de guerra.

Já foi as empresas de alojamento, já foi as empresas de animação turística, já foi as empresas de rent-a-car, já foi (e ainda hoje falamos aqui), de outras situações que também precisam de ser apoiadas, como foi o caso da cultura. Agora no desporto.

Cabe essa missão ao Estado, recuperar esses doentes vítimas dessa grande doença.

Esperemos que isso passe depressa porque precisamos de uma sociedade recuperada para, a partir do momento em que acabe essa “nossa guerra”, esta pandemia, a nossa região recupere e recupere em grande.

Para isso precisamos que toda a atividade se mantenha em pleno funcionamento e por isso acreditamos que infelizmente poderá continuar a chegar “feridos” a essa nossa realidade económica.

Hoje, já tratámos aqui de “dois feridos” graves: o da cultura e estamos a tratar o do desporto.

É essa a função do Estado neste momento, é tratar dessa gente para que depois de passar esse mau momento tenhamos tudo a funcionar como deve ser.

É isso que esperamos, é que isso que seguramente irá acontecer. Por isso contamos com o apoio de todos. O Partido Socialista também já se mostrou

disponível a apoiar esta iniciativa e acho muito bem, porque o que está em causa aqui é o interesse comum.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas de uma forma rápida para dizer à Sra. Deputada que o requerimento será respondido conforme têm sido respondidos todos os requerimentos, dentro dos prazos regimentais, e é isso que continuaremos a fazer, na medida daquilo que é a informação que nos chega e que nos está disponível.

A regra é, quer na presença do Secretário em Comissão, quando é solicitada, quer respondendo aos requerimentos que são apresentados, e numa outra vida estive desse lado e levavam meses e meses para responder aos requerimentos, neste caso concreto o nosso propósito é responder no mais curto espaço de tempo possível e será isso que acontecerá também relativamente a este segundo requerimento como aconteceu requerimento ao anterior.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Posso, no entanto, referir que se o Governo anterior determinou, através do serviços de desporto de ilha, ou de qualquer outra entidade, a devolução dos valores pagos, limitou-se a cumprir com o que estava estabelecido, limitou-se a cumprir com o que estava regulamentado, porque ninguém teve a iniciativa de propor uma alteração como agora estes partidos que o fizeram tiveram a iniciativa, o que quer dizer que estamos aqui a discutir exatamente uma proposta de alteração que prevê corrigir as questões que a Sra. Deputada bem identifica.

Ninguém o fez na legislatura anterior, mas ninguém vai ser responsabilizado por isso nesta legislatura.

A legislatura é outra, o Governo é outro, e os propósitos, creia, são outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Transparência!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ia ter intervenção nenhuma neste diploma, porque obviamente o PAN é favorável a promover a saúde e nada melhor do que termos o desporto e todos os nossos desportistas, sejam eles amadores ou profissionais.

Eu não gosto de estar a repetir as palavras das Sras. e dos Srs. Deputados, para dizer exatamente a mesma coisa, mas o Sr. Deputado do Chega veio com um argumento, de que já não sabia de que tipo de diploma é que nós estávamos a falar. Eu pensei estamos a falar de Covid, já estamos a falar relativamente a uma doença? É o Sr. Secretário Regional da Saúde, mas também é do Desporto. Eu fiquei um bocado baralhado.

Basta dizermos uns chavões a dizermos “sim, temos de apoiar”, “é para isso que estamos a aqui”. Não interessa o que vamos apoiar. É preciso saber o que é que vamos apoiar.

Na dúvida do PAN, precisamente porque eu gosto de “meter o dedo na ferida”, há uma diferença entre os desportistas. Temos amadores, temos desportistas profissionais e temos desportistas de alta competição, cada um com a sua

remuneração, cada um com as suas regalias, como nós sabemos, à partida. Também já tive essa oportunidade há mais de 20 anos atrás, também o fui, por isso eu sei as diferenças por cada desportista.

E nós temos uma percentagem. Aí está uma situação ou um problema. Temos 50% relativamente a esse valor e não uma taxa fixa por desportista, independentemente da modalidade de que estamos a falar.

Essa é a única dúvida que nós temos e também de forma diferente da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Alexandra Manes.

Eu não faço parte obviamente da Comissão, não tenho disponibilidade para fazer parte da Comissão. Não me deram acesso a essa Comissão, porque senão eu preferia estar nos Assuntos Sociais do que na de Economia, digo já abertamente, mas não me deram essa oportunidade, e então eu gostaria também de fazer aqui uma pergunta – ou uma pergunta retórica, se o Sr. Secretário não me quiser responder: por que é que nós temos uma percentagem e não temos uma taxa fixa, independentemente de que desportistas estamos a falar, independentemente de que modalidade ou independentemente de que clube é que nós estamos aqui a referenciar? É essa a dúvida que o PAN tem.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ninguém o trata mal na economia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste diploma?

Votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS, PPM, CH e Representação

Parlamentar da Iniciativa Liberal, foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Este diploma tem quatro artigos. Nenhum deles foi sujeito a nenhuma proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Sendo assim é isso que farei. Estão à votação os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII, foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar para o ponto 4.º da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro – Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores”.**

Esta iniciativa é apresentada pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para apresentação do diploma. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, os serviços de proteção civil das regiões autónomas dependem dos respetivos órgãos de governo próprio.

Nesse sentido, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro, foi aprovado o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores.

Ao contrário da Lei nacional, o diploma regional não concretiza o papel do Parlamento dos Açores no âmbito da respetiva direção política, algo que contrasta, claramente, com o estatuto reconhecido à Assembleia da República.

Com a proposta de alteração que agora se apresenta, os Grupos Parlamentares do CDS e do PPM, pretendem assegurar que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores passe a ter um papel decisivo no âmbito da definição da política de proteção civil regional através do exercício das suas competências política, legislativa e financeira.

Estabelece-se, igualmente, que os partidos representados na Assembleia Legislativa, **TODOS OS PARTIDOS**, são ouvidos e informados com regularidade pelo Governo Regional sobre o andamento dos principais assuntos da política de proteção civil.

Finalmente, institui-se o dever do Governo Regional passar a informar periodicamente a Assembleia Legislativa da situação da Região no que diz respeito à proteção civil, bem como sobre a atividade dos organismos e serviços por ela responsáveis.

Assim, a proposta de alteração que agora se apresenta para apreciação e votação mais não é do que a transposição da norma da lei nacional que vigora desde o ano de 2006.

Com esta correção ao texto da lei pretendemos dignificar a democracia, este Parlamento e o relacionamento democrático entre as instituições.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil dos Açores entendemos que o estabelecimento de forma expressa do contributo do Parlamento no enquadramento das políticas de proteção civil e dos deveres do Governo perante a Assembleia, vem reforçar a centralidade do Parlamento no acompanhamento destas questões relacionadas com a proteção civil, na fiscalização da ação governativa e também na produção legislativa que se mostra necessária para melhorar a atividade de proteção civil nos Açores e a segurança de todos os açorianos.

E é por isso mesmo, nestes termos, que o Grupo Parlamentar do PSD, votará favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Manuel Ramos faz favor.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa pretende introduzir uma primeira alteração ao DLR 26/2019/A, de 22 de novembro, o Regime Jurídico de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores.

A presente iniciativa já discutida em sede de comissão, tem por objetivo conferir mais alguns poderes à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente ao primeiro ponto da proposta de aditamento saliente-se que, aquando da discussão dos documentos previsionais, programas de governo, planos e orçamentos, esta Assembleia tem a possibilidade de se pronunciar, propor e definir políticas de proteção civil a serem implementadas no espaço temporal a que os documentos dizem respeito.

Ademais quanto à componente fiscalizadora por parte desta câmara, estou certo de que irá contribuir para um maior rigor na implementação das políticas previstas, fomentando a articulação do próprio poder político.

Não devemos, contudo, esquecer, sendo da máxima importância referir que as decisões políticas nesta área devem ser tomadas com base em aconselhamento técnico, pela sua sensibilidade, e risco que daí advém.

Por fim, no que se refere ao ponto 3 do artigo aditado, é notório a necessidade de concretizar de forma precisa a regularidade que o membro do Governo deve informar esta Assembleia sobre a situação na Região no que toca à proteção civil, bem como sobre a atividade dos organismos e serviços por ela responsáveis.

Assim, na sequência dos motivos expostos o Grupo Parlamentar do PS vai apresentar uma proposta de alteração no sentido de definir a periodicidade e a forma que a informação deve ser prestada a esta Assembleia, sem prejuízo da mesma ser facultada sempre que a comissão com competência na matéria de proteção civil o solicitar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O CDS-PP e o PPM, na anterior legislatura, apresentaram exatamente a mesma proposta e apresentámos com o espírito de que esta pandemia ensino u-nos muito e fundamentalmente também revelou aquela que é a vulnerabilidade do ponto de vista legal da informação que deve ser prestada ao nosso Parlamento e que essa disposição deve estar prevista.

O que acontece em relação a este diploma é a mesma coisa que acontece em relação a muitos outros assuntos cuja necessidade de alteração ficou evidente com a crise que estamos a enfrentar e a situação pandémica que estamos a enfrentar. Esta é apenas uma das situações que urge alterar.

A proposta é muito simples. O que faz aqui é replicar aquela que é a solução nacional neste âmbito, ou seja, “

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contribui para o exercício da sua competência política, legislativa e financeira para enquadrar a política de proteção civil e para fiscalizar a sua execução;

2- Os partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores são ouvidos e informados com regularidade pelo Governo Regional sobre o andamento dos principais assuntos da política de proteção civil;

3- O Governo Regional informa periodicamente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a situação na Região no que toca à proteção civil bem como sobre a atividade dos organismos e serviços por ela responsáveis”.

Ora, estes três pontos melhoram a capacidade de fiscalização do Parlamento dos Açores nesta matéria.

Já vimos que merece o acordo por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, situação que se saúda.

Quero aqui também referenciar que já li a proposta de alteração do Bloco do Esquerda que estabelece, para além destes pontos, também a obrigatoriedade da elaboração de um relatório semestral por parte do Governo Regional.

Devo dizer que esta matéria, esta proposta de alteração, merece a nossa concordância.

Por isso, eu penso que estamos aqui em condições de consensualizar esta questão que, no fundo, corresponde a uma situação prática que se tornou mais evidente com a pandemia, mas que é uma situação que a partir de agora irá beneficiar a atividade de fiscalização no Parlamento nesta matéria, não só no contexto da pandemia, mas em todas as outras situações.

Portanto, esta informação irá chegar de forma regular ao Parlamento dos Açores e permitirá que o Parlamento dos Açores contribua, conjuntamente com o Governo Regional nestas matérias e até na sua própria definição. Isto reforça o carácter parlamentar do nosso sistema político.

É evidente que é uma matéria que não sendo uma matéria absolutamente transcendental, é mais uma medida que reforça este âmbito que acabei de referenciar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo da autoria do Grupo Parlamentar do CDS e do PPM pretende alterar o Regime Jurídico da Proteção Civil de forma que a Assembleia seja informada e os partidos nela representados sejam informados da política de proteção civil e da atuação do Governo sobre esta matéria.

É óbvio que a proposta é meritória e tem um bom objetivo, uma boa intenção, de envolver de forma mais intensa a Assembleia nos assuntos de proteção civil introduzindo essa obrigatoriedade do Governo em informar a Assembleia.

É óbvio que a Assembleia, o Parlamento, tem toda a legitimidade e toda a competência em, a qualquer momento, pedir todo o tipo de explicações, de informações ao Governo, seja através de requerimento escrito, seja através de audições parlamentares ou até aqui no plenário, em debates que possam ser suscitados sobre esta matéria.

Não se pode dizer exatamente que existisse uma incapacidade total da Assembleia, ou uma ausência total de instrumentos da Assembleia para acompanhar esta matéria. Ela existiu.

Agora podemos melhorar esta intervenção e esta informação à Assembleia. Sem dúvida que sim e o Bloco de Esquerda concorda que ela pode ser melhorada e deve ser melhorada.

No entanto, a proposta que nos é trazida – não ia fazer essa intervenção logo no início, mas julgo que já foram aqui suscitadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão as questões mais de especialidade – falha não no seu propósito, não no seu objetivo, mas na concretiza, na forma como essa informação é fornecida à Assembleia, porque não concretizando a periodicidade, nem a forma de informação, não traz um avanço tão grande como tanto quanto seria desejável e necessário, porque a informação periodicamente pode ser uma vez por semana, como pode ser uma vez de quatro em quatro anos. Nada exigiria com esta redação que a Assembleia fosse informada de uma forma regular e com o espaçamento de tempo que seja aceitável.

Também a forma sendo omissa, poderia ser por telefone, por WhatsApp, por email ou por fax. Ou seja, é necessário também estabelecer aqui uma forma de informação e de comunicação, para daquelas que já existem.

Aquilo que nós consideramos é que o mínimo, e de uma forma também regular mas sem ser demasiado regular, para também os relatórios não serem repetitivos, é que haja uma periodicidade semestral dessa informação, que seja remetida à Assembleia sem prejuízo de toda a capacidade de fiscalização que o Parlamento tem, que continuará a ter, mas deve ter mais esse instrumento (que consideramos) para melhorar a informação sobre proteção civil, que é sempre uma matéria que nos deve merecer toda a atenção e cuja informação ao Parlamento, sendo informação ao Parlamento, é por regra informação pública. Informação remetida ao Parlamento é informação que fica disponível para todos os açorianos e açorianas e isso é efetivamente uma matéria também de bastante importância.

Posto isto, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a proposta e obviamente saudamos a maioria, neste caso o CDS e o PPM, por mostrarem abertura a uma melhoria que consideramos ser importante na sua proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só uma breve nota para referir aquilo que é a apreciação do Governo Regional sobre esta proposta de diploma manifestando a relevância que ele tem, e relevância em duas dimensões:

Por um lado, a relevância que tem a proteção civil na nossa Região. Temos uma região com características particulares onde a proteção civil tem uma extraordinária importância e esta importância decorre da nossa natureza arquipelágica, insular, de isolamento, sujeição a catástrofes, e tudo isso faz com

ao nível da importância da proteção civil tenhamos que ter uma atenção especial em duas dimensões: na ação, para estarmos de uma forma eficaz no terreno quando acontecem os problemas, mas também na preparação.

Esta importância da proteção civil nestas duas dimensões de preparação e de ação, é fulcral para o sucesso das intervenções quando elas são necessárias, desejando nós que elas nunca o sejam.

A segunda parte da relevância que o Governo gostaria de manifestar neste debate é da centralidade do Parlamento.

Conforme temos manifestado e conforme estes poucos meses da legislatura demonstram, não temos uma região onde há um único partido e uma única vontade. Temos aqui uma multiplicidade de vontades, de contributos, que todos eles, de uma forma concertada, positiva e saudável, fazem com tenhamos melhores resultados políticos.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para mais uma vez realçar a importância do Parlamento e neste caso concreto temos mais uma prova desta importância.

Em sede de comissão tive oportunidade de manifestar que seria importante identificar a periodicidade. Na própria Comissão referi isso. Ainda bem. Ainda bem que há uma iniciativa de outros partidos, que não aqueles que tiveram a iniciativa primeira deste diploma, de darem esse contributo positivo.

Da minha parte entendo que é mais um contributo que todos dão e é um bom exemplo que o Parlamento dá aos açorianos da forma como os representa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste diploma?

Começamos pela votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII, iniciativa dos Grupos Parlamentares do CDS e do PPM, foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar o primeiro artigo do diploma, que não tem propostas de alteração. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao artigo 2.º, o aditamento do artigo 19.º-A, há uma proposta de alteração ao n.º 3, do Bloco de esquerda, que terei que colocá-la à votação em primeiro lugar, porque se a mesma for aprovada consideramos que as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista ficam prejudicadas.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para?

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Para participar no debate.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de usar da palavra no debate na especialidade apenas para clarificar e, permita-me o abuso, Sr. Presidente, fazer uma espécie de declaração de voto antecipada relativamente a esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda, como sabem propõe a apresentação e a entrega no Parlamento de um relatório semestral.

O Partido Socialista, em alternativa, faz uma proposta de alteração concretizando aqueles que serão os moldes da informação do Governo Regional

a este Parlamento, tendo em conta aquilo que consta nesta proposta apresentada pelo PPM e pelo CDS, defendendo que essa informação deve ser prestada através de um relatório entregue a este Parlamento com periodicidade trimestral e que esse relatório deve ser apreciado e discutido com a presença do Sr. Secretário Regional na Comissão competente, sendo essa a decisão e a vontade da Comissão competente.

Nós concordamos – e daí ter pedido a palavra – com a princípio da concretização apresentado pelo Bloco de Esquerda, no entanto votaremos contra essa proposta tendo em conta que temos uma proposta que define uma periodicidade menor, ou seja, trimestral, tendo em conta também (aliás em coerência e alinhando este nosso argumento com todas as intervenções que já aqui assistimos) o momento que vivemos, a emergência em termos de proteção civil em que vivemos.

Portanto, parece-nos fazer sentido que essa periodicidade deva ser menor, daí a nossa proposta para que este relatório seja trimestral e daí o facto de o Partido Socialista, mesmo que concordando com um princípio que preside à proposta do Bloco de Esquerda, vá votar contra a sua proposta, tendo em conta a nossa alternativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Eu aqui devo dizer que concordo com a argumentação que o Bloco de Esquerda avançou.

Estes instrumentos já existiam. Ou seja, existe a possibilidade de chamar à Comissão o Membro do Governo, mas também considero, como o Sr. Deputado

António Lima disse, que é necessário que este processo não seja um processo meramente burocrático e que exista um distanciamento espacial no sentido de permitir que o relatório tenha novidade e que o relatório tenha conteúdo e um conteúdo diferente daquele que aconteceu num período mais curto de tempo, sendo que o Parlamento dispõe dos mecanismos para, no caso de acontecerem situações excecionais, pode ativar os mecanismos regimentais que nós temos para permitir que o Sr. Secretário possa ser ouvido em comissão. Aliás, o Sr. Secretário tem-se voluntariado para ele próprio apresentar-se, por sua iniciativa, na Comissão responsável.

Portanto, esta é a diferença, ou seja, nós aqui concordamos com a proposta do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Mais! Faço uma questão que é importante. É que esta iniciativa foi apresentada na legislatura anterior, quando vivíamos também numa situação de pandemia e na altura o Partido Socialista não teve este entendimento (na altura o Partido Socialista não teve este entendimento!). Mas eu não quero fazer referências nesta matéria. Fica dito, não digo mais nada!

Não quero fazer, porque a pior coisa que se pode fazer quando se tem uma votação por unanimidade num diploma é causar uma quezília. Portanto, eu não quero aprofundar este tema. Fica esta referência *en passant*. Não é necessário dizer mais nada, a não ser concordar aqui com a perspetiva do Bloco de Esquerda e por isso é que vamos votar favoravelmente a proposta de alteração do Bloco.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve para referir que da parte do Governo Regional não existe qualquer impedimento que seja uma ou outra periodicidade. O que é

importante é que fique definida alguma periodicidade, sendo certo que para tempos excepcionais, procedimentos excepcionais, e no tempo excepcional que estamos a viver, podemos a qualquer altura, independentemente da periodicidade que esteja legislada, o Governo Regional prestar os esclarecimentos que o Governo entender e conforme foi ainda agora referido, sempre que o Governo também entender que o Parlamento deve ser informado de alguma situação excepcional o fará, conforme já o fizemos e deixamos o compromisso de continuar a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra porque, já por duas vezes neste debate, uma delas em aparte da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, e outra na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi lançada a ideia de que esta proposta já teria sido apresentada e votada nesta Casa e que o Partido Socialista se teria oposto.

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras o que disse em aparte foi “mas então antes não queriam e agora...?!”, e aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de referir também não corresponde à verdade.

A proposta a que o Sr. Deputado Paulo Estêvão faz referência foi uma proposta apresentada nesta Casa no dia 1 de julho de 2020, que teve como número de proposta o n.º 58, e que, pura e simplesmente, não chegou a ser votada nesta Casa porque, com o final da Legislatura, caiu, de acordo com as regras regimentais.

Portanto, não houve sequer a hipótese de qualquer votação de onde se pudesse inferir ou ler uma posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém disse o contrário!

O Orador: ... igual aquela que o Sr. Deputado Paulo Estêvão e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ninguém disse o contrário!

O Orador: ... agora tentaram induzir a posição.

Portanto, esse aspeto precisa ficar claro para que não se julgue que o Partido Socialista definiu ou defendeu uma coisa no passado e agora defende outra.

Clarificado o assunto de que a proposta caiu com o termo da legislatura como decorre das regras regimentais, da nossa parte julgo que estamos em condições de passar à votação do diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias fez, uma espécie de declaração de voto antecipado, e pelos mesmos motivos, começando por dizer que o Bloco de Esquerda concorda no geral com a proposta de alteração do Partido Socialista, mas considera que tendo em conta que esta é uma legislação, não apenas para tempos de pandemia, mas para outros tempos e é suposto durar, considera que a periodicidade semestral será suficiente, tendo em conta que o Parlamento continua a ter os mesmos instrumentos que tem, sempre que entender chamar um membro do Governo a uma Comissão e pedir os esclarecimentos que entender necessários.

Este relatório de atividade, este relatório sobre as matérias de proteção civil, julgo eu que sendo uma matéria de um acompanhamento mais de pormenor e de um aprofundamento dessa atividade, parece-nos que deve ter uma periodicidade um pouco maior e iremos votar contra a proposta do Partido Socialista, mas

apenas por esse motivo, por entendermos que a periodicidade semestral será suficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro obriga-me a vir aqui outra vez ao debate para falar sobre um assunto que não tem discussão, ou seja, V. Exa. não fez nenhuma referência àquilo que eu disse para justificar a sua intervenção, porque não tinha nada para poder justificar a sua intervenção naquilo que eu disse. Eu não disse que não tinha sido votado, ou que o PS discordava.

O que disse foi que o Partido Socialista, ao longo da legislatura anterior, não sentiu necessidade de alterar essa legislação, nem o Governo, nem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Isto é factual, porque o Governo não apresentou nenhuma proposta e o Partido Socialista também não apresentou nenhuma proposta. Nada mais disse em relação a esta matéria.

Teve V. Exa. que utilizar um aparte inaudível. Eu estou aqui ao lado da Sra. Deputada e ouço todos os apartes da Sra. Deputada e eu não ouvi o que o Sr. Deputado disse que ouviu. Ou seja, a Sra. Deputada não disse isso. A Sra. Deputada não disse o que Sr. Deputado disse.

Eu penso que o que caracteriza a sua intervenção, Sr. Deputado, é o facto de ter precisado de comentar um aparte para justificar a sua intervenção, porque não tinha mais nada. Não tem absolutamente nada em relação àquilo que foi aqui dito.

Aliás, eu tive o cuidado de dizer que tendo à partida o Partido Socialista dito que votaria a favor, há uma regra que eu já aprendi aqui no Parlamento ao longo destes anos todos: não vamos complicar aquilo que não tem complicação.

V. Exa. é que sentiu a necessidade de fazer uma intervenção – deixe que lhe diga – sem qualquer tipo de justificação, mas não poderia ficar sem resposta porque o que V. Exa. disse não corresponde à realidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seu cuidado comigo enternece-me.

(Risos da Câmara)

Eu fico, sei lá!, - tendo em conta o meu tamanho, não direi que me derreto, senão isso seria um problema nesta Casa, mas fico muito sensibilizado com a atenção que V. Exa. presta às minhas intervenções.

Factos!

É verdade, o senhor tem razão. Aquilo que o senhor disse na sua segunda intervenção que tinha dito na primeira intervenção que disse ... nós todos sabemos o que disse. Mas, também, nós todos sabemos o que é que o senhor queria dizer...

(Risos da Câmara)

É um facto!

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, - nem o Governo - , na anterior Legislatura, não sentiu a necessidade de apresentar uma proposta de alteração a este diploma, da mesma forma que nenhum dos outros grupos parlamentares presentes nesta Câmara, na anterior Legislatura, nem o Governo anterior, sentiram a necessidade de fazer constar um artigo desse teor.

É certo, também, que a proposta que surgiu na anterior Legislatura surgiu por iniciativa do Governo do Partido Socialista.

Segunda questão, a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS e do PPM na anterior Legislatura, e essa parte é verdade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É tudo verdade!

O Orador: ... não foi votada porque caiu com o termo da Legislatura.

A concluir: folgo em saber que, afinal, estamos todos de acordo, e, se é, assim passemos à votação.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): “Paulo, Paulo, por que me persegues?”

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho que citar V. Exas., V. Exas. são oposição. Eu agora não posso dizer nada a respeito do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sente-se visado. O Sr. Deputado Carlos estava também há pouco a dizer que se sentia visado. Mas eu até tenho feito intervenções elogiosas às duas Sras. Deputadas do Partido Socialista que fizeram aqui intervenções. Ou seja, eu tenho sempre o cuidado de fazer o seguinte, que aprendi ao longo destes anos: eu vejo sempre o nome dos Srs. Deputados, mesmo dos mais novos, para os tratar pelo nome.

Por isso, faço sempre essas referências, mas essa referência, é sempre uma referência que penso que é elogiosa para os Srs. Deputados visados.

Sendo assim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que é importante dizer nesta matéria é que, agora, sim, V. Exa. disse toda a verdade. Eu concordo em absoluto com aquilo que disse. V. Exa., afinal, fica-se pelo seguinte:

Afinal o aparte da Sra. Deputada desapareceu nesta sua última versão da história.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não!

O Orador: Já não o referenciou.

E a minha referência não foi capaz de a fazer porque não existia. Então, V. Exa. fica-se pelo seguinte:

O senhor realmente disse isso que disse, mas estava a pensar dizer o seguinte.

Não! Eu disse foi o que disse.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que podemos continuar a votação. Sendo assim, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3, do artigo 19.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 32 votos a favor e 25 votos contra: 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 voto a favor do PAN e 25 votos contra do PS.

Presidente: Vamos votar o artigo 19.º-A com a proposta de alteração que acabámos de aprovar, registando que consideramos prejudicadas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista.

Está à votação então o artigo 19.º-A, com a proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 3.º e 4.º do diploma não têm propostas de alteração. Creio que posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade à nossa Agenda.

Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

Deputada Andreia Costa (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Regressamos às 18h55.

Deputada Andreia Costa (PS): Obrigada.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Vamos entrar no ponto 5 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 16/XII – “Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia causada pela COVID-19 está a ter um impacto devastador em vários setores de atividade com especial incidência naqueles que pressupõem a reunião de pessoas num mesmo local ou das viagens, como é o setor do turismo.

Neste setor, a estagnação da atividade é quase total desde o início da pandemia, com um curto verão do ano passado que permitiu pouco mais do que algum pouco turismo interno, nos Açores.

O turismo de grupos é uma das áreas mais afetadas dado que, compreensivelmente, é uma opção pouco procurada pelos poucos viajantes em tempos de pandemia.

Por estes motivos, os profissionais de informação turística, vulgarmente conhecidos como “guias turísticos” estão sem atividade há bem mais de um ano, tendo em conta que antes da pandemia estávamos em época baixa, pois os seus serviços são maioritariamente procurados por grupos organizados.

Esta atividade, como tantas outras, não pode ser deixada ao abandono em plena crise.

A vasta maioria dos profissionais de informação turística são trabalhadores independentes e por isso não têm vínculo a uma empresa. Outros são trabalhadores em nome individual.

A sua desproteção social é maior do que a da maioria dos trabalhadores por conta doutrém, não sendo elegíveis para medidas extraordinárias, como o lay-off simplificado ou os apoios à retoma.

Estes profissionais estão sem rendimento, meses a fio, dependentes de apoios sociais muito insuficientes, quando a eles têm direito, sem qualquer perspetiva de quando poderão retomar a sua atividade. Este é um drama pelo qual ninguém deveria passar.

Esta crise não pode deixar de ser um momento para repensar o enquadramento dos trabalhadores independentes e a sua proteção social.

Não podemos continuar a ter um sistema que, em período de crise, deixa trabalhadores ao abandono sujeitos à criação a medidas de apoio social extraordinário pouco céleres ou imprevisíveis.

Mais, esta crise também deve servir para repensar o caminho que o setor do turismo trilha nos Açores, seja em termos laborais, onde a precariedade e a insegurança é regra, seja em termos de modelo de turismo que queremos.

Não posso, em aparte, deixar de expressar a minha estupefação com a aprovação em catadupa de novos hotéis quando a maioria deles está fechada, lutando pela sobrevivência, e se verificam sérias dúvidas sobre quando o setor recuperará a níveis de 2019.

Até parece que, para o governo, não há pandemia e continua o business as usual.

Mas concentrando-me na iniciativa, este período de ausência de procura no setor turístico pode e deve ser utilizado para dar formação aos profissionais de informação turística, dotando-os de mais e melhor conhecimento acerca da nossa história, património material e imaterial, geografia, biologia e geologia, entre outras áreas.

Apesar da ausência de fluxos turísticos é fundamental manter estes profissionais no setor para que, quando a retoma se verifique, eles possam estar melhor capacitados e disponíveis para continuar a exercer a sua atividade.

Apesar da existência de apoios de âmbito nacional que abrangem trabalhadores independentes, estes apoios também são manifestamente insuficientes e estão longe de responder às necessidades destes profissionais.

Por isso, as ações de formação que propomos devem estar associadas a bolsas de formação, também como forma de garantir algum rendimento a estes profissionais durante esse período.

Por outro lado, há vários anos que não se realizam ações de certificação e formação de profissionais de informação turística na região.

Esta fase de estagnação do sector deve também ser aproveitada para certificar os profissionais que exercem a atividade sem certificação.

Propomos por isso que o Governo Regional, no âmbito das suas competências, crie e implemente cursos de formação aos profissionais de informação turística associados a bolsas de formação a vigorar durante o ano de 2021 para profissionais de informação turística certificados, assim como cursos que permitam a certificação prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho.

Os cursos previstos no número anterior devem prever uma bolsa de formação de valor mensal não inferior à retribuição mínima garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Assim se garantirá não só uma melhor qualificação dos trabalhadores do setor, mas também se garante um apoio durante o tempo de duração da formação que atenua a brutal quebra de rendimento a que estes profissionais são sujeitos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dar nota da posição do Governo Regional sobre este diploma que aqui temos em apreciação, referindo que esta é uma preocupação que aqui está presente que já nos fez refletir e inclusivamente deliberar aqui quer seja no plenário de janeiro, quer seja no plenário de fevereiro.

De facto, nesse sentido, o Governo Regional já tem preparado as iniciativas necessárias, quer seja em termos de portaria conjunta da Secretaria Regional do Emprego com a Secretaria Regional do Turismo, quer seja também com a minuta de resolução a ser aprovada no Conselho de Governo, para poder responder em concreto ao ponto 1 e ao ponto 2 desta resolução, e também dar sequência àquilo que foi aqui decidido nos plenários que acabei de referir.

Só ainda não se avançou com a portaria e a com a resolução porque seria *avant la lettre*, neste caso *avant la lettre de la loi*, porque ainda não foi promulgado e publicado aquilo que foi aqui decidido pelo Decreto Legislativo Regional em fevereiro, e nem sequer o de janeiro.

Nós estamos agora com tudo preparado para dar resposta às preocupações que o Bloco de Esquerda apresentou, mas também aquilo que o PAN já tinha apresentado e que foi aqui aprovado e que, como disse no plano de formação em concreto, será por portaria conjunta dos membros do Governo do Emprego e do Turismo.

Na componente do apoio aos guias turísticos será no plano de uma resolução que também temos preparado.

Gostaria só de dar nota do seguinte: é que na área da formação dos guias turísticos, vamos também, além daquilo que é habitual fazer-se na formação e que de facto há bastantes anos não se fazia, aproveitando este momento de maior paragem, vamos dar esta formação, também a possibilidade da certificação daqueles que tinham 2 anos já de ação, de trabalho, mas que não tinham ainda a formação específica, introduzindo na formação algumas componentes que não eram habitual, como eu dizia, nomeadamente sobre o artesanato dos Açores, nomeadamente sobre os produtos da Marca Açores. Entendemos que no caso, inclusivamente, de estando sobre a tutela da Secretaria da Juventude, Qualificação, Profissional e Emprego, entendemos que faz sentido, não só por isso, mas também, que se introduzam nos módulos da formação referências ao artesanato, às artes locais e também aos produtos que já estão certificados no âmbito da Marca Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Certificar o que é nosso!

O Orador: Dizer isto para explicar que concordando e agradecendo, também neste caso a iniciativa do Bloco de Esquerda, tal como fizemos em relação ao PAN, o Governo Regional está naturalmente disponível, entende esta proposta como boa e positiva e que acresce àquelas que já aprovámos. Vai exatamente

no mesmo sentido daquilo que o Governo está a preparar para corresponder ao que foi deliberado e àquilo que será hoje aqui, ao que julgo, aprovado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado ao Sr. Deputado Duarte Freitas pelos esclarecimentos.

Já aqui falámos em janeiro, em fevereiro, da importância do setor do turismo para a alavancagem da economia regional. Estamos todos confiantes de que o setor poderá recuperar num futuro que não será tão próximo como desejávamos, mas que esperamos que não seja tão longínquo, que nos deixe todos à míngua.

Mas, e é tido internacionalmente como verdadeiro, que este setor a recuperar, recuperará de forma abrupta, aquilo a que os economistas chamam de recuperação em V, rápida e grande.

Para que a Região Autónoma dos Açores acompanhe esse crescimento internacional do setor do turismo são necessárias duas coisas: uma que consigamos manter a oferta dos produtos turísticos, a oferta da animação, a oferta, neste caso, dos profissionais de informação turística, toda a oferta que a Região Autónoma dos Açores até agora tinha oferecido aos seus visitantes. Se não mantivemos a oferta corremos o risco de o setor recuperar e de nós termos perdido a “a carroça”.

Outra coisa que é fundamental que não está aqui em causa nesta Resolução, mas vou deixar já o alerta, é manter a notoriedade do destino. O destino carece de um investimento forte na manutenção da sua notoriedade, dos certames internacionais, através dos organismos que o Governo entender fazer (eu sei bem quais são, fica para outras núpcias, agora tratamos deste caso específico).

Portanto, manter a oferta turística e manter a notoriedade do destino é investir precisamente nesses setores da formação e da manutenção destes profissionais atualizados, ocupados com esta atividade de permanente atualização e também aproveitar esse período de mais vagar para recrutar inclusivamente no mercado da disponibilidade de mão-de-obra pessoas qualificadas para enveredarem por essas profissões que se espera que sejam procuradas num futuro próximo.

Perante essa exposição de motivos que aqui nos foi deixada pelo Sr. Deputado António Lima, com uns certos apartes com os quais não concordamos, mas concordamos com os pontos resolutivos, portanto, associamo-nos a essa iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo a criação de Bolsas de Formação aos Profissionais de Informação Turística é, sem dúvida, pertinente e fundamental, na medida em que a formação de ativos nas mais diversas áreas aumenta substancialmente a qualidade dos serviços prestados.

À semelhança do Projeto de DLR do PAN, aprovado por unanimidade em fevereiro, e que já foi referido aqui pelo Sr. Secretário, e que cria uma norma transitória que visa a certificação e integração dos indivíduos que não possuindo habilitação profissional, tenham exercido as funções de guia, condicionada também ela à frequência de formação específica, o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda vem dar primazia à formação dos profissionais de informação turística.

Desta forma, com certeza que o PSD acompanha o Projeto de Resolução em análise, considerando ser fundamental não só a formação inicial, mas também a formação contínua dos profissionais de informação turística, sendo este um passo importante para a prestação de serviços de qualidade na área do turismo, tal e qual como referiu o Sr. Deputado Nuno Barata, área esta que se reveste de extrema importância para a economia dos Açores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que promove “Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores” é pertinente e faz sentido que se apresente neste momento que atravessamos, até porque, apesar da ausência de fluxos turísticos, importa manter estes profissionais no sector para que, quando a retoma se verificar, eles possam estar melhor capacitados e disponíveis para continuar a exercer a sua atividade.

É também muito importante valorizar os guias, os guias de zonas mais sensíveis, havendo enquadramento legal próprio para a sua certificação, e uma vez mais, deve-se aproveitar este período de fraca atividade para regulamentar e certificar o máximo de profissionais.

Será importante também, a posteriori, reforçar a fiscalização da atividade, para se consolidar uma boa imagem do destino Açores que é de qualidade e se pretende sustentável, porque nos últimos 20 anos houve muita gente a operar no sector, e outros integraram esta carreira, com conhecimento e informação deficitária.

Isto porque, há vários anos, mais precisamente desde 2007, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, não se realizam certificações de profissionais de informação turística na região. Há por isso na região um número significativo de profissionais que exercem a atividade sem a devida certificação. Esta fase de estagnação do sector turístico deve também por isso ser aproveitada para certificar os profissionais que exercem a atividade sem certificação.

No entanto, e como já foi dito pelas intervenções que me precederam, a Representação Parlamentar do PAN apresentou recentemente, e esta Assembleia aprovou a 24 de fevereiro, a iniciativa legislativa, que procedeu a uma alteração ao Decreto Legislativo Regional já referido, e que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores, que por sua vez permite que inúmeros profissionais possam ter uma situação profissional regularizada e aceder à atividade.

Esta iniciativa do Bloco é por isso complementar e bem-vinda.

Atendendo também à referida quebra de atividade do sector, e à consequente perda de rendimento destes profissionais, é da mais elementar justiça que as ações de formação a criar estejam associadas a uma bolsa de formação, como forma de garantir rendimento a estes profissionais.

Pese embora o facto de o atual Governo, como tão bem foi referido pelo Sr. Secretário da Juventude Emprego e Qualificação Profissional, já ter preparadas as iniciativas que concorrem para a mesma finalidade deste Projeto de Resolução, mas não só, vai também alargar a abrangência das temáticas das

formações, por isso nada obsta a que se vote favoravelmente a presente iniciativa e o Grupo Parlamentar do CDS naturalmente se associará.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos. Faz favor.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia causada pela Covid-19 alterou toda a nossa realidade.

Esta pandemia alterou quase tudo o que conhecíamos.

Esta continua a ter um impacto muito significativo nas nossas vidas e na atividade comercial de muitas empresas.

E há um consenso alargado de que há setores económicos mais prejudicados do que outros e onde incidem as maiores quebras, os maiores prejuízos, as maiores perdas.

O setor do turismo é o mais penalizado pelo atual estado de condicionalismo provocado pelas medidas de combate à pandemia a que somos sujeitos e, esta restrição da atividade comercial penaliza, não só o rendimento das famílias, mas também a atividade económica das empresas.

A ausência de procura provoca sérios constrangimentos à oferta.

Todas as atividades ligadas ao turismo são severamente afetadas pois, como sabemos, pura e simplesmente parou. Não estamos a falar de quebras de faturação. Estamos a falar sim... para muitos, de paragem absoluta da atividade!

É inegável que o Turismo alavancou a economia da região nos últimos anos.

Nos Açores, o investimento no Turismo acredito que está provado ser um investimento de retorno mais rápido. E não tínhamos dúvidas, vai ser esta a atividade que quando a pandemia passar, vai voltar a ser o motor da economia. A única forma de recuperarmos este setor é mantermos a capacidade instalada. Tendo por esta convicção, há que garantir que, quando resolvida a crise sanitária, a retoma se faça a passo acelerado.

Se fizermos isso de forma correta, com base em dados concretos, se analisarmos de que forma podemos alocar os recursos, não apenas com eficiência, mas com eficácia, nós podemos trabalhar e pensar no futuro.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O decréscimo do fluxo de turistas desembarcados na Região provocou quebras drásticas na atividade e fortes constrangimentos aos profissionais de informação turística. São dos mais afetados e necessitam de preparar a retoma de forma efetiva, contribuindo para a alavancagem desta recuperação num futuro, que se espera, próximo.

Os profissionais de informação turística são determinantes para a promoção turística dos Açores e contribuem para a valorização e divulgação do nosso próprio património. Estes profissionais de informação turística dignificam a Região e o Destino Açores.

São responsáveis pela divulgação as nossas raízes, contribuem decisivamente para a diferenciação da nossa oferta, divulgam a nossa história, biologia e geologia. São, muitas vezes, verdadeiros embaixadores.

Por isso, é fundamental ter atenção a este setor e a esta atividade.

Estes profissionais são, na sua vasta maioria, trabalhadores independentes e, por isso, não têm vínculo a uma empresa. Outros são empresários em nome individual, são pequenas empresas e há muito sem remuneração, muitos deles estão exclusivamente dependentes deste mesmo fluxo turístico.

No início da pandemia, não esperávamos que um ano depois as limitações impostas por ela continuassem a ditar o nosso dia a dia. Um ano depois, estes profissionais continuam impedidos de trabalhar, pelo que é urgente encontrar respostas para o atual contexto.

Este Projeto de Resolução apresentado pelo BE enfoca duas questões pertinentes e determinantes para percorrer este caminho:

- **Certificação e Bolsas de Formação**

A essência deste diploma é exatamente no sentido de aproveitar esta fase de estagnação do setor turístico para a certificação e a formação da classe.

Permitirá uniformizar as carreiras e colmatar a necessidade de qualificação dos profissionais, sobretudo face ao crescimento do exercício da referida atividade sem habilitação e titulação para o efeito, incrementando desta forma a qualidade e a valorização da carreira e estando os profissionais melhor capacitados e disponíveis para continuar a exercer a sua atividade.

Assim, a criação e implementação de cursos de formação dirigida aos profissionais de informação turística, bem como os que permitam a certificação para profissionais ainda não certificados, associadas a uma bolsa de formação de valor mensal não inferior à retribuição mínima garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, a vigorar durante o ano de 2021, garante desta forma rendimento a estes profissionais.

E, é por isto, que o Partido Socialista irá votar a favor. Dando um sinal de que os profissionais de informação turística merecem o nosso apoio.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Isto é bom exemplo de que uma câmara, e neste caso dois partidos, podem ter iniciativas que se fazem um complemento, neste caso, para o benefício de uma ação, ou de uma categoria, ou de profissão, ou de uma área temática, dentro dos Açores. Foi isso que aconteceu.

Em janeiro nós apresentámos os apoios, foi aprovado, não foi unanimidade, mas em fevereiro foi votado por todos os partidos na câmara relativamente à certificação.

Ficaria, sem dúvida, a faltar este Projeto do Bloco de Esquerda do qual o PAN apoia, e que tem a ver também com a forma como, logística e operacionalmente, o Governo pode arrancar de uma forma bastante rápida relativamente aos apoios, à certificação e à sua formação, daquilo que podemos fazer numa altura em que esta atividade está em baixa e é mesmo nesta altura que nós podemos ter uma evolução em termos de formação para aquela que é uma profissão e o primeiro cartão de visita para os turistas que nós recebemos nos Açores.

Por isso obviamente acho que poderá haver mais exemplos durante esta legislatura em que pode haver complemento de vários partidos, porque o que interessa mesmo é o benefício dos açorianos, é aquilo que nós pretendemos, sem dúvida, alterar e mudar para evoluirmos todos em conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, agradeço de imediato a sua intervenção e aquelas que foram as suas informações sobre o processo que o Governo está a desenvolver sobre a concretização desta iniciativa e das outras que já foram referidas anteriormente.

Eu gostaria apenas, antes de colocar uma questão sobre esse trabalho que o Governo desenvolve, de explicar o facto de estarmos a discutir o mesmo assunto, embora não a mesma proposta, em plenários diferentes, deve-se apenas à questão da dificuldade em compatibilizar a agenda e o agendamento das propostas de cada um dos partidos, mas de facto as propostas no caso desta, e a anterior, do PAN, que alterava o Decreto Legislativo Regional que regula de facto a profissão, surgiram muito proximamente.

De facto, estamos a tratar de matérias que são, como já foi, e bem, referido, complementares. Esperamos que tenham uma boa concretização. Por aquilo que já foi expresso pelo Sr. Secretário Regional, parece que está encaminhado. Naturalmente saudamos essa intervenção da parte do Governo.

Gostaria apenas de dizer que estamos perante uma crise que é profunda. Temos esperança que rapidamente se retome a atividade, como referiu o Sr. Deputado Nuno Barata. Que a retoma seja célere e seja o chamado V, mas de facto as dúvidas sobre essa essa retoma continuam a ser muitas infelizmente.

Recordo-me perfeitamente, no início da pandemia, quando já se começava a falar da retoma, muitos especialistas e economistas referiam, já o ano passado, uma retoma em V.

Não foi isso que até agora aconteceu. Esperemos que ela surja. Devemos esperar o melhor, mas devemos estar preparados para que as coisas não corram exatamente desta forma.

Daí a necessidade de todos os apoios que têm sido criados, e muitas vezes são insuficientes, também é preciso dizê-lo, porque quem não tem rendimento e tinha um determinado rendimento, certamente com os apoios que têm, serão sempre insuficientes.

As pessoas perdendo rendimento têm compromissos a cumprir, têm expetativas criadas e passam por dificuldades muito sérias como todos nós, infelizmente, sabemos.

Esta proposta pretende não só que haja efetivamente um apoio para esses profissionais, mas que eles se mantenham na atividade, porque perder profissionais é a última coisa que podemos permitir, porque seguidamente essa retoma rápida tornar-se-á muito difícil se o fizermos.

Uma única questão: o Sr. Secretário referiu que o Governo já estava a preparar a portaria relativamente à formação, eu julgo que a última portaria que regulava esse tipo de formação é de 2011 e previa dois tipos de formação, a formação do acesso à carteira de guia de interprete regional e o curso de formação de guia de interprete regional. Uma era extraordinária, que tinha a ver com um curso de qualificação excecional, e tinha um plano curricular com cargas horárias diferentes, 270 horas para aquela que era a extraordinária, e 960 horas para o curso de formação de guia de intérprete regional.

Perguntava, para além das alterações que já nos referiu relativamente aos conteúdos, introduzindo matérias que me parecem pertinentes e importantes, gostaria de perceber em termos de duração desses cursos, aquilo que está previsto, também para percebermos aquilo que poderão esperar esses profissionais ao nível do período que terão disponível para essa formação?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta iniciativa começo por transmitir a informação de que o Partido Popular Monárquico vai votar favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda e vamos votar favoravelmente porque concordamos com aqueles que são os seus pontos resolutivos e também aquela que é a sua fundamentação.

Concordamos que no âmbito dos profissionais de informação turística é necessário, agora que já foi feita e já foi assegurada a certificação, por proposta do PAN, criar os cursos de formação e a bolsa de formação que é aqui proposta pelo Bloco de Esquerda. Faz todo o sentido. Faz todo o sentido devido às dificuldades que estes profissionais enfrentam, faz todo o sentido que se aproveite esta paragem obrigatória, imposta pelas circunstâncias para que possa ser feita esta formação, até porque de acordo com dados que nos foram entregues, estamos a falar aqui, e esta informação foi transmitida pelos Presidente da Associação de Guias de Informação Turística dos Açores, que disse em Comissão que desde 2007, que não é feita a certificação de guias e que existem várias pessoas sem curso, para fazer, de guia.

Também foi dito pelo Presidente da Associação de Guias de Informação Turística que esta certificação e estes cursos de formação podem projetar-se para muitas dezenas de pessoas, de profissionais que exercem as suas funções nesta área.

A própria Secretaria Regional da Juventude e Qualificação Profissional informou que existem 113 profissionais de informação Turística registados na Região que provavelmente este número poderá aumentar com o processo de certificação que está a ser implementado.

Portanto, há um conjunto de circunstâncias que tornam lógica, tornam justa esta iniciativa.

Devo dizer que do nosso ponto de vista, e isso já foi aqui abordado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, há uma perspetiva de recuperação.

Essa perspetiva de recuperação, e essas pessoas que investem agora na sua formação possam ter a oportunidade de tirar proveito daquela que vai ser a sua formação e a sua aposta na formação, nesta aérea, eu considero que o Sr. Deputado Nuno Barata tem aqui um otimismo que eu partilho.

Evidentemente que a recuperação do setor depende de duas coisas: depende do êxito do processo de vacinação nos Açores e também depende do êxito do processo de vacinação dos mercados emissores. Portanto, é necessário que se reúnam estas duas condições.

Como é evidente o processo ainda não tem a celeridade necessária e espero que nos próximos meses seja possível incrementar de forma muito significativa este processo de vacinação, porque isso, sim, irá garantir o processo de retoma do setor.

Por fim, uma nota mais pessoal, dizer que me agrada que seja possível novamente ao Grupo Parlamentar do PPM votar favoravelmente uma proposta do Bloco de Esquerda. Sinto que estamos num ambiente de perestroica, e portanto, tem sido possível, mas isto só é possível porque a proposta é boa, é justa, traz vantagens e fundamentalmente mais uma vez, como as propostas anteriores, acuda a um setor que precisa urgentemente deste tipo de apoios

Finalmente, referir que da parte do Grupo Parlamentar do PPM nós reconhecemos também que o Governo tem feito um bom trabalho a este nível, que está preparado para implementar e executar estas medidas de imediato, e isso é muito importante, porque isto também reforça aquilo que eu acho que é muito positivo no contexto que estamos a atravessar. Reforça, de facto, o parlamentarismo que neste momento é hegemónico

Nós temos aqui finalmente um sistema parlamentar quase puro, em que é o Parlamento que neste momento domina o processo de decisão, e ao contrário de

alguns arautos, daqueles que condenam o parlamentarismo, daqueles que acham que é impossível governar sem maiorias absolutas, o que se está a provar é o parlamentarismo enriquece o debate na prática, enriquece as propostas, porque são muito analisadas, são muito debatidas, são muito discutidas. Eu considero que esta conjuntura está a demonstrar que o parlamentarismo é a forma de governo superior.

Eu sempre acreditei na força do parlamentarismo contra aqueles que achavam que é necessário existir uma maioria absoluta, porque se não existir uma maioria absoluta o que acontece é o caos, o que se está a demonstrar é que com a participação de todos, com a valorização daquilo que deve ser valorizado, obviamente, daquilo que tem neste momento...

Deputado Francisco César (PS): Está-se a ouvir, Sr. Deputado!

O Orador: Diga, diga.

Deputado Francisco César (PS): Está-se a ouvir, Sr. Deputado!

O Orador: Tenho aqui uma interrupção do Sr. Deputado Carlos.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não, Sr. Deputado!

O Orador: Não foi?

Deputado Carlos Silva (PS): Não, foi o Deputado Francisco César!

O Orador: Peço desculpa. Foi o Sr. Deputado Francisco César.

De facto, estou assim a dar razão ao Sr. Deputado Carlos, porque isto assim parece-me uma obsessão, de facto. Pareceu-me ouvir a sua voz.

Estava a terminar e a concluir a minha intervenção, reforçando esta ideia da superioridade, da governação do Parlamento, contra os velhos do Restelo, que diziam que é fundamental que num período de pandemia existam maiorias absolutas.

Ora bem, o que nós estamos a provar todos os dias, em cada discussão, é que o parlamentarismo é, de facto, um sistema político mais democrático, é um sistema político mais plural e que permite que muita mais gente esteja

realmente representada no processo de decisão, e que muitos mais setores possam ver aqui aprovadas as suas reivindicações.

É isto que o parlamentarismo garante e é esta a fase política, feliz, na minha perspetiva (outros terão outra), que estamos a atravessar. Acabaram-se as arrogâncias e o que há aqui é um processo de decisão partilhada e ainda bem.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional faça favor.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dar uma nota para responder às questões que o Sr. Deputado António Lima colocou, dizendo que o draft da portaria conjunta, como deve perceber, tenho-o nas minhas mãos, e posso inclusivamente, deste draft, dar-lhe nota acerca do percurso formativo que faz parte do artigo 9.º do draft que temos.

A epígrafe é “percurso formativo”.

“1- O percurso formativo da formação específica para a certificação de guias interpretes é organizado e desenvolvido num modelo de formação modelar, estruturado a partir dos referenciais de formação que integram do catálogo nacional de qualificações, perfazendo uma carga horária de 300 horas, distribuídas pelas unidades de formação de curta duração que consta do anexo à portaria que vamos ter.”

Portanto, o objetivo é ter tudo pronto para, logo que seja publicado o normativo que falámos e que foi aprovado aqui em janeiro e em fevereiro, que depois isto

possa avançar e no sentido de que de abril a junho possamos responder com ações de formação ao que está em causa, quer seja para atualização dos que já são guias turísticos, quer seja para a certificação dos que ainda não são, mas que cumpram as condições que aqui já estão previstas para que possam aceder a esta formação e depois serem avaliados e terem o seu certificado com guias turísticos”.

Dito isto, a nossa expectativa é que com boa resposta das entidades formadoras das escolas profissionais, ou outras entidades formadoras, e com a boa resposta também das pessoas que estão em causa para fazer parte dessas formações, que nós possamos, até meio de junho ter este processo concluído e assim termos as pessoas capacitadas aproveitando este período de baixa para quando tenhamos a retoma, e esperamos que possa ser já no verão, embora as dúvidas sejam muitas, mas quando ela surgir, as pessoas já estejam aqui ou atualizadas em relação à sua formação, ou aquelas que não eram certificadas, possam estar certificadas, sendo que, também há um conjunto de cursos de nível 4 que estão a decorrer nas escolas profissionais e que alguns se finalizam no final deste ano letivo e possamos aqui ter um conjunto mais alargado de pessoas habilitadas a responder à procura, que esperamos que possa vir o mais rápido possível.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O Chega vai obviamente associar-se a esta proposta efetuada pelo Bloco de Esquerda na criação das bolsas de formação e certificação para os profissionais do turismo, porque entendemos que essa paragem forçada que aconteceu por

más razões possa, no fundo, ser uma janela de oportunidade para valorizar a carreira desses profissionais na área do turismo.

Isto será seguramente um elemento potenciador daquilo que vier a ser a nossa atividade turística no pós-pandemia.

Queria também comentar aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando disse que o sucesso da retoma do turismo dos Açores dependerá do processo de vacinação e não local. Acrescentava mais um elemento, do qual é muito responsável, o responsável povo açoriano, permitam-me a redundância. Prende-se com o seguinte: independentemente da vacinação dos Açores vir a ser um sucesso ou um grande sucesso, ou eventualmente os atrasos que possam daí advir, uma coisa teremos sempre presente: a responsabilidade do povo açoriano no decurso dessa pandemia tem sido um processo exemplar.

Os açorianos têm cumprido de forma exemplar e responsável todas as indicações que têm sido feitas, quer por este Governo, quer pelo Governo anterior, e temos também que reconhecer o mérito de todos nós, porque todos nós fizemos o nosso melhor, e que esse elemento, se eventualmente o processo de vacinação no decurso deste ano não tiver tido o sucesso que todos nós queremos que tenha, poderemos também de alguma forma, por aquilo que tem sido a imagem dos Açores para lá da nossa fronteira geográfica, apresentar, independentemente de não termos o processo de vacinação concluído, teremos seguramente um destino turístico seguro. Seguro pela nossa dispersão geográfica, seguro acima de tudo pela qualidade, pela cidadania do nosso povo açoriano.

Isso, independentemente do que vier a acontecer, teremos com certeza, no meu entender, um verão menos negativo em termos turísticos, do que aquele que poderia ser se o nosso povo respondesse forma menos responsável a essa situação.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para uma intervenção final.

Em primeiro lugar, para agradecer as respostas do Sr. Secretário. Obviamente que assim ficamos com uma maior informação sobre o calendário das formações que estão previstas e certamente que ficarão com expectativa a aguardar a sua publicação os profissionais que dela podem usufruir.

Apenas para saudar a câmara pela aprovação que se prevê unânime da iniciativa.

Ela e outras iniciativas sobre esta matéria, surgiram e são concretizadas, obviamente pela aprovação do Parlamento, pela implementação por parte do Governo, mas acima de tudo pela capacidade organizativa e de reivindicação dos próprios profissionais.

Isso é um exemplo que devemos valorizar e devemos saudar, quando a sociedade, quando os próprios profissionais, neste caso os profissionais de informação turística, se organizam, reivindicam, apresentam os problemas e apresentam também as soluções.

E não podia deixar nesta intervenção final de dar o mérito a quem o tem, que são aqueles que, por um lado trabalham nesta área, e por outro lado tiveram a capacidade de lutar por aquilo que consideram ser justo para conseguirem ultrapassar esta altura que é difícil para todos (sabemos que é!). Continuará a ser durante mais algum tempo, certamente, mas que com a sua capacidade

também de intervenção, certamente conseguem atenuar e conseguiram e vão conseguir atenuar o impacto nas suas vidas da pandemia.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 16/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade à nossa Agenda.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando a nossa hora, encerramos os nossos trabalhos.

Até amanhã e bom descanso.

Eram 19 horas e 53 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

(*) Texto não revisto pelo Orador.

As redatoras, Conceição Branco e Sara Azevedo.